

# iscte

INSTITUTO  
UNIVERSITÁRIO  
DE LISBOA

## Alimentação Sustentável nas Escolas Públicas Portuguesas: Educação e Compras Públicas

Guilherme Duarte Simões Tito Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Estudos de Desenvolvimento

Orientadores:

Doutor João Daniel Graça, Assistant Professor  
University of Groningen

Doutor José Manuel Henriques, Professor Auxiliar  
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2020





CIÊNCIAS SOCIAIS  
E HUMANAS

Alimentação Sustentável nas Escolas Públicas Portuguesas: Educação e Compras  
Públicas

Guilherme Duarte Simões Tito Santos

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em  
Estudos de Desenvolvimento

Orientadores:

Doutor João Daniel Graça, Assistant Professor  
University of Groningen

Doutor José Manuel Henriques, Professor Auxiliar  
ISCTE- Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2020



## **Agradecimentos**

Muitas pessoas marcaram o meu desenvolvimento e fizeram parte de processos importantes de aprendizagem que, de uma forma ou outra, contribuíram para esta dissertação.

À Mariana, pelo amor, paciência e constante incentivo.

À minha família por confiarem em mim, para o bem e para o mal.

Ao Eça e o Bruno, pelo que crescemos juntos.

Ao Bourdain que, em grande parte, fez com que eu quisesse cozinhar e pensar sobre a comida.

À FCSH e à Universidade de Strathclyde que tanto me deram.

Obrigado aos meus orientadores, João Graça e José Manuel Henriques, pelo apoio e incentivo. Esta tese deve muito também ao professor Roque Amaro. Agradeço-lhe muito pelo que me ensinou. Obrigado a todos os professores e professoras que ao longo do meu percurso formativo me ajudaram.



## Resumo

Esta dissertação pretende entender o lugar da alimentação nas escolas públicas portuguesas e o potencial da alimentação e educação alimentar escolar na promoção de melhores consumos alimentares. Os padrões de consumo alimentar portugueses são insustentáveis e umas das principais causas de problemas de saúde. Considerando a capacidade privilegiada, ainda que atualmente limitada, das escolas públicas como arenas para intervenções públicas, esta tese pretende expandir o âmbito da discussão em torno do lugar da alimentação no sistema de ensino público. Através de uma extensa revisão da literatura, assim como de alguns exemplos promissores, é proposto uma estratégia tentativa para fazer das escolas públicas lugares de promoção de consumos alimentares saudáveis e sustentáveis. Uma combinação de investimentos na educação alimentar e na procuração pública parecem ser o caminho mais promissor para uma Escola Pública que alinhada e comprometida com o Desenvolvimento Sustentável.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade Alimentar; Alimentação Escolar; Compras Públicas; Literacia Alimentar; Educação Alimentar





## **Abstract**

This dissertation seeks to understand the role of food in Portuguese public schools and the potential of school food education and consumption in fostering better food consumption patterns. Portuguese food consumption patterns are unsustainable and are one of the leading causes of health problems. Considering the privileged capacity yet limited role of Portuguese public schools as arenas for public intervention, this thesis seeks to expand the scope of the discussion regarding food's place in public education. Through an extended literature review, as well as a review of promising examples, a tentative roadmap for a new strategy is proposed. A combination of investments in education and public procurement seem to be the more promising way forward for a Portuguese Public School system that is aligned with and committed to Sustainable Development.

**Key words:** Sustainable Food; School Meals; Public Procurement, Food Literacy, Food Education



# Índice

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Introdução	xii
Capítulo 1-Enquadramento teórico-concetual	2
1.1) Desenvolvimento Sustentável	2
1.1.1) Evolução histórica do conceito até ao atual quadro de referência de Paris	3
1.1.2) Análise crítica	5
1.2) Consumo Sustentável: breve evolução do conceito no debate da sustentabilidade	8
1.2.1) Posições reformistas e revolucionárias	8
1.2.2) Posição “reconfiguradora”	10
1.2.3) Análise crítica	12
1.3.) Consumo Alimentar Sustentável	15
1.3.1) A insustentabilidade do quadro geral e as particularidades portuguesas	15
1.3.2) Principais posições e questões	19
1.3.3) Papel das políticas públicas na Grande Transição	20
1.3.4) Consumo Alimentar Sustentável: a importância da dieta Mediterrânica	23
1.4) Literacia Alimentar	24
1.4.1) Concetualização	24
1.4.2) Literacia alimentar em Portugal	28
Capítulo 2- Sustentabilidade, Educação e Alimentação	34
2.1) Sustentabilidade, Educação e Alimentação nas Escolas	34
2.1.1) Educação e Sustentabilidade	34
2.1.2) Educação e Alimentação	37
2.1.3) Contributos da practice-theory	39
2.1.4) Contributos da literacia alimentar	41
2.2) Sustentabilidade e Alimentação Escolar nas Escolas Públicas Portuguesas	42
2.2.1) Alimentação nas escolas portuguesas	42
2.2.2) Compras públicas sustentáveis na alimentação escolar	44
2.2.3) Compras públicas sustentáveis alimentação escolar portuguesa	49
2.3) Sustentabilidade e Educação Alimentar nas Escolas Públicas Portuguesas	52
2.3.1) Educação alimentar nas escolas públicas portuguesas	52
2.3.2.) O exemplo da Eco-Cozinha Pedagógica	55
Conclusões	60
Infografia	66
Referências bibliográficas	68



## **Glossário**

DGS- Direção-Geral da Saúde

DGE- Direcção-Geral da Educação

PNPAS- Plano Nacional para a Promoção de Alimentação Saudável

PIIP- Plano Piloto de Inovação Pedagógica

RIC- Referenciais de Integração Curricular

ONU- Organização das Nações Unidas

# Introdução

É necessário alterar as estruturas de produção e consumo alimentar para garantir a sustentabilidade do sistema alimentar mundial e diminuir o seu peso nas alterações climáticas de natureza antropogénica que põem em risco as condições terrestres que garantem a prosperidade da vida humana (Mason e Lang 2017; Willet et al 2020). Os problemas do atual padrão de consumo alimentar português (que converge com a generalidade dos países ocidentais) representam consequências consideráveis para o bem estar público em termos de saúde (Gregório et al, 2018) e em termos ambientais, na medida em que o consumo alimentar é, atualmente, o elemento que mais pesa na pegada ecológica portuguesa (Galli et al, 2020).

O estado português já assumiu publicamente compromissos nacionais (como o Roteiro da Neutralidade Carbónica 2050) e internacionais (como o Acordo de Paris e o acordo para a neutralidade carbónica assumido pelo Conselho Europeu em Dezembro de 2019) para descarbonizar a sua economia. Recentemente, o Ministério da Agricultura apresentou a Agenda da Inovação para a Agricultura 2030. Esta agenda reconhece a necessidade de reconfigurar as estruturas de produção agro-alimentares e os consumos alimentares segundo padrões mais sustentáveis, procurando “tornar o cidadão mais consciente com a sua alimentação, protegendo o planeta e conservando os recursos naturais” (<https://www.portugal2020.pt/content/terra-futura-agenda-da-inovacao-para-agricultura-2030>, acessido a: 08/10/2020). Está, portanto, assumido que uma alimentação sustentável requer produção e consumo sustentável e que o consumidor ou a consumidora tem que se tornar mais “consciente”.

A Escola Pública, instituição fundamental para a inclusão social, a preparação técnica e a formação cívica basilar dos cidadãos e das cidadãs, tem um papel importante na inclusão da agenda da sustentabilidade na sociedade (UNESCO, 2017) e dispõe de características únicas que podem ser usadas na reconfiguração das ações humanas necessária para a construção de um Desenvolvimento Sustentável. Embora o sistema educativo público careça de uma preocupação ambiental holística, transversal ao seu currículo escolar (Schmidt, Nave e Guerra, 2010; Sousa, 2019), parecem existir sinais de mudança da parte das autoridades que tutelam a educação pública, nomeadamente na esfera da alimentação e educação alimentar escolar. Nos últimos anos, as autoridades educativas públicas têm inscrito nos documentos orientadores da Escola Pública uma preocupação na articulação entre educação, alimentação e sustentabilidade nas escolas. Esta preocupação está patente em três documentos: no *Perfil dos Alunos à Saída da Escolaridade Obrigatória* (Despacho n.º 6478/2017), que reconhece que “as competências associadas a bem-estar, saúde e ambiente implicam que os alunos sejam capazes de adotar comportamentos que promovem a saúde e o bem-estar, designadamente nos hábitos quotidianos, na alimentação, nos consumos (...) nas suas relações

com o ambiente e a sociedade”, prevendo ainda “a promoção de “comportamentos que promovem a saúde e o bem-estar, designadamente(...) na alimentação”; na circular que define as *Orientações Sobre Ementas e Refeitórios Escolares*, onde se assume a preocupação de “tornar as refeições escolares, nomeadamente os almoços, mais sustentáveis do ponto de vista ambiental, mas também nutricionalmente mais equilibrados” (Circular n.º 3097/DFE/2018); e no *Referencial de Educação para a Saúde*, que tem com um dos temas principais a Educação Alimentar (Pereira e Cunha, 2018), e que compõe a Estratégia Nacional para a Educação para a Cidadania.

A escola é um local privilegiado para a formação de relações e para o desenvolvimento de aprendizagens essenciais sobre os sistemas humanos e naturais, assim como para a preparação para a autonomia e responsabilidade social que a cidadania acarreta. Que papel é que a escola pública desempenha na formação de relações de crianças e jovens com a alimentação? E, considerando os problemas dos atuais padrões de consumo alimentar, como é que esta dimensão da escola pode contribuir para a formação de uma relação com a alimentação positiva, nutritiva e ciente dos seus limites e possibilidades?

*Como é que a escola pública portuguesa pode promover a aprendizagem de consumos alimentares saudáveis e sustentáveis?* Esta é a pergunta de partida que lança o mote da investigação desta dissertação. A escola pública portuguesa já prevê a promoção de determinados consumos alimentares ( em detrimento de outros) como parte de uma estratégia que promova um determinado estilo de vida, legitimado pela ideia que uma alimentação saudável contribui para pessoas saudáveis que, por sua vez, contribuem para uma sociedade saudável. A preocupação com a adequação nutricional das refeições escolares e com a promoção de uma alimentação saudável como parte de um estilo de vida equilibrado são preocupações de longa data na alimentação e na educação alimentar escolar (Truninger et al, 2013; Sousa 2019). Estas preocupações são importantes mas representam apenas parte das consequências relevantes para o bem público quando o Estado enquadra a alimentação nas escolas. Do ponto de vista pedagógico e cívico, é importante que a escola seja capaz de enquadrar a sustentabilidade na educação escolar pública, de forma transversal e coerente. Isto é igualmente válido para a alimentação. Partindo do consenso existente sobre a importância da alimentação e da educação escolar na construção de uma relação equilibrada com a alimentação, pretende-se chamar a atenção para a importância de se incorporar as dimensões da sustentabilidade nesta dimensão da escola que é muitas vezes menosprezada. Fazê-lo, como em todas as dimensões da escola pública, é garantir uma coerência entre os compromissos sociais que a missão do Desenvolvimento Sustentável acarreta e o projeto escolar que pretende contribuir para a formação dessa sociedade.

As políticas públicas têm o dever de incorporar a dimensão da sustentabilidade nas ações que tomam e no exemplo que promovem. Este dever é particularmente importante quando as

instituições públicas atuam em esferas onde não existe mais nenhum ator que atue em nome do interesse público, como é o caso da educação como bem público. Posto isto, políticas públicas que visem a alimentação escolar das escolas públicas nacionais poderão combinar benefícios para os alunos e alunas com benefícios de sustentabilidade alimentar para a sociedade portuguesa. Para isto será necessário abandonar a visão economicista que rege a alimentação dos refeitórios escolares que se tornam, demasiadas vezes, em exemplos paradigmáticos da alimentação que a escola não deveria promover. Uma outra visão de gestão e aprovisionamento dos refeitórios escolares é possível através da implementação de modelos de compras públicas sustentáveis. Estes modelos de gestão e aprovisionamento podem contribuir para a articulação de vários objetivos que convirjam no mesmo sentido de reconfigurar os consumos alimentares nacionais para consumos mais saudáveis e sustentáveis.

Esta dissertação pretende expor as potencialidades da Escola Pública portuguesa na promoção de consumos alimentares saudáveis e sustentáveis, indicando as formas mais pertinentes de articular educação, alimentação e sustentabilidade nas escolas públicas. Como pretendemos demonstrar, a articulação destas três temáticas pode fazer da Escola Pública uma experiência pedagógica mais adequada às exigências do século XXI e uma instituição pública mais adequada às exigências do Desenvolvimento Sustentável.

Para esta dissertação desenvolvemos um primeiro capítulo dedicado ao enquadramento teórico-concetual de questões importantes para este debate a partir de um levantamento bibliográfico de literatura relevante, assim como uma análise documental de documentos da Direção-Geral da Saúde (DGS). Situa-se a preocupação particular com consumos alimentares sustentáveis no debate maior da sustentabilidade e, em particular, no debate sobre a sustentabilidade dos consumos. Fazendo uma revisão dos principais pontos destes debates que consideramos serem relevantes, destacamos ainda elementos teóricos e concetuais que se acredita serem úteis na problematização da insustentabilidade dos consumos alimentares atuais e na projeção de políticas públicas que promovam consumos alimentares saudáveis e sustentáveis nas escolas. Analisa-se o padrão de alimentação portuguesa, tendo-se em consideração as especificidades sócio-culturais e ecológicas da alimentação portuguesa que deverão ser tidas em conta na alimentação e educação alimentar escolar.

No segundo capítulo, fazemos uma exposição dos contributos teóricos e empíricos de investigadores/as e comunidades escolares, através de um levantamento bibliográfico, que têm trabalhado na conjugação destes temas, tanto em Portugal, como noutros países da União Europeia (à data, no caso do Reino Unido). Através desta exploração pretende-se expor um conjunto de possíveis boas práticas, passível de inspirar estratégias aplicáveis nas escolas públicas portuguesas para a promoção de consumos alimentares saudáveis e sustentáveis. Como veremos, existem



exemplos de escolas públicas portuguesas que desbravam caminhos promissores que poderão servir de exemplos às demais escolas públicas. No subcapítulo 2.3.2., expõe-se o projeto do Agrupamento Escolar de Cristelo, com destaque para a sua Referência de Integração Curricular. Para isto recorreu-se a uma análise documental e a um contacto por e-mail com o Conselho Pedagógico do Agrupamento.



## **Enquadramento teórico-concetual**

### **1.1.) Desenvolvimento Sustentável**

A história do Desenvolvimento funde-se e confunde-se com as noções modernas de progresso, prosperidade, bem-estar e crescimento- conceitos que têm norteado a expansão das sociedades humanas, desde pelo menos o pós-Segunda Guerra Mundial (Amaro, 2018; Rist, 2014). No entanto, a lógica expansionista que a sustentou, material, temporal e culturalmente, está posta em causa, quer pelo descalabro ecológico que pôs em marcha, quer pelo fracasso na distribuição equitativa das suas mais-valias (Amaro, 2018; Jackson, 2008). Perante estes desafios, a visão do Desenvolvimento Sustentável tem sido a que mais se assemelha a uma visão de uma solução internacional. O que é o Desenvolvimento Sustentável? Como quadro de referência é um mosaico enorme de aspirações e planos, onde cabe um espectro alargado de visões sistémicas sobre o Desenvolvimento. Apesar de incluir visões e interesses que são difíceis de reconciliar, o Desenvolvimento Sustentável e o seu documento mais representativo, a Agenda do Desenvolvimento Sustentável 2030, “provide a perspective of the international reality that must necessarily be translated into political and legal terms” (Díaz Barrado, 2016, pp.51) para que as condições dos sistemas terrestres se mantenham dentro de parâmetros minimamente semelhantes aos que biológica e culturalmente nos acostumámos a ter como adquiridos.

A perspetiva desta Agenda reflete um consenso mínimo- são necessárias alterações à natureza do crescimento económico para que o Desenvolvimento se re-articule com a sua dimensão ecológica e social. Para a maior parte dos pontos de vista, independentemente da mudança que se defende, é consensual que a mudança implicará um esforço coletivo tremendo. Mas existem ainda muitas dúvidas sobre como é que esse esforço coletivo será operacionalizado, que áreas se considerarão prioritárias, que tipo de liderança deverão os Estados assumir e qual o papel dos atores não estatais na concretização da Agenda. Antes de analisar alguns dos debates mais importantes na transição efetiva do atual paradigma económico para o paradigma de Paris, começaremos por esboçar uma breve história da evolução do conceito do Desenvolvimento Sustentável até aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, consagrados no Acordo de Paris. Esboçamos ainda algumas perspetivas críticas sobre formulações fracas e fortes e da sustentabilidade. Este debate, um dos principais na área da sustentabilidade e transversal a todas as suas dimensões, é um ponto de partida essencial para entender a relação entre a insustentabilidade percebida dos padrões de consumo humanos e os esforços que as sociedades e os Estados estão dispostos ( ou não) a fazer

para que os nossos consumos sejam coerentes com os consumos de um Desenvolvimento Sustentável.

### **1.1.1.) Evolução histórica do conceito até ao atual quadro de referência de Paris**

Como ano 0 do Desenvolvimento Sustentável, 1972 é particularmente importante para se perceber a origem do conceito e a sua evolução até aos dias de hoje. É o ano da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano em Estocolmo, a primeira conferência internacional onde se discute a crescente degradação ambiental em curso provocada pela expansão industrial humana e a possibilidade de um plano de cooperação internacional para a sua mitigação. É também o ano da publicação *Limits to Growth* do Clube de Roma, publicado 4 meses antes da conferência de Estocolmo. Anne E. Egelston, na sua obra *Sustainable Development: a history* (2013), que faz a história do Desenvolvimento Sustentável até meados da primeira década do século XXI, explica que “Sustainable development came into existence during the late 1970’s and early 1980’s as a compromise between two different discourses, one promoting economic growth (...) and the other insisting upon finite limits to growth” (ibid:77). Se, por um lado, estava a visão catastrofista da publicação do Clube de Roma, do outro lado, no seio das Nações Unidas (auxiliados por um corpo de peritos de ONG’s ambientalistas) existia uma crescente preocupação com os impactos ambientais do desenvolvimento. Esta preocupação, no entanto, não era consensual entre os países da ONU. Pelos países do Sul global (organizados no grupo G-77 na ONU), as consequências ecológicas eram vistas como um problema fundamentalmente do Norte global, que sobre-produzia e sobre-consumia. Para o Sul, as questões ambientais seriam sempre secundárias à necessidade de se desenvolverem e, para isso, se industrializarem (ibid). A ligação entre desenvolvimento económico, problemas ambientais e desigualdades sociais e geográficas começava-se a estabelecer, ainda que sem uma visão sistémica que a articulasse de forma clara.

Em 1974, em Cocoyoc, do Simpósio sobre Usos de Recursos, Ambiente e Estratégias de Desenvolvimento, resultaria um documento, escrito por Barbara Ward, que introduziria os conceitos de “limites interiores”- os limites da Dignidade da Pessoa Humana- e “limites exteriores”- os limites ambientais inultrapassáveis- conceitos que aproximam o conceito de eco-desenvolvimento de Estocolmo das preocupações de justiça e coesão social que posteriormente viriam a caracterizar muitas visões de sustentabilidade (Johnston, 2008). Quer a noção de limites-como é que nos limitamos e até que ponto- quer a noção de responsabilidades comuns mas diferenciadas- limitar os excessos do Norte para permitir o Desenvolvimento do Sul- são noções fulcrais do Desenvolvimento Sustentável como o conhecemos hoje e fazem parte da sua génese, mesmo antes da sua formulação enquanto conceito.

A primeira formulação concreta de Desenvolvimento Sustentável encontra-se no relatório *World Conservation Strategy*, da União Internacional para a Conservação da Natureza, publicado em 1980 (Sachs, 2015; Egelston, 2013). Na primeira página, constata-se que “the combined destructive impacts of a poor majority struggling to stay alive and an affluent minority consuming most of the world's resources are undermining the very means by which all people can survive and flourish” (IUCN, 1980:1), definindo que “for development to be sustainable it must take account of social and ecological factors, as well as economic ones; of the living and non-living resource base; and of the long term as well as the short term advantages and disadvantages of alternative actions (ibid). Este relatório, assim como os anteriores trabalhos de Estocolmo, Cocoyoc, os relatórios e discussões internas do Clube de Roma, trabalhos académicos e contributos de ONG’s ambientalistas seriam a base para a constituição, em 1982, na conferência de Nairobi, de uma comissão encarregue de articular uma visão de desenvolvimento que articulasse “a long-term vision of environmental protection that would lead to greater cooperation among nations while at the same time taking into account the “different stages of economic and social development” of the various member-states” (Egelston, 2013: 82). Essa comissão ficaria para a história, conhecida como a Comissão Brundtland, que, em 1987, publicaria o seu relatório, *Our Common Future*, que assentaria os princípios basilares do Desenvolvimento Sustentável.

Este relatório foi importante para construir os alicerces de uma nova visão de Desenvolvimento. Esta visão conciliaria as necessidades económicas, sociais e ambientais, de forma justa e sustentada no futuro a uma escala global, promovida pela cooperação internacional. Esse relatório e a sua discussão alargada impulsionaria, em parte, a conferência do Rio de Janeiro em 1992, que ressaltava o princípio da justiça intergeracional, princípio esse que seria secundarizado em 2002, na Conferência de Joanesburgo (ibid). O objetivo seria que o Desenvolvimento Sustentável, enquanto quadro de referência internacional, tivesse um maior “emphasis on holistic development that embraces economic, social, and environmental objectives” (Sachs, 2015, pg.6). Esta permaneceu a visão dominante 10 anos depois, na cimeira Rio+20 onde foi re-afirmada. Nessa cimeira, a última antes do histórico Acordo de Paris, foi definida a visão atual do Desenvolvimento Sustentável, no documento “The Future We Want”, iniciando-se o processo preparatório que iria construir a visão por trás dos SDG’s da Agenda 2030.

Esta visão do Desenvolvimento Sustentável é o culminar de décadas de discussão internacional e parte de dois reconhecimentos: o da urgência de alterar o atual modelo de desenvolvimento global, devido à pressão das alterações climáticas (por ele geradas) e à pressão demográfica; e o reconhecimento de que o paradigma de cooperação internacional para o desenvolvimento anterior, o dos Millenium Development Goals, tinha que ser substituído por uma

visão universalista, aplicável a países de baixo, médio e alto rendimento (Sachs, 2015). Resumindo a ideia, Sachs refere que “The United States, just like Mali, needs to live sustainably!”(ibid:485).

Hoje, tendo a agenda 2030 como o principal quadro de referência, o Desenvolvimento Sustentável é o que mais se assemelha a um consenso político-institucional e a uma visão normativa e analítica que reconhece a necessidade de se projetar o desenvolvimento humano atual de forma a salvaguardar uma prosperidade futura. Esta visão representa, por um lado, o culminar de quatro décadas de debate internacional e, por outro lado, a atualidade do debate internacional em torno de tema. Tomado à letra, o conjunto dos seus 17 Objetivos e das suas 169 metas representaria um projeto revolucionário e a reorientação urgente que a comunidade internacional precisa. Essa reorientação, no entanto, parece estar ainda distante, já que cerca de 75% dos atuais compromissos para reduzir a pegada carbónica dos estados signatários entre 2020 e 2030 serão insuficientes para alcançar o objetivo mais modesto de reduzir por 1,5° C o aquecimento global (Watson et al, 2019).

### **1.1.2) Desenvolvimento Sustentável: análise crítica**

Para alguns autores e algumas autoras, a visão de Paris seria sempre insuficiente, porque adia ou ignorava uma reflexão profunda sobre os problemas do Desenvolvimento (Roque Amaro, 2003, 2018), porque mantém, de forma largamente inalterada, os motores da sua insustentabilidade (Jackson 2009), ou, no limite, porque o conceito de Desenvolvimento é tão histórica e culturalmente problemático que deveria ser descartado completamente (Rist, 2014). Assumindo a força e a validade de muitos dos argumentos críticos ao Desenvolvimento Sustentável, parece-nos que o Desenvolvimento Sustentável ainda é uma plataforma útil para agregar esforços que contribuam para novas formulações de progresso, prosperidade, bem-estar, florescimento- formulações das novas coordenadas do Desenvolvimento em rutura com as que ainda são vigente e formas de as alcançar.

Roque Amaro (2016: 104-105), crítico do “frequente desvirtuamento das intenções e da sua filosofia original”, defende, no entanto, que “ainda é possível defender este conceito, na sua designação; desde que se clarifique o seu conteúdo e se combata o seu «abastardamento»”. A ação levada a cabo pelos vários atores na transição carbónica, mas em particular a dos Estados, tem que ser *clara, transversal, participativa, coerente e consequente*. Clara, no sentido em que a mensagem tem que ser entendida pelos cidadãos e pelas cidadãs. Transversal, no sentido em que as ações necessárias para a reconfiguração que o conceito implica devem atravessar todas as esferas que sejam relevantes reconfigurar. Participativa, no sentido em que os cidadãos e as cidadãs estão cientes do que está em causa, dotados/as dos conhecimentos e capacidades para intervir e são incluídos/as no processo de reconfiguração. Coerente, no sentido em que os/as principais atores /as devem liderar por exemplo na concretização das atividades, comportamentos, ferramentas e valores

que caracteriza a sustentabilidade. Consequente, no sentido em que as alterações que o Desenvolvimento Sustentável implica para a sociedade tragam realmente melhorias substantivas no bem-estar social geral. Estas cinco condições são necessárias para a legitimidade política e para a coesão social que uma missão como o Desenvolvimento Sustentável necessita.

O Desenvolvimento Sustentável é, em primeiro lugar, um “modelo alternativo ao Desenvolvimento” (Roque Amaro, 2017) e é assim que se deve começar por entendê-lo. Articula as dimensões social, ecológica e económica, pelo menos, e, segundo alguns autores, uma quarta dimensão, a da governança (Sachs, 2015). Não sendo de entendimento unívoco, o desentendimento sobre como concretizar na prática a ideia de sustentabilidade prende-se principalmente com uma divergência entre uma visão de sustentabilidade forte e uma visão de sustentabilidade fraca. Esta divergência prende-se com questões técnicas e normativas: de capacidades e indicadores de mensurabilidade, de diferentes relações com os limites do nosso conhecimento, dos limites pressupostos da desmaterialização da economia e da opinião sobre quão profunda deve ser ou não a rotura com o modelo vigente de Desenvolvimento e a sua lógica inerente (Pelenc, Ballet e Dedeurwaerdere, 2014).

A sustentabilidade fraca defende que os sistemas terrestres têm essencialmente duas funções para a economia humana: permitir as condições terrestres às quais a humanidade se aculturou e servir de recurso para as suas atividades (ibid). Como a economia necessita dos sistemas terrestres em níveis mínimos de funcionamento e como se acredita que é possível conhecer e operar dentro destes níveis, pode-se tratar estes sistemas terrestres enquanto “capital natural” (Barbier, 2014) que pode ser quantificado e gerido de forma eficiente. Equiparando capital natural a outros tipos de capital, aglomeram-se os variados tipos de capitais. Desta forma, entendem os seus e suas proponentes, pode se garantir a sua estabilidade e a sua sustentabilidade, na medida em que diminuições de um tipo são compensadas por incrementos noutra tipo de capital. Mais especificamente, pressupõe-se que serão os incrementos tecnológicos que serão capazes de contrabalançar o custo ambiental da extração e/ou poluição necessárias para sustentar um crescimento económico que possibilite o investimento necessário para a sua criação.

A sustentabilidade forte assume uma posição mais defensiva e cautelosa. Sobretudo, assume uma posição crítica em relação à ideia de sustentabilidade fraca na medida em que ela está predicada em pressupostos de validade questionável em relação ao desenvolvimento tecnológico e aos limites dos sistemas terrestres (Ekins, 2014; Jackson, 2009; Pelenc, Ballet e Dedeurwaerdere, 2014). Em primeiro lugar, o que se designa por capital natural é considerado uma simplificação de um conjunto de sistemas complexos interdependentes sobre os quais não se sabe o suficiente, particularmente sobre os seus limites de funcionamento (os “tipping points”) e sobre a sua interligação sistémica, para se designar de forma segura a sua capacidade de aguentar as

atividades extrativas e poluentes. Em segundo lugar, deposita-se confiança no impacto de tecnologias que ainda não foram inventadas e que não se sabe ao certo se irão ser. Por último, assume que perante estes desconhecidos, as taxas de desconto para o financiamento de ação de mitigação e adaptação têm que ser mais elevadas por uma questão de precaução e de justiça intergeracional (Ekins, 2014).

Uma visão de sustentabilidade mais forte não é necessariamente avessa ao papel da tecnologia na concretização do Desenvolvimento Sustentável, nem tão pouco à ideia que poderá ser útil a inclusão da riqueza ecológica na mensuração dos stocks de riqueza humana (numa visão antropocêntrica dos sistemas naturais). Esta última ideia pode ser bastante útil e tem sido explorada em variados setores para redimensionar a perceção política da ideia de riqueza e desamarrá-la de uma visão economicista, focada unicamente no indicador do PIB ou do PIB per capita. De várias formas e de vários quadrantes políticos, Diane Coyle no seu *Economics of Enough* (2011), o relatório da Commission on the Measurement of Economic Performance and Social Progress de Stiglitz, Sen e Fitoussi (2009), o *Prosperity Without Growth* de Tim Jackson (2009) são contributos relevantes para uma discussão essencial para o futuro da sustentabilidade. Refere-se aqui esta discussão (escapa ao âmbito desta tese uma discussão mais aprofundada sobre a mesma) para sublinhar a importância da mensurabilidade na discussão da sustentabilidade. Apenas o que é mensurável é passível de ser monitorizado, comparado e avaliado. Mas para além das questões técnicas e metodológicas do “como medir”, há uma importantíssima discussão normativa sobre “o que medir” e de que forma. Esta é uma discussão profundamente política, com fortes implicações éticas para todos os que têm algo a dizer na construção do Desenvolvimento Sustentável, nomeadamente para a sociedade civil que é muitas vezes omissa de um processo reconfigurador elitista, tecnologista e cético da participação social.

Os padrões de consumo alimentar têm que ser reconfigurados para consumir diferente, consumir melhor, e consumir menos (Mason e Lang, 2017; Willet et al, 2020). Mas para que este processo seja bem sucedido não é preciso apenas alargar a discussão. É preciso também alargar o acesso a ela, nomeadamente ao conhecimento, às capacidades, às ferramentas e às estruturas necessárias para que todos e todas estejam capazes de participar nesta discussão. Não se pode, no entanto, descontextualizar a insustentabilidade do consumo alimentar da insustentabilidade maior do modelo de desenvolvimento que gerou os atuais sistemas alimentares. A promoção de políticas públicas que tenham efeitos pedagógicos são importantes para promover a participação e a inclusão social das populações na construção do Desenvolvimento Sustentável. Devem ser adotadas, no entanto, paralelamente a medidas que visem resolver as causas estruturais da insustentabilidade e as carências materiais na vida das pessoas que as levam a situações de exclusão. No que concerne ao debate da sustentabilidade da alimentação, que é um bem essencial, isto implica uma estratégia que



seja capaz de garantir a sustentabilidade dos consumos alimentares ao mesmo tempo que se garante a segurança alimentar das populações em risco de insegurança.

Em seguida, explora-se o conceito de Consumo Sustentável e a sua evolução dentro da discussão do Desenvolvimento Sustentável, assim como os paralelos que existem nas discussões mais gerais sobre a sustentabilidade e as mais particulares sobre o consumo sustentável. Expõem-se também algumas discussões mais específicas ao consumo, com as suas particularidades analíticas e operativas, por se considerar relevante entender essas particularidades para que se possam projetar estratégias de políticas públicas que sejam capazes de alterar padrões de consumo, nomeadamente alimentares, para padrões mais sustentáveis.

## **1.2.) Consumo Sustentável**

### **1.2.1.) Breve evolução do conceito no debate da sustentabilidade**

O documento que consagra o consumo sustentável na agenda institucional internacional é a Agenda 21 (1992), no seu capítulo 4º, intitulado “Changing Consumption Patterns” (Jackson, 2014). Embora sempre tenha feito parte da discussão em torno do Desenvolvimento Sustentável, o consumo sustentável tem os seus próprios marcos institucionais internacionais. Destes destacam-se o Simpósio de Oslo em 1994, os “10 year frameworks” de Joanesburgo de 2002, o processo de Marrakech de 2003 e o “10 year framework” of Programmes on Sustainable Consumption and Production Patterns (10YFP) da Conferência do Rio+20 de 2012, que consiste em seis programas: Sustainable Public Procurement, Consumer Information for SCP, Sustainable Tourism, Sustainable Lifestyles and Education, Sustainable Buildings and Construction, and Sustainable Food Systems (UNEP, s.d.). Atualmente, o 12º dos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) visa assegurar padrões de consumo e de produção sustentáveis, enquanto que os 6 programas do 10YFP estão articulados com as metas de 6 dos ODS (ibid).

A definição internacional mais consensual do que constitui o consumo sustentável é a definição que saiu do Simpósio de Oslo de 1994, que o define como “the use of services and related products, which respond to basic needs and bring a better quality of life while minimizing the use of natural resources and toxic materials as well as the emissions of waste and pollutants over the life cycle of the service or product so as not to jeopardize the needs of further generations” (Sustainable Development Goals Knowledge Platform, s.d.). Para além da atenção das instituições internacionais, o consumo sustentável tem suscitado vários debates na literatura académica, de forma mais intensa a partir do início do século XXI, que têm contribuído para um aprofundamento sobre a forma como se entende a relação social (quer ao nível individual, quer ao nível coletivo) entre consumo e sustentabilidade.

Tal como o próprio conceito de Desenvolvimento Sustentável, o conceito de consumo sustentável, embora tenha sido objeto de várias conceptualizações ao longo das décadas, é um conceito cuja definição e problematização tem sido alvo de vários debates. Jackson (2014) refere uma variação entre definições que, por um lado, se preocupam mais em problematizar os comportamentos dos consumidores e consumidoras, e, por outro lado, os processos de produção dos bens e serviços consumidos. Para além desta diferença mais central existem ainda variações entre a problematização da eficiência do consumo (na alocação de recursos), da responsabilidade (se é maioritariamente do consumidor, do produtor ou da fiscalização pública), e na qualidade do consumo, independentemente de tudo o mais (ibid). Fuchs e Lorek (2011) chamam a atenção para as distinções entre os vários tipos de consumo sustentável que se podem referir a um ou mais destes: o consumo de todos os recursos materiais no ciclo de vida de todos os produtos e serviços, o consumo agregado do setor público e privado, ou o consumo privado das famílias. Geels e colegas (2015), como veremos mais à frente, oferecem uma útil esquematização das três visões principais em torno da sustentabilidade dos atuais padrões de consumo: a reformista, a revolucionária e a reconfiguradora.

Assim como o Desenvolvimento Sustentável tem versões de sustentabilidade fraca e forte, também no consumo sustentável se registam versões fracas ou fortes de consumo sustentável. As versões de sustentabilidade fraca de consumo sustentável são as que se focam na eficiência dos padrões de consumo, especificamente: na minimização do uso e desgaste dos recursos naturais, por via de aumentos de eficiência nos processos produtivos (em termos de menorização de impacto ambiental por unidade produzida), seus componentes de produção e subprodutos tóxicos, sendo esta a visão mais prevalente nas esferas institucionais (ibid). A definição presente no ODS 12 é exemplar deste tipo de sustentabilidade de consumo fraca, que resume esta mensagem com a frase “doing more with less(...) while increasing quality of life”, com o foco no aumento da informação junto do consumidor individual, no aumento da produtividade agrícola, no aumento da eficiência energética, no combate ao desperdício, na inovação tecnológica, no estímulo à procura e numa readequação do papel das autoridades públicas enquanto actor económico ( nas infra-estruturas públicas) e enquanto fiscalizador da atividade económica (fomentando regimes fiscais “verdes”).

As versões de sustentabilidade forte de consumo sustentável defendem que embora todas estas medidas sejam importantes, uma transição para padrões de consumo sustentáveis pela via do aumento da eficiência não será suficiente para reduzir as externalidades ecológicas e sociais dos nossos atuais padrões de consumo e que é preciso uma redução generalizada da quantidade absoluta de recursos utilizados (Fuchs e Lorek, 2011; Jackson 2009). Descartando a possibilidade de se “fazer mais com menos” e de assim cumprir os objetivos do Desenvolvimento Sustentável a nível social, ecológico e económico, é uma visão que defende que é, *pele menos também*, preciso fazer

diferente com menos. Embora não descarte o papel da tecnologia, dos mercados ou da regulação, desconfia do potencial que estas têm em, por si só, tornar os consumos sustentáveis. Até porque grande parte das discussões em torno da (in) sustentabilidade dos padrões de consumo preocupam-se muito com o peso ambiental do seu *processo produtivo* em detrimento dos problemas sociais e económicos que existem nos *processos de consumo*. Existem muitas questões em torno da forma como, nas esferas político-institucionais, se olha para as próprias dinâmicas do consumo, enquanto fenómeno social distinto, e não apenas enquanto fenómeno económico.

### **1.2.2.) Consumo Sustentável: posições reformistas e revolucionárias**

A discussão de versões fracas e fortes da sustentabilidade não esgota a discussão em torno dos padrões de consumo, nem na discussão sobre que tipo de intervenções são as mais eficazes para tornar os consumos mais sustentáveis. Embora exista uma certa reticência em interferir com os padrões de consumo de uma forma pedagógica, devido ao papel que o consumo ocupa nas sociedades modernas (Jackson 2009, 2014; Mason e Lang, 2017) e ao poder de bloqueio de interesses económicos instalados nas transições para a sustentabilidade (Geels et al, 2015), é hoje inegável que será necessário uma alteração profunda dos consumos para atingirmos, pelo menos, as metas ecológicas do Acordo de Paris. Esta Grande Transição, como alguns a chamam (Mason e Lang, 2017; Willet et al, 2020), tem uma responsabilidade acrescida para os países do Norte global segundo os princípios do Desenvolvimento Sustentável, como já foi referido. Para tal, é preciso uma reflexão sobre o consumo que seja capaz de identificar as causas e as instâncias da sua insustentabilidade e os vários fatores que perfazem a configuração dos padrões atuais de consumo.

Geels e colegas (2016) fazem uma útil revisão da literatura sobre o debate do consumo e produção sustentável que lhes permite situar três tipos-ideais de posições no debate: os primeiros dois, o “reformista” e o “revolucionário”, e uma posição mais recente, a que chamam de posição “reconfiguradora”. Em relação à posição “reformista”, apresenta uma visão que é a mais próxima da manutenção do atual status quo económico e político: através da ação do mercado, elementos como “eco-efficient production”, “green supply chains”, “responsible production”, “buying responsibly”, “certify and label” e “product service system”, serão promovidos junto dos produtores e dos consumidores, com o Estado a garantir um papel mínimo de corretor de falhas de mercado. Tem um base intelectual oriunda do marketing, da economia comportamental, da economia neo-clássica, de modelos de gestão racionalistas e da psicologia social, fazendo desta visão uma visão essencialmente preocupada com a reorientação técnica dos fatores do vértice económico e, de uma forma acessória, o vértice ambiental da equação da sustentabilidade no sentido em que visa promover situações sinérgicas entre ganhos de eficiência económica e ganhos na minimização de impacto ambiental. É a posição que representa a ortodoxia académica e institucional no que

concerne às ações de transição para a sustentabilidade embora tenha “so far(...) delivered limited sustainability outcomes” (ibid:4). .

Sobre a posição “revolucionária”, é uma posição crítica da hegemonia economicista neoliberal e das estruturas que esta hegemonia produziu e reproduz através de uma cultura consumista obcecada pelo crescimento. Esta macro-estrutura alimenta o sobre-consumo, cria graves problemas ecológicos e institui um sistema social e político de enormes desigualdades na distribuição de bem-estar. A problematização crítica comum não acompanha o que os autores indicam serem três respostas diferentes ao problema: o grupo de “New Economics” que reivindica alterações estruturais na lógica do atual sistema capitalista; o grupo dos reducionistas do consumo (promovendo a frugalidade e o “decrecimento”); e o grupo dos “grass-roots innovations” (que promovem casos empíricos de circuitos de produção e consumo mais pequenos, localizados e artesanais). Embora estas posições tenham a vantagem de olhar para os três vértices da sustentabilidade de forma articulada e de propor uma crítica fundamentada e incisiva da hegemonia intelectual vigente, sofre de alguns problemas operativos, segundo os autores. Nomeadamente: têm dificuldade em traduzir a sua visão macro-estrutural em prescrições de intervenções a nível micro e meso; são de difícil palatabilidade para os responsáveis político-institucionais; e, em certas formulações, a prescrição de frugalidades e abnegações voluntárias são incompatíveis com muitas sensibilidades individuais, para além de terem um foco excessivo nos fatores culturais que informam os padrões de consumo. Antes de passar à caracterização da terceira posição, uma reflexão sobre alguns contributos sobre o papel dos bens de consumo nas sociedades modernas, noção sensível (embora não de forma exclusiva) a muitos dos “revolucionários”.

Por um lado, é preciso reconhecer que os bens de consumo não ocupam um papel estritamente material nas nossas vidas- têm dimensões simbólicas, de várias características sociais, que ganham vida através das interações que as pessoas estabelecem enquanto consumidoras (Jackson 2009 ,2014; Sargant, 2014). Nesse sentido, aquilo que consumimos e os contextos do nosso consumo, na medida em que são ações individuais inseridas num contexto social de significados partilhados, têm uma carga discursiva. Para Bauman (2005) o consumo não só tem elementos sociais na sua prática mas a prática do consumo é o papel social primário que a sociedade espera dos seus membros. Na “sociedade do consumo” pós-moderna, existe um constante diálogo de desejo entre o consumidor e as estruturas à sua volta. Através do consumo, cada indivíduo é livre de construir o seu “eu social”- internalizado enquanto vontade racional e externalizado como identidade livremente expressa- mas desde que a sua liberdade seja a de consumir. Nesta visão, a auto-construção do eu é indistinguível do consumo e é a inclusão do indivíduo nos padrões de consumo vigentes que define o seu nível da inclusão social. Mesmo que se considere esta visão sócio-cultural do consumo incompleta, a visão do consumo enquanto atividade social, cultural e

psicologicamente enraizada nas sociedades modernas que oferece aponta para a dificuldade que a promoção de formas sustentáveis de consumo terá sem questionar a cultura consumista que ancora algumas das formas e causas de consumos insustentáveis. O peso económico e a omni-presença da indústria de publicidade atestam a eficácia da capacidade persuasiva dos agentes económicos sobre os consumidores (Coyle, 2011). No caso do consumo alimentar, por cada dólar gasto pela OMS em promover dietas saudáveis, a indústria alimentar gasta 500 dólares em publicidade a produtos alimentares que contrariam todas as suas indicações (Mason e Lang, 2017).

Portanto a cultura do consumismo e a forma como os poderes económicos se apoderam dela, e nela reproduzem o seu poder, é uma importante dimensão do consumo que não pode escapar à projeção de padrões de consumo sustentáveis. O debate da sustentabilidade dos consumos deve estar ciente destes mecanismos e essas noções devem estar presentes na formulação de políticas públicas que digam respeito à alteração de padrões de consumo.

### **1.2.3.) Consumo Sustentável: posição “reconfiguradora”**

Retomando o debate anterior, a partir de Geels e colegas (2016): se o consumo transcende uma análise economicista também não se esgota numa análise cultural. Sendo um fenómeno social e económico complexo, é multi-dimensional e é dinâmico. Pelo facto de os consumos decorrerem no contexto de estruturas sociais, serem praticados socialmente e por configurarem um conjunto de significados, ações, valores e normas, os consumos podem ser entendidos enquanto práticas sociais. Esta visão do consumo enquanto prática deve o seu fundamento à teoria sociológica da “practice-based theory”. É a abordagem da posição que Geels et al (2016) classifica de “reconfiguradora” e que prevê transições dos atuais sistemas e práticas de consumo para outros mais sustentáveis, de forma a projetar ganhos ecológicos muito maiores que a posição “reformista” sem necessariamente abandonar todas as premissas económicas do atual sistema capitalista ou pô-las em causa da forma que muitas posições “revolucionárias” sugerem.

Embora exista uma heterogeneidade de visões dentro do debate sobre “practice-based theories”, o elemento em comum é o de considerar a prática enquanto unidade de análise social por excelência. Para além deste elemento, existe ainda uma visão mais ou menos comum de que a importância da prática se deve ao seu papel privilegiado enquanto interseção do indivíduo, portador de um conjunto de capacidades e subjetividades enquanto praticante individual, e da sociedade, emanadora das inteligibilidades mútuas coletivas que fazem das práticas, num dado momento e num dado espaço, entidades comumente reconhecidas enquanto tal (Evans, McMeekin e Southerton, 2012; Keller, Halkier e Wilska, 2016; Warde 2015a ,2015b; Welch e Warde, 2015).

Evans, McMeekin e Southerton (2012: 117) referem que, embora não seja consensual quais as expressões configuradoras de uma prática, “the most frequently cited are: cultural conventions,

images, meanings and representations; objects, materials and technologies; normative understandings of competent performance; social and economic institutions and; spatial and temporal organization”. Estes elementos são o que simultaneamente imbuem as práticas de coerência interna e expressividade externa que permitem que as pessoas, praticantes ou não praticantes, sejam capazes de reconhecer a prática enquanto tal. As práticas têm também um elemento performativo, no sentido em que é através da realização e da reprodução das mesmas que elas ganham vida. Segundo esta lógica, se imbuída com novos significados, novos valores, novas ações, as práticas podem ser renovadas, por exemplo, seguindo os princípios da sustentabilidade.

A utilização de uma forma de “practice-based theory” enquanto suporte teórico de uma visão sobre o consumo sustentável pode ser bastante útil. Segundo Warde (2015a), “from a sociological point of view it is much better to unseat the dominant model of the sovereign consumer and replace it with a conception of the socially conditioned actor, a social self, embedded in normative and institutional contexts and considered a bearer of practices”. Através desta visão, podem-se entender “unsustainable patterns of consumption as embedded in the social orderings of practices(...)habits and routines; dynamics of everyday life; social relations; material culture; socio-technical systems; cultural conventions; and shared understandings of cultural and technical competence” (Evans, McMeekin e Southerton, 2012). Este enquadramento analítico pode ser útil na projeção de intervenções que tenham como objetivo tornar determinados consumos mais sustentáveis.

No entanto, tem também que se ressaltar alguns problemas com a operacionalização da “practice-based theory”. Em primeiro lugar, a sua complexidade teórica é muitas vezes um obstáculo para que seja utilizada no desenho de intervenções para o desenvolvimento de políticas públicas, na medida em que existem outras propostas teóricas ao dispor dos responsáveis políticos que são mais fáceis de construir e entender; em segundo lugar a sua complexidade analítica (a quantidade de fatores que são ou não considerados como “configuradores” de uma determinada realidade) por vezes dificulta a própria projeção de intervenções que sejam capazes de resolver os problemas inicialmente identificados (Keller, Halkier e Wilska, 2016).

Contudo, mesmo que as teorias desenvolvidas neste debate sociológico apresentem algumas dificuldades para a elaboração de políticas públicas, os seus quadros teóricos e os seus conceitos podem ser úteis no enriquecimento teórico de intervenções que projetem formas de consumo sustentáveis. Esta é uma visão que está conectada com as ações quotidianas concretas das pessoas, que não sobre-responsabiliza a pessoa individual enquanto agente da sustentabilidade dos seus consumos nem sobre-estima os limites da racionalidade humana ( Evans, McMeekin e Southerton, 2012; Keller, Halkier e Wilska; Sargant 2014). Os contributos deste debate podem ser pertinentes, em determinados contextos, para alargar o leque das opções para a elaboração de políticas públicas,

na medida em que chama a atenção para as especificidades das infra-estruturas (sociais, culturais, tecnológicas) onde ocorrem os consumos, as várias relações sociais em curso dentro destas e a forma como estas as constroem ou possibilitam num determinado momento. Neste sentido, é uma ferramenta teórico-concetual para políticas que se constroem adequando-se às especificidades contextuais do sua realidade de intervenção, libertando-se de preconceitos generalizados, alguns dos quais de fundamentação duvidosa, sobre a natureza do consumo e dos consumidores e consumidoras (Warde, 2015 a, 2016).

Para aquilo a que este tese diz respeito, abordagens de “practice-theory” já foram utilizadas de forma bastante pertinente na análise das práticas alimentares e na projeção de consumos alimentares sustentáveis ( Darmon e Warde, 2014; Dubuisson-Quellier e Gojard, 2016; Sargant, 2014; Warde 2016). Embora esta tese não pretenda seguir uma teoria “practice-based” na elaboração da sua análise, considera-se que os seus conceitos podem ser úteis para a reflexão teórica que se pretende fazer sobre como implementar de forma bem sucedida o consumo alimentar saudável e sustentável no projeto da Escola Pública.

#### **1.2.4.) Consumo Sustentável- reflexão crítica**

Interessa concluir esta secção com uma formulação da visão de consumo sustentável aqui entendida: uma atividade multi-dimensional que está interligada numa série de esferas humanas para além da económica e que é inerentemente social. É uma forma de consumir que seja capaz de garantir a segurança individual ao mesmo tempo que respeita as responsabilidades coletivas de viver num mundo com recursos finitos; que seja consciente da responsabilidade individual mas que não sobre-responsabilize a pessoa individual como motor de mudanças coletivas nem descontextualiza o consumo da pessoa do contexto onde consome.

Para alinhar a perceção dos consumos individuais com esta visão e se assegurar uma transição coletiva para consumos sustentáveis, as sociedades devem garantir que os seus cidadãos e cidadãs têm o conhecimento, as capacidades, as ferramentas e o acesso às estruturas necessárias para exercerem os seus consumos, cientes das suas consequências se não ocorrerem dentro de certos limites. No que diz respeito às autoridades públicas, devem garantir o acesso aos meios necessários para o exercício da autonomia e da responsabilidade individual assim como garantir o enquadramento político-institucional e jurídico que seja coerente com os objetivos do Desenvolvimento Sustentável. A concretização desta visão não pode ser deixada ao mercado ou à concorrência social, nem pode estar à espera de uma revolução social ou tecnológica intangível. Para além da difícil exequibilidade enquanto tarefa individual, é ainda altamente questionável direcionar o peso da responsabilidade de tornar os consumos mais sustentáveis sobre a pessoa individual que consome quando, politicamente, as comunidades consomem em estruturas coletivas

resultantes e dependentes de arranjos coletivos e, economicamente, o modelo do consumidor soberano apresenta tantas insuficiências e miopias (Mason e Lang, 2017; Sargant, 2014; Warde, 2015a).

Por último, as direções políticas de formas de consumo sustentáveis não podem apontar apenas para a desmaterialização do consumo através de soluções tecnocráticas ou para a exortação voluntária da frugalidade ou do consumismo moral. Por si só, a primeira é contingente de uma série de elementos imprevisíveis, alguns fora do nosso controlo, e a segunda não parece ser capaz de se tornar numa mensagem política verdadeiramente eficaz. Embora ambas as direções façam parte de um esforço maior em prole de estruturas de produção e padrões de consumo mais sustentáveis, existem formas de reconfigurar os atuais padrões de consumo que estão ao alcance, partindo da coordenação do Estado, com os atores e atorras dos sistemas que garantem os nossos consumos.

Assumindo que o consumo é uma prática, que depende de fatores internos para a sua inteligibilidade e de fatores externos para a sua reprodução, e que o consumo sustentável é uma renovação da prática do consumo, o discurso da sua renovação terá que ser coerente com a sua prática. Este esforço de renovação, tal como todos os esforços em prole da sustentabilidade, tem responsabilidades variadas, conforme as esferas em questão, mas deve ser transversal e inclusivo a todos os setores da sociedade. Nessa medida, era importante que, em nome do bom sucesso desta reconfiguração, houvesse uma base de condições práticas e de pensamento crítico que abrangesse aqueles e aquelas que o terão que renovar.

### **1.3.) Consumo Alimentar Sustentável**

#### **1.3.1.) A insustentabilidade do quadro geral e as particularidades portuguesas**

Segundo números de 2017, estima-se que cerca de 821 milhões de pessoas estariam subnutridas enquanto que 672 milhões de pessoas em idade adulta estariam obesas, com ambos os números a indicarem uma tendência para o agravamento do fenómeno (FAO 2018). Anualmente, um terço da produção agrícola humana global é desperdiçada, o que corresponde a cerca de 1000 milhares de milhões de dólares americanos por ano de valor desperdiçado (Searchinger et al, 2018). Estes são números que espelham a incoerência de um sistema e padrões de consumo alimentares insustentáveis assim como a sua incapacidade para resolver problemas estruturais passados e presentes, quanto mais de garantir as condições necessárias para as cerca de 10 mil milhões de pessoas que se preveem para 2050 (Mason e Lang, 2017; Willet et al, 2020).

Os hábitos alimentares em todo o mundo estão a convergir para uma dieta Ocidental- muitos açúcares, gorduras, carnes vermelhas e carnes processadas (Ranganathan et. al, 2016). Está é uma convergência que espelha uma série de alterações. comuns aos países de maiores rendimentos, em várias estruturas sociais que intermedeiam a relação entre as pessoas e a alimentação, alterações



essas indissociáveis das profundas alterações sociais, económicas, políticas, culturais, ambientais e agrícolas do século XX, nomeadamente:

- as mudanças nas estruturas familiares, particularmente a progressiva inclusão das mulheres no mercado de trabalho (Sargent, 2014);

- a urbanização das populações( FAO e WHO, 2019);

- a industrialização da agricultura e as políticas agro-alimentares de subsídios estaduais, nomeadamente nos Estados Unidos e na Europa, que incentivaram práticas agrícolas insustentáveis (Barber, 2013; Marsden, Hebinck e Mathijs, 2018; Stiglitz, 2018);

- a globalização de índole neoliberal e a abertura internacional dos mercado agro-alimentares (Gómez Benito e Lozano- Cabedo, 2014; Stiglitz, 2018);

- a gradual diminuição da refeição enquanto ritual familiar e (embora a nível menor) social (Moreno, 2015);

- e o poder da “junk food message” da “McCultura” (Morgan e Sonnino, 2008) que uniformiza culturas alimentares pelo poder do marketing, dos baixos preços, das altas velocidades e da rápida descartabilidade.

É também necessário sublinhar que embora estas tendências sejam mundiais elas encontram variabilidade nas suas consequências nacionais. Os problemas dos consumos alimentares europeus, que são também os problemas da realidade portuguesa, caracterizam-se por níveis de sobre-consumo, com negativas consequências ecológicas e de saúde, que coexistem com ilhas de insegurança alimentar (Marsden, Hebinck e Mathijs, 2018 ; Mason e Lang 2017,) e elevados níveis de desperdício alimentar, sobretudo na fase do consumo (Pires, 2017). A presença de Portugal na União Europeia e as normas de segurança agro-alimentar europeias (assim como as autoridades reguladoras que fiscalizam o seu cumprimento) representam um dos conjuntos legais mais abrangentes na proteção do consumo alimentar, quer do ponto de vista de padrões de qualidade, quer do ponto de vista da transparência dos processos produtivos. No entanto, a estabilidade das estruturas de governança alimentar europeias (as mesmas que permitiram uma expansão e estabilização da oferta alimentar a baixos preços para os consumidores, ainda que à custa de amplos subsídios agrícolas e externalidades ecológicas) está hoje em causa, com alguns autores a considerar que, desde a crise de 2007-2008, existe uma “crisis of food governance, as existing and longstanding governance regimes are no longer capable of delivering effective and long term food security and sustainability”(Marsden, Hebinck e Mathijs, 2018: 2).

Do ponto de vista cultural e geográfico, a manutenção de vários elementos da dieta mediterrânica no padrão alimentar português tem repercussões positivas nos nossos índices de saúde (Miller e Lu, 2019) ainda que nos últimos anos, particularmente nos anos da austeridade, se tenha registado uma diminuição da prevalência da dieta mediterrânica e um aumento quer da

insegurança alimentar quer de doenças não comunicáveis, particularmente nas populações mais pobres (Gregório et al., 2018). Do ponto de vista ecológico, e dentro dos países mediterrânicos, Portugal é o que tem uma maior pegada ecológica alimentar per capita (Grunewald et al 2015). O nosso consumo alimentar é o fator que mais pesa na pegada ecológica geral do país, segundo um estudo de seis municípios (Almada, Bragança, Castelo Branco, Guimarães, Lagoa e Vila Nova de Gaia) (Galli et al 2020).

Do ponto de vista do impacto dos consumos alimentares na saúde dos portugueses, existe uma relação forte entre um determinado padrão alimentar e fenómenos como a obesidade, infantil e adulta e a proliferação de doenças não transmissíveis (Loureiro, 2004; Nogueira, 2017; Bento et al., 2017). O relatório *Alimentação Saudável: desafios e estratégias* (2018), redigido pelo Programa Nacional para a Promoção de Alimentação Saudável da DGS, indica que os hábitos alimentares desadequados constituem “o segundo fator de risco que mais contribuiu para a mortalidade precoce”(ibid: 5) em Portugal. Por outro lado, os dados sobre a insegurança alimentar em Portugal, conceito que caracteriza “uma situação que existe quando se verificam dificuldades económicas no acesso aos alimentos” (ibid: 9), apontam para a correlação negativa entre níveis de rendimento e insegurança alimentar, assim como entre níveis de rendimento e problemas de saúde relacionados com más alimentações, nomeadamente doenças cardiovasculares, diabetes, colesterol elevado e hipertensão arterial (ibid). O mais recente relatório da DGS, *Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável* (2019), aponta para uma prevalência destes fatores mas indica também que no período entre 2008 e 2019, houve um decréscimo significativo dos fenómenos de excesso de peso e obesidade infantil, o que pode ser atribuído ao conjunto de ações que têm sido feitas nas áreas da alimentação, da educação, da fiscalidade e da publicidade.

Para além destas particularidades, Portugal terá problemas (e cria problemas que extravasam as suas fronteiras) para a segurança e a sustentabilidade do seu sistema alimentar, devido ao padrão médio de consumo alimentar dos portugueses, semelhante ao de muitos países de rendimentos altos, que assenta sobre um paradigma agro-alimentar insustentável (Mason e Lang 2017; Willet et al, 2020; de Schutter, 2019; Searchinger et al, 2018). Esse paradigma agro-alimentar é dependente de:

- uma série de pesticidas, herbicidas, inseticidas e fertilizantes químicos, feitos a partir de materiais não-renováveis e poluentes que contribuem de forma significativa para a erosão dos solos aráveis, para a perda de biodiversidade e para a contaminação dos recursos hídricos;

- de circuitos longos de ligação entre o “prado e o garfo”;

- de práticas agrícolas que sustentam uma cultura alimentar que contorna os limites da sazonalidade dos alimentos, assim disponibilizando aos consumidores ao longo do ano produtos hortícolas com maior diversidade e comodidade mas de menor qualidade nutricional e maior pegada ecológica;

-de uma indústria agropecuária, em particular a bovina e caprina, que representa vários problemas como o elevado rácio de alimento, hectares de terra e água por quilograma de carne, as elevadas emissões de gases de efeito estufa que provoca, nomeadamente gás metano e óxido nítrico, assim como as consequências para o consumo humano das elevadas cargas de antibióticos (que fomentam a resistência antibiótica de bactérias que podem afetar seres humanos) a que o gado é sujeito;

-de métodos de pesca e quantidades de consumo piscícola que põem em risco a sustentabilidade de espécies marinhas, provocando perturbações no funcionamento dos ecossistemas marinhos graves e pondo em risco a sustentabilidade económica e social de comunidades costeiras;

-e de subsídios e privilégios económicos e políticos que distorcem o funcionamento regular do mercado, com problemas graves de perda de bem estar social devido à criação de poderosos grupos económicos no setor agrícola, alimentar, petro-químico e no retalho.

Uma nota sobre o problema do desperdício alimentar. A Europa gera anualmente desperdícios de “cerca de 89 milhões de toneladas na Europa” (Gaspar, Ramalho e Mutelha, 2017) e dados sobre o desperdício alimentar em Portugal apontam para que “cerca de 17% das partes comestíveis dos alimentos produzidos para consumo humano, são perdidas ou desperdiçadas em Portugal, correspondendo a cerca de 1 milhão de toneladas por ano” (Baptista et al., 2012). Sendo que o desperdício alimentar é um fenómeno à escala mundial, importa ressaltar que o desperdício alimentar dos países de maiores rendimentos é o que está mais ligado a problemas de consumo, enquanto que nos países de baixos a médios rendimentos o desperdício está mais ligado às fases de produção, transformação e transporte (Pires, 2017; Mason e Lang, 2017). Iva Pires (2017), no seu retrato sobre o desperdício alimentar, aponta como problemas gerais dos países europeus a “abundância e o baixo preço dos alimentos” (ibid: 55), a “legislação” e “normas regulamentares sobre padrões de comercialização, higiene alimentar, rotulagem e segurança alimentar (ibid: 57) e “questões de estética” (ibid: 57-58) que “impôs uma ditadura da estética onde aparentemente o aspeto exterior é mais importante do que a qualidade e o valor nutricional”. Mas aponta como problemas específicos nas estruturas de consumo, nomeadamente nos restaurantes, nas cantinas, nos hotéis e nas famílias, o “armazenamento inadequado e gestão inadequada dos stocks de alimentos”; os “alimentos comprados mas não consumidos”; “os alimentos cozinhados mas não consumidos” e o “desperdício no prato”; “porções não adaptadas” e “imprevisibilidade na procura” na restauração; e a “falta de competências para reaproveitar os restos ou usar todas as partes comestíveis dos alimentos” (ibid:79).

### 1.3.2.) Consumo Alimentar Sustentável- principais posições e questões

A produção alimentar é hoje o principal razão das mudanças ambientais em curso( Willet et al, 2020) e consumos alimentares desadequados são um dos principais fatores de risco que levam ao desenvolvimento de doenças não transmissíveis, a maior causa de mortalidade no mundo e um fardo substancial para os serviços nacionais de saúde (FAO e WHO, 2019; Mason e Lang, 2017; PNPAS, 2019;WHO, 2018). Embora o consenso científico aponte para vários e sérios problemas no sistema alimentar industrializado e globalizado de natureza neoliberal, não parece existir ainda um quadro operativo consensual o suficiente para o tipo de estratégias que permitiriam mudar os sistemas alimentares para sistemas com características mais compatíveis com os princípios do Desenvolvimento Sustentável. Mason e Lang (2017) identificam oito grandes grupos de posições sobre esta questão:

- os “negacionistas” que negam a existência de um problema sequer, ou pelo menos, que seja um problema que requeira ação pública;

- os “tecnologistas” que acreditam no lucrativo potencial tecnológico para a resolução dos problemas relacionados com a alimentação;

- os “não-prioritários” que consideram que a prioridade de uma política alimentar não pode ser a questão ambiental (que consideram ser um problema ocidental para ocidentais) mas sim a erradicação da fome;

- os “leave it to consumers” que acreditam que etiquetas informativas adequadas permitirão aos consumidores individuais escolher o consumo adequado à resolução deste problema;

- os “choice-editors”- que acreditam que a alteração da composição dos produtos alimentares à margem das escolhas do consumidor, mantendo o seu apelo comercial e minimizando o seu impacto negativo ambiental, será grande parte da solução;

- os defensores das “magic bullets”, que acreditam que se deve colocar o foco na redução do consumo de carne de vaca e do desperdício alimentar, por serem os principais elementos de insustentabilidade alimentar;

- os que se focam na saúde: que defendem que, como dietas saudáveis têm níveis de sustentabilidade (pelo menos em termos ambientais) superiores, se as pessoas comerem segundo as diretrizes nutricionais terão um duplo dividendo através de uma só ferramenta;

- e finalmente os que, segundo os autores, “take sustainable diets seriously”, o que implica um “redesign of food systems, land use and production, but debate[s] how extensive this needs to be”(ibid: 20).

Estas oito posições contêm ecos das posições e pressupostos dos debates que vimos anteriormente sobre as dimensões da sustentabilidade e do consumo sustentável. As principais perguntas sobre o futuro da alimentação contêm temas e preocupações transversais ao debate mais

geral do Desenvolvimento Sustentável e essencial para o seu sucesso. Devido à totalidade social do fenómeno da alimentação ( no sentido em que o sistema agro-alimentar convoca toda a sociedade e as suas instituições para o seu funcionamento) e à sua função de sustento (nutricional de todos e todas; económico de uma significativa parte da população humana), as dúvidas em torno da sustentabilidade alimentar no século XXI merecem uma profunda reflexão social (Gómez-Benito e Lozano, 2014).

### **1.3.3.) Consumo Alimentar Sustentável- papel das políticas públicas na Grande Transição**

O debate em torno da alimentação sustentável levanta enormes desafios à sustentabilidade das sociedades modernas e requererá o compromisso de ação e responsabilidade de todos e todas. Este compromisso afeta todas as pessoas embora tenha um peso diferenciado de ator/a para ator/a, conforme um dos princípios basilares do Desenvolvimento Sustentável. No entanto, pelo facto de serem os Estados os signatários principais da visão de Paris e serem os Estados os instrumentos principais da garantia do bem-estar social das sociedades ( particularmente nas áreas onde não existe um incentivo ou a capacidade económica da parte da sociedade civil ou dos setores privados para o fazer) é importante sublinhar a responsabilidade dos Estados na transição para o paradigma da alimentação sustentável, particularmente os de países que apresentam os padrões de consumo mais diretamente implicados na insustentabilidade do consumo mundial.

A partir do relatório “Food in the Anthropocene” da Comissão *Eat-Lancet* (Willet et al, 2020), podemos elencar o “ full range of policy levers(...) likely to be needed” (ibid:458) para tornar viável um futuro alimentar sustentável. As recomendações deste relatório estão balizadas por dois “safe operating spaces”, a partir do trabalho de Rockstrom e colegas: um aplicado à ingestão de grupos alimentares que tem em consideração as necessidades nutricionais médias; e o outro que estipula os limites inultrapassáveis dos sistemas terrestres na produção alimentar.

Em primeiro lugar, destaca-se a importância das dietas neste debate, no sentido de serem o mais importante quadro de referência para a alimentação. Uma dieta bem elaborada sintetiza as preocupações nutricionais, sócio-culturais e ecológicas que são relevantes para a alimentação de uma determinada sociedade e fá-lo de forma clara e acessível para ser seguida (ibid).

Aquilo que constitui uma dieta saudável e sustentável é uma dieta que potencia o bem-estar, segundo termos físicos, mentais e sociais. Para além das particularidades das dietas de pessoas com determinadas necessidades etárias, culturais, genéticas, profissionais e/ou médicas, o tipo de dieta que caracteriza uma alimentação nutricional e ecologicamente equilibrada deve ser predominantemente: à base de legumes, leguminosas, grãos (de preferência integrais), nozes e sementes; com baixos níveis de alimentos de base animal, dando primazia à carne branca, ao peixe e ao marisco; utilizando óleos e gorduras insaturadas; com o menor nível possível de comidas

ultraprocessadas, sal e açúcar (ibid:451). Como referem os autores e as autoras, estas diretrizes são compatíveis com várias culturas gastronómicas, entre as quais a cultura gastronómica Mediterrânica, na qual Portugal está ecológica e culturalmente inserida.

Em segundo lugar, definem o tipo de práticas agrícolas, piscícolas e pecuárias que são compatíveis com o bem-estar nutricional e ecológico da população atual e futura: “conservation agriculture, sustainable and ecological intensification, agroecological and diversified farming systems, precision agriculture and organic farming” (ibid:461). Estes esforços dependerão do seu contexto de aplicação, mediante as particularidades de cada região. Para precisar os parâmetros dentro dos quais os sistemas agrícolas deverão funcionar, os autores e autoras apresentam parâmetros sistémicos para os limites anuais inultrapassáveis de: emissões de gases com efeito de estufa, níveis de nitrogénio, fósforo, utilização de água doce, de extinção de espécies e utilização de área para efeitos agrícolas (ibid: 452).

Em terceiro lugar, caracterizam o tipo de sistema alimentar que terá que existir para articular a produção e o consumo de forma sustentável e saudável e os principais componentes da transição alimentar. Nomeadamente, a maior prevalência de padrões de consumo alimentar de base tendencialmente vegetal; uma produção agrícola mais eficiente na minimização de gases de efeito estufa, efluentes prejudiciais, utilização de água, metros quadrados de terra arável e destruição de biodiversidade; e uma redução do desperdício alimentar. (ibid:470)

Por último lugar, sintetizam as suas recomendações, balizadas nos parâmetros ecológicos e nutricionais previamente identificados, num quadro de referência para a “Great Food Transformation” (ibid:476):

- Legislando sobre a disposição espacial dos espaços de retalho e restauração coletiva, eventualmente limitando a presença de espaços que sirvam refeições não saudáveis (medindo níveis de sal, açúcar, micronutrientes) e insustentáveis (com base nos ingredientes que compõem as refeições servidas);
- Legislando e fiscalizando limites máximos de sal, açúcar, tamanho de doses, porções, taxas de desperdício nas refeições prontas a comer e alimentos pré-finalizados no retalho e restauração;
- Criando mecanismos fiscais que desincentivem o consumo de alimentos insustentáveis
- Reorientando os subsídios agrícolas para incentivar práticas agrícolas mais sustentáveis;
- Regulando o setor da publicidade e marketing de comidas que não são saudáveis e/ou sustentáveis
- Liderar por exemplo: fazer das refeições de Estado, refeições públicas (na rede de refeitórios sobre a alçada do Estado: idealmente em todas- hospitais, prisões, messes, refeitórios ministeriais, universidades em escolas) instâncias de promoção do tipo de alimentação que se pretende promover;

-E potenciar as escolas, para que o seu currículo e espaço desenvolva o tipo de aprendizagens sobre que possam contribuir para uma mudança cultural no relacionamento da sociedade com a alimentação.

Destacou-se este conjunto específico de medidas a partir do relatório *EAT-Lancet* mas grande parte destas medidas encontram eco nas publicações de Mason e Lang (2017), da World Resource Institute (2017, 2018), da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2019) e da Organização Mundial da Saúde (WHO,2019), para citar algumas das mais recentes e mais relevantes publicações sobre a sustentabilidade alimentar. Os Estados têm um âmbito de responsabilidades sobre o funcionamento do sistema alimentar de um país muito alargado (com a devida consideração que Portugal tem essa responsabilidade limitada pelas autoridades europeias e demais estados europeus). Em termos de política alimentar são os Estados que definem os regimes jurídicos que enquadram a qualidade e higiene alimentar e a publicidade alimentar (e controlam as respetivas autoridades fiscalizadoras) e os regimes fiscais que condicionam ou incentivam o funcionamento do setor agrícola, do retalho e da restauração. Ainda hoje, subsídios públicos na área energética e agrícola representam um dos principais garantes de viabilidade económica de práticas agro-alimentares insustentáveis (Barber 2013; Mason e Lang 2017).

Para além desta ação coordenadora e fiscalizadora, o Estado exerce uma ação direta no setor alimentar de várias formas. As diretrizes alimentares que as autoridades públicas estipulam, com a colaboração de atores não governamentais, representam o principal quadro de referência nacional de um padrão de alimentação. Através da abordagem escolar de educação alimentar nas escolas públicas, os Estados exercem um importante papel pedagógico na formação de relações com a alimentação de uma parte considerável da população. Finalmente, enquanto ator económico direto, os bens e serviços que o Estado garante na área da alimentação (ainda que muitos destes serviços públicos sejam sub-contratados) representam, no seu todo, um volume considerável de intervenção direta nas economias relacionadas com o sistema alimentar.

#### **1.3.4.) Consumo Alimentar Sustentável: a importância da dieta Mediterrânica**

Como se referiu anteriormente, a dieta é uma síntese de questões nutricionais, ecológicas e culturais que são importantes para o enquadramento da alimentação de uma população: nutricionais, porque a qualidade da nutrição influencia diretamente a qualidade da saúde humana; ecológicas, porque a dieta deve indicar alimentos que garantam as nossas necessidades nutricionais mas que sejam possíveis de cultivar, de forma sustentável, no nosso meio ambiente; e culturais porque o conjunto de saberes, sabores, capacidades e processos técnicos que compõem a cultura gastronómica de um

país ou de uma região têm muitas vezes importantes valores e significados sociais que devem ser enquadrados e valorizados no quadro alimentar que serve de referência pública.

Nas últimas décadas, a dieta Mediterrânica ganhou reconhecimento mundial nos círculos académicos e político-institucionais devido às suas vantagens do ponto de vista de saúde mas também do ponto de vista da sua sustentabilidade enquanto padrão alimentar. Do ponto de vista dos seus benefícios de saúde, este lugar de destaque deve-se, em parte, por ser uma dieta que dispõe de décadas de estudo científico que reconhecem uma associação positiva entre a adesão à Dieta Mediterrânica e “menores taxas de morbilidade e mortalidade por doença cardiovascular e cancro, a menor incidência de diabetes tipo 2, de hipertensão arterial, de obesidade e de doenças neurodegenerativas” (Graça, 2014: 20). Recentemente a dieta Mediterrânica é vista também como um importante quadro de referência na discussão sobre consumos alimentares sustentáveis por ser uma dieta de base vegetal, com baixos consumos de alimentos de base animal, e que recorre a produtos frescos, locais e sazonais, de espécies adequadas às condições agrícolas da sua geografia (Berry, 2019; Graça, 2015; FAO e WHO, 2019; Mason and Lang, 2017; Pinho et al, 2016; Willet et al 2020). Em Portugal, a Dieta Mediterrânica tem sido divulgada por autoridades de saúde (Pinho et al, 2016), pela Associação Portuguesa de Nutricionistas (Real, 2014), pela academia (Freitas et al, 2015,), com destaque para a obra de Pedro Graça (2012, 2014 e Graça et al, 2013) assim como o seu papel na direção do Programa Nacional Para a Alimentação Saudável (PNPAS). Destaque ainda para a utilização da Dieta Mediterrânica no planeamento das refeições escolares, nomeadamente no documento *Orientações sobre Ementas e Refeitórios Escolares* (2018), escrito por Rui Matias Lima, que é o referencial das refeições escolares públicas da DGE, assim como na utilização da Dieta Mediterrânica como referencial para intervenções interessantes na área do melhoramento de hábitos alimentares em jovens de idade escolar (Santos et al 2018, Rito et al 2019).

Segundo Graça (2014), os princípios principais da Dieta Mediterrânica estão caracterizados no quadro abaixo:



## Quadro 1.1.- Princípios da Dieta Mediterrânica

- Frugalidade e cozinha simples que tem na sua base preparados que protegem os nutrientes como as sopas, os cozidos, os ensopados e as caldeiradas.
- Elevado consumo de produtos vegetais em detrimento do consumo de produtos alimentares de origem animal, nomeadamente de produtos hortícolas, fruta, pão de qualidade e cereais pouco refinados, leguminosas secas e frescas, frutos secos e oleaginosos.
- Consumo de produtos vegetais produzidos localmente ou próximos, frescos e da época;
- Consumo de azeite como principal fonte de gordura;
- Consumo moderado de laticínios;
- Utilização de ervas aromáticas para temperar em detrimento do sal;
- Consumo mais frequente de pescado comparativamente com consumo baixo e menos frequente de carnes vermelhas;
- Consumo baixo a moderado de vinho e apenas nas refeições principais;
- Água como principal bebida ao longo do dia;
- Convivialidade à volta da mesa.

Na página da Unesco, a entrada sobre a Dieta Mediterrânica destaca “o conjunto de capacidades, conhecimentos, rituais, símbolos e tradições que dizem respeito ao cultivo, à colheita, à pesca, à criação pecuária, à conserva, ao processamento, à confeção e, particularmente, à partilha e ao consumo de comida” (Unesco, s.d., tradução própria), para além da dimensão estritamente nutricional da Dieta, que é a dimensão que normalmente se enfatiza na sua promoção.

Para Moreno (2015) a manutenção da Dieta Mediterrânica não é vista apenas enquanto uma ferramenta nutricional ou um património cultural, mas uma forma mais ampla de recusar o padrão alimentar ocidental e a ordem político-económica neoliberal que a subjaz e escudar as sociedades do Mediterrâneo das noções de progresso, modernidade e Desenvolvimento que essa ordem procura impor de forma padronizada, nomeadamente na esfera alimentar. Os elementos extra-nutricionais da Dieta Mediterrânica como a comensalidade, o prazer, a valorização (social e económica) da diversidade dos produtos e dos/das produtores/as, a criatividade, a aceitação e a celebração da sazonalidade, são elementos tão importantes à configuração de um certo estilo de vida saudável e sustentável quanto os seus elementos nutricionais.

### **1.4.) Literacia Alimentar**

#### **1.4.1.) Concetualização**

Nos últimos anos é comum ouvir-se que é necessário aumentar o nível de “literacias” da população em variadas áreas: para a saúde, para a saúde mental, para a sexualidade, a financeira, a digital ou a dos média. Também no campo do Desenvolvimento Sustentável se tem falado na literacia ou nas literacias da sustentabilidade, que a plataforma dos ODS da ONU define como sendo “the knowledge, skills and mindsets that allow individuals to become deeply committed to building a

sustainable future and assisting in making informed and effective decisions to this end” (Sustainable Development Goals Knowledge Platform, 2018). Trata-se de uma forma de perceber a crescente complexidade social e os desafios individuais e coletivos que ela coloca às pessoas como uma realidade que requer um conjunto de ferramentas, capacidades, conhecimentos, estruturas e valores. Em teoria, este conjunto servirá para que os seus cidadãos e cidadãs estejam suficientemente integrados/as na complexa sociedade contemporânea de formas que sejam socialmente vantajosas. Tendo como base a expressão mais fundamental do processo pedagógico, a literacia alfabética, que goza de um consenso universal em torno do facto de ser o ponto de entrada e de ligação fundamental em qualquer sociedade, procura aprofundar os fundamentos que se consideram ser os socialmente desejáveis para uma maior integração individual da pessoa individual na cidadania e para uma maior coesão da sociedade enquanto um todo. No contexto da sustentabilidade, a propósito dos princípios de solidariedade intra e intergeracional e do princípio da responsabilidade partilhada (ainda que diferenciada), poderá ser pertinente repensar as conceções tradicionais das literacias civicamente relevantes. Da mesma forma, poderá ser pertinente olhar para a forma como se conceitualizam essas literacias e se promove a sua aprendizagem.

A literacia alimentar surge associada à preocupação de que é necessário dotar a população de um conjunto base de conhecimentos e capacidades que permita uma saudável interação com a complexidade crescente do panorama alimentar. Nas suas primeiras formulações (a partir dos anos 90 até à primeira década do atual século), os desafios que esta complexidade levanta para a sociedade são percebidos na literatura principalmente como problemas da ordem da saúde pública- nomeadamente no aumento dos níveis de obesidade e de morbilidade e mortalidade de doenças não transmissíveis. (Vidgen e Gallegos, 2016). Estes desafios ( e seus custos em termos de qualidade e anos de vida assim como encargos para os serviços de saúde) eram entendidos como o resultado de alimentações não saudáveis que poderiam ser corrigidas com uma educação nutricional, ora teórica e prática, ora apenas teórica (ibid).

Com a maturação do conceito, tornou-se mais multi-dimensional, abrangendo mais que as suas iniciais preocupações nutricionais, e tem expandido os seus níveis de análise para além do nível micro do (des)conhecimento individual (Caraher, 2016; Slater et al, 2017; Vidgen e Gallegos, 2014; Vidgen e Caraher, 2016) embora ainda não seja consensual uma definição ou um quadro de referência concetual (Rosas et al, 2019; Marques Mota, 2019). Concretamente, artigos de revisão abrangente do estado da arte (Rosas et al, 2019; Truman, Lane, Elliott, 2017) e livros como *Food Literacy: key concepts for health and education* ( editado por Vidgen, 2016) ilustram o caminho que a literacia alimentar tem feito na ligação entre os fatores práticos do consumo alimentar quotidiano e as esferas ecológica, social e económica (os três vértices da sustentabilidade) da vida humana.

Neste sentido é uma ferramenta que pretende fomentar um nível de pensamento crítico, particularmente junto da população mais jovem, (Slater et al, 2017) num determinado universo social, potenciando a capacidade dos seus membros exercerem a sua cidadania alimentar de forma mais consciente e capacitada (Vidgen, 2017). A razão do foco nas populações mais jovens deve-se a um consenso generalizado dos autores e das autoras nesta área (particularmente de países anglo-saxónicos) em torno da importância de uma formação escolar de Economia Doméstica para a formação de uma relação positiva duradoura com a alimentação.

Uma das definições mais citadas na literatura é a das autoras australianas Vidgen e Gallegos (2014:55) que definem a literacia alimentar como a “collection of interrelated knowledge, skills and behaviours required to plan, manage, select, prepare and eat foods to meet needs and determine food intake” que serve de “scaffolding that empowers individuals, households, communities or nations to protect diet quality through change and strengthen dietary resilience over time. It is composed of a collection of inter-related knowledge, skills and behaviours required to plan, manage, select, prepare and eat food to meet needs and determine intake”. No trabalho realizado por ambas na construção desta definição, elaboraram dois painéis, um de peritos e peritas de várias áreas do setor da alimentação e um composto por jovens de idades compreendidas entre os 16 e os 25 anos, responsáveis pela sua própria alimentação, de vários perfis socioeconómicos, desde jovens sem-abrigo a jovens recém-licenciados/as empregados/as. Este trabalho, defende Vidgen (2017:64), considera o fenómeno da literacia alimentar através de “multiple perspectives, privileging that of the eater”, refletindo um “social, environmental and functional understanding of food systems”, que enfatiza que “healthy eating is about more than meeting nutrition recommendations; it’s about how to do this on a day to day basis over a lifetime”.

Outro importante contributo na área é o quadro de referência desenvolvido por Slater e colegas (2018:549) que pretende identificar “a broad scope of critical and foundational food literacy competencies required by youth as they transition to independent adulthood so they can successfully navigate complex food environments, develop positive relationships with food, reduce risk of obesity and chronic disease and enhance well-being; and second to incorporate the competencies into a ‘food literacy framework’ for young adults”. Através da realização de um workshop dinamizado pelas autoras e autor com 41 peritos das áreas alimentares, educacionais e nutricionais, as autoras e o autor desenvolveram um “framework” que “emphasizes functional, relational and systems competencies and reflect the complexity of food(...) through including basic knowledge of food, nutrients, food safety; food skills; emotional and cultural aspects; and critical perspectives on food systems”(ibid:551). Esse quadro de referência sub-divide em 3 os grupos de “competências”, as “funcionais”(“Confidence and Empowerment with Food”), as

“relacionais”(“Joy and Meaning through Food”) e as “sistêmicas” (“Equity and Sustainability for Food Systems”)(ibid:552). Como referem as autoras, muitas formulações do conceito não referem a dimensão da sustentabilidade alimentar, focando-se nos elementos mais estritamente nutricionais e na sua relação com a saúde, o que desvirtua o impacto intendido de o conceito abranger uma visão holística da alimentação nas suas várias dimensões.

Este quadro concetual introduz uma série de preocupações extra-nutricionais sobre o tipo de relação que se deve fomentar (em particular, pelas escolas) entre jovens e a sua alimentação. Uma das preocupações destas autoras e autores é que uma conceção e operacionalização do conceito de literacia alimentar esteja ancorada numa entendimento mais amplo de bem-estar. Esta ideia ecoa a preocupação de autores e autoras previamente citados sobre a mudança de valores e atitudes necessária para ancorar formas alternativas de desenvolvimento, consumos, e consumos alimentares, que sejam mais saudáveis e sustentáveis.

Em segundo lugar, a noção das interligações e interdependências nas várias esferas alimentares levam a uma concetualização do sistema alimentar, a partir de uma perspetiva pedagógica, que permite alargar o âmbito do debate das intervenções escolares em prole de gerar consumos alimentares mais saudáveis e sustentáveis. Mudanças bem sucedidas nos hábitos alimentares de qualquer idade, mas particularmente nos jovens, requerem programas de intervenção escolar que maximizem as oportunidades de aprendizagem de forma transversal e coerente.

Em terceiro lugar, embora se defenda o poder da pedagogia alimentar sustentável na capacitação de perspetivas proativas e críticas, existe um claro reconhecimento dos limites individuais, independentemente do seu grau de literacia alimentar, de ser um ator transformador da sustentabilidade alimentar por si. As pessoas individuais, em particular as pessoas em situações de insegurança alimentar e carências sócio-económicas, têm que operar dentro dos constrangimentos da sua própria posição individual e a sua relação com as estruturas sociais de produção e consumo alimentar. A literacia alimentar não deve desresponsabilizar e despolitizar os fatores contextuais da alimentação individual, que são muitas vezes estigmatizadas pelos seus hábitos alimentares pouco saudáveis ou sustentáveis (Caraher 2017; Gallegos, 2017). Por muito útil que o conceito seja, a invocação do conceito deve ser feito num quadro onde também se consideram as condições estruturais que permitem exercer essa literacia e não apenas as capacidades individuais que levam à sua aprendizagem. É aconselhável que se tenha em atenção quais os problemas que se pretendem resolver com a sua invocação e quais os limites do conceito.

### 1.4.2.) Literacia alimentar em Portugal

Como foi referido, o conceito da literacia alimentar é relativamente recente e ainda de nascente consolidação académica mas já encontra uma razoável expressão em Portugal, nomeadamente, por ordem cronológica:

-Em publicações académicas: a primeira das quais a tese de doutoramento de Luís Francisco Soares Luís(2010); Andreia Oliveira (2017); Maria João Marques Mota (2019); e o projeto FOOD-LIT PRO, de Rosas e colegas (2018-em curso);

-Pelos nutricionistas, nomeadamente pela voz da sua Bastonária, Alexandra Bento, que se refere à importância do tema desde pelo menos 2012 (Bento, 2012) e pela Associação Portuguesa de Nutrição;

-Por autoridades públicas, nomeadamente a Direção Geral da Saúde (DGS), desde 2015 (Graça et al, 2015, 2017,2018; Gregório et al, 2019) e a Estratégia Integrada para Promoção da Alimentação Saudável (2017, avaliada em detalhe por Graça et al, 2018b).

Começando pelas publicações académicas, destaque para as duas últimas referências pelos trabalhos em prole de um quadro de referência para o conceito, como foi feito, por exemplo, nos trabalhos de Vidgen e Gallegos (2014) e de Slater e colegas(2018) entre outros, mas a partir de peritos portugueses e, por isso, mais sensível ao contexto português. Em relação à tese de mestrado de Marques Mota (2019), destaca-se a ausência de inclusão das questões da sustentabilidade do consumo alimentar na definição do conceito, estando a preocupação da autora mais direcionada para que a literacia alimentar seja uma ferramenta na prevenção da obesidade em Portugal. Destaque para os 43,3% dos entrevistados que falam na importância da “confeção” e de outros aspetos alimentares mais operativos nos “aspetos alimentares” identificados na codificação das entrevistas.

Em relação ao trabalho de Rosas e colegas (2018, 2019), fazem uma revisão do estado da arte no debate em torno da literacia alimentar onde apontam uma série de concordâncias mas também uma certa inconsistência nos quadros de referência e concetualizações. As lacunas apresentadas enquanto gerais à literatura são a incipiente abordagem de “attitudes, notification and other psychological and emotion factors” assim como uma “limited manifestation of surrounding contexts” (2019:3). Sobre Portugal, destacam os esforços da DGS na promoção da literacia alimentar mas ressalvam que “evidence-based research that provides an understanding of food literacy’s domains, determinants and influential factors, in order to contribute for the development of food-related knowledge, behaviours, skills and general food systems for the Portuguese population and context is yet to be conducted”(ibid: 3). Juntamente com a sua exposição do tema,

entrevistam um conjunto de 30 peritos em áreas distintas (mas todas relacionadas com a alimentação, direta ou indiretamente) que produziu uma análise codificada exaustiva em 9 categorias, 22 códigos e identificou 80 atributos da literacia alimentar segundo os peritos portugueses, 62,5% dos quais convergentes com os principais quadros de referência internacionais. Destes destaca-se 11 atributos relacionados com a Sustentabilidade (ibid:13-14) e 6 atributos relacionados com a componente prática de capacidades de cozinha (ibid:9) que expõem uma convergência das dimensões da literacia alimentar identificadas pelos peritos portugueses com as identificadas noutros quadros de referência do conceito previamente referidos.

Em relação ao setor dos nutricionistas, a Bastonária da Ordem dos Nutricionistas, Alexandra Bento há vários anos que invoca o conceito (Bento, 2012), falando publicamente sobre a importância de aumentar a literacia alimentar dos portugueses. Para Alexandra Bento, a literacia alimentar é a “a base que capacita a população para realizar escolhas alimentares saudáveis, isto é, a sustentação que permite garantir a ingestão alimentar adequada às necessidades nutricionais” (Bento, 2019). Defende ainda que é “urgente aumentar a literacia da nossa população de forma a permitir uma relação positiva com a alimentação, possibilitando decisões e escolhas que promovam a saúde nacional” (Bento, 2020), nomeadamente através da promoção da dieta mediterrânica (Bento,2018a).

Para potenciar a literacia alimentar, Bento tem defendido um papel mais interventivo do Estado, com uma visão preventiva e a longo prazo sobre as consequências de más alimentações para a saúde dos portugueses, nomeadamente: através de um reforço da ação dos nutricionistas junto da população (Bento, 2019); através de uma “simplificação de rotulagem nutricional” nos produtos alimentares (Bento, 2020); e através de uma política educativa alimentar onde “a escola [assumisse] um papel integrante na literacia alimentar” (Bento, 2020). Sobre este tema, aliás, Bento e colegas (2018b) propuseram uma “Estratégia Para a Alimentação Escolar em Portugal” onde ressaltam questões que merecem a nossa atenção: o facto da escola ser um ambiente privilegiado para a “modulação de comportamentos” é dado quase como que por adquirido; apontam-se falhas na concretização e fiscalização do trabalho na área alimentar escolar, nomeadamente nas insuficiências dos refeitórios escolares; existe uma preocupação em desenhar intervenções a vários níveis (na sala de aula, no refeitório e em casa, com os professores, nutricionistas e com a família) onde se destaca a recomendação de “incluir a componente alimentar no currículo, ministrada por professores treinados para o efeito” (ibid:9). Por fim, destacam-se ainda duas ausências: a ausência de uma proposta de elementos práticos a serem incluídos na sugestão de uma “componente curricular” dedicada à literacia alimentar; e a ausência de qualquer referência à questão da sustentabilidade

alimentar no desenho de políticas alimentares escolares. Aliás, nas suas intervenções públicas, apenas numa (Bento, 2020b) falou em “escolhas mais saudáveis e sustentáveis”.

Em relação à Associação Portuguesa de Nutrição (APN), desenvolve, desde 2017 o “Programa Sustentabilidade Alimentar” que pretende aumentar a literacia alimentar, particularmente de jovens em idade escolar, ao mesmo tempo que sensibiliza para as relações entre alimentação e sustentabilidade. Este programa abarca uma pequena coleção de material didático disponível gratuitamente no seu site, atividades escolares dinamizadas entre professores e a APN o desenvolvimento de sessões de cinema pontuais e a realização de conferências sobre a temática.

Finalmente, a DGS têm sido das principais proponentes da difusão do conceito de literacia alimentar em Portugal. Esse trabalho está patente nos relatórios anuais do PNPAS (PNPAS, 2015, 2017, 2018, 2019) desde o relatório de 2015 onde, pela primeira vez, se invocou o conceito. Nesse relatório, o conceito aparece inserido numa lógica de “capacitação” e “divulgação de informação” que levem a que os “cidadãos adquiram as competências necessárias para que possam fazer escolhas alimentares saudáveis” (2015: 13). Esses esforços têm incluído: um blogue de oferta e troca de informação sobre alimentação, o lançamento do site do PNPAS e “atividades de colaboração intersetorial” como projetos e parcerias pontuais com entidades públicas, organizações não-governamentais e privados (PNPAS,2015); a disponibilização de informação através de publicações e a “articulação intersetorial com a área do ambiente” (PNPAS,2018) e a promoção de “literacia alimentar e nutricional” através de novas publicações dirigidas a profissionais em 2019.

Embora existam medidas no PNPAS que abordam dimensões práticas e relacionadas com a sustentabilidade da alimentação que fazem parte das dimensões associadas à literacia alimentar, identificadas como tal quer pela literatura internacional (Slater et al, 2018; Truman, Lane e Elliott, 2017; Vidgen e Gallegos, 2014) quer pela nacional (Rosas et al, 2019), estas surgem desligadas das medidas associadas com esse conceito. Tal como na invocação do conceito feito pelos e pelas nutricionistas portuguesas, a literacia alimentar é apresentada como um conceito principalmente informativo e orientado para a dimensão da saúde, que servirá como forma de melhorar a capacidade individual de escolher atitudes alimentares mais saudáveis.

Parece haver uma grande diferença entre o entendimento do conceito em Portugal (com poucas exceções) e o entendimento de grande parte da literatura sobre literacia alimentar, pelo menos a que aqui foi referenciada. Nesta última, existe uma noção de que a literacia alimentar requer capacidades práticas e teóricas para a sua operacionalização- para a criação de “literatos alimentares” a informação teórica deve existir, mas como enquadramento a uma aplicação prática que mereça uma igual atenção pedagógica. A literacia, normalmente, entende-se como a capacidade de pôr em prática a leitura, a escrita e a oralidade, de forma crítica e construtiva. De pouco

adiantaria uma literacia que ensinasse a ler sem se preocupar com a capacidade de escrita ou com a capacidade de interpretação textual.

A diferença entre a visão da literacia alimentar predominantemente anglo-saxónica e a visão que predomina em Portugal pode residir no seguinte. Em primeiro lugar, o perfil disciplinar dos autores e autoras na área da literacia alimentar em Portugal é habitualmente da área da Saúde, enquanto que os debates fora de Portugal incluem autores e autoras de áreas disciplinares mais abrangentes que abordam a temática com maior interdisciplinariedade. A literacia alimentar em Portugal é muitas vezes apresentada como um conceito auxiliar de uma política que visa essencialmente os problemas de saúde associados a alimentações nutricionalmente desadequadas. Mas como vimos anteriormente, a desadequação nutricional não esgota as consequências negativas de uma alimentação desequilibrada. Isto significa que enquanto intervenção de política pública, poderia ser mais ambiciosa nas metas a que se propõe.

Por outro lado, a forma como se coloca o problema que a literacia alimentar pretende resolver é questionável, nomeadamente assumindo que o problema nutricional em Portugal se deve sobretudo a uma falta de informação dos portugueses e das portuguesas. Mais, que essa ausência de informação se resolve com uma pedagogia que não inclua uma componente prática e que se limite, do ponto de vista teórico, a oferecer informação sobre a nutrição alimentar. Isto leva à segunda questão: grande parte da discussão na área da literacia alimentar é feita a partir da perspectiva de países onde existe uma tradição longa de uma disciplina de Economia Doméstica nos currículos escolares. Embora se reconheça a importância de uma abordagem multi-setorial e inter ou trans-disciplinar na discussão académica, a existência de uma disciplina de Economia Doméstica no currículo escolar público é o que permite ancorar grande parte das discussões sobre a operacionalização do conceito.







## **Sustentabilidade, Educação e Alimentação nas Escolas Públicas Portuguesas**

### **2.1.) Sustentabilidade, Educação e Alimentação nas Escolas**

#### **2.1.1.) Educação e Sustentabilidade**

No capítulo anterior elencamos as razões pelas quais os padrões de consumo alimentar atuais acarretam sérios problemas de saúde, ambientais, sociais e económicos e, como tal, são incompatíveis com o tipo de consumos alimentares que um Desenvolvimento Sustentável compagina. Tivemos também oportunidade de expor contributos que apontam para as formas como esses padrões de consumo podem ser alterados e quais os papéis relevantes para a ação pública neste processo, coerentes com os princípios e objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Em todas as esferas que tutela diretamente, emprega pessoas, recursos e serviços, dispondo de autonomia para a gestão da sua ação direta. E, se quiser que as ações da sua própria comunidade sejam coerentes com a missão do Desenvolvimento Sustentável, o Estado deve ser o primeiro a aplicar os seus princípios nas ações das esferas que tutela. Deve fazê-lo pela coerência das suas próprias políticas, por compromisso com o bem estar social, e, principalmente, porque apenas a ação pública, em muitas instâncias, pode representar ganhos coletivos insubstituíveis, em determinadas esferas, que serão do benefício de toda a sociedade (FAO 2019; Mason e Lang, 2017; Willet et al, 2020).

A escola pública é um dos melhores exemplos da insubstituibilidade do Estado enquanto garante de um importantíssimo bem comum, o da escolarização universal e gratuita. Atualmente, os desafios do século XXI, que se tornam cada vez prementes, levam a que, na última década, haja uma tendência para re-avaliar a escola à luz dos desafios que o Desenvolvimento Sustentável coloca à sociedade em termos da sua concretização (UNESCO, 2015; 2017). Concretamente, organizações internacionais, investigadores/as e professores/as têm investigado e posto em prática estratégias que têm em vista a compaginação dos sistemas educativos com a missão do Desenvolvimento Sustentável, propondo a atualização de currículos, estruturas e pessoal escolar para que as escolas de hoje possam contribuir para a capacitação dos cidadãos e cidadãs de amanhã com os conhecimentos, capacidades e atitudes necessários para enfrentarem a sua parte dos desafios de construir um desenvolvimento alternativo.

Esta tendência não é nova, aproveitando parte do ímpeto feito pelos impulsionadores e impulsionadoras da Educação Ambiental que muito fizeram para que as autoridades educativas

internacionais e nacionais incluíssem uma vertente ecológica holística na educação escolar- ainda antes de se criar o conceito de Desenvolvimento Sustentável, desde os finais dos 60/inícios dos anos 70 do século passado, já existia a preocupação de que a humanidade (e o mundo ocidental em particular) se desenvolvia de uma forma desarmoniosa com a Natureza e de que era preciso reformular a educação das gerações futuras para garantir uma Educação Ambiental (Gomes 2012; Hume and Barry 2015; Schmidt, Nave e Guerra, 2010).

A Educação Ambiental tem como principais marcos institucionais a declaração de Belgrado, de 1975, que referia, já então, a importância de uma educação que promova “a world population with the knowledge, skills, attitudes, motivations and commitment to work individually and collectively towards solution to current problems and the prevention of any new ones”(Hume and Barry, 2015:2) e Tbilisi em 1977, onde ocorreu a primeira conferência internacional intergovernamental sobre a educação ambiental. A partir de 1988 (Relatório Brundtland) e particularmente a partir de 1992 (conferência do Rio) o conceito de Educação para o Desenvolvimento Sustentável começa a afirmar-se, apropriando-se de muitos dos conceitos e significados da Educação Ambiental. Hoje em dia, e com a proliferação do conceito de Desenvolvimento Sustentável o conceito de Educação para o Desenvolvimento Sustentável tem ganho prevalência à Educação Ambiental na agenda política, facto ao qual não será alheio o facto de ser um conceito criado mais pela ação de agentes políticos do que de agentes pedagógicos (Gomes, 2012: Schmidt, Nave e Guerra, 2010).

Embora exista uma tensão entre proponentes dos dois conceitos (que não exploraremos aqui), mesmo um dos investigadores mais críticos da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, autor do “Why I don’t want my children to be educated for Sustainable Development”(1994), Bob Jickling, prefere desarmar parte dessa tensão, redireccionando-a utilmente para questionar, “Where could we go if we thought of sustainability and environmental education less as signifiers of new fields within education, but rather as signs that something is missing—indeed fundamentally wrong—with education itself? Seen this way, environmental and sustainability education are not necessarily competitors for limited educational space, but rather signs that point to the same questions” (Jickling, 2017: 21). Questões que se prendem com a crescente complexidade da sociedade mas essencialmente, e isto parece-nos particularmente importante para o projeto educativo público, que tipo de cidadania é que esta complexidade requer (em termos coletivos e individuais). Também será relevante refletir sobre qual o papel do Estado, enquanto garante e promotor do bem-estar da sua sociedade, no desenvolvimento de uma cidadania consciente, ativa e solidária.

Referindo-se à realidade portuguesa e à implementação de uma vertente de Educação Ambiental nas escolas portuguesas desde a democratização do ensino em Portugal até ao fim da primeira década do século XXI, Schmidt, Nave e Guerra (2010:215) concluem com um retrato crítico do trabalho alcançado, onde a “complexidade ambiental e as suas interações com a vida humana e com as sociedades acabam completamente ignoradas, assim contornando questões cruciais de cidadania, de responsabilidade individual e de desenvolvimento sustentável com elas intimamente ligadas”. A autora e autores defendem ainda “um lugar estratégico e permanente” para os “problemas do ambiente e do desenvolvimento sustentável, mas que atinja a escola como um todo, atuando de forma a que as escolas se transformem, elas próprias, em *laboratórios de sustentabilidade*. Isto significa incluir nesse processo a transformação e adaptação das próprias infra-estruturas escolares, a logística quotidiana, os tópicos científicos das disciplinas e a sala de aula”(itálico da autora e autores) (ibid: 215).

A visão de uma escola no século XXI deve ser a de uma escola ciente dos desafios e comprometida em fazer parte das soluções do Desenvolvimento Sustentável, numa abordagem aborde toda a escola (Rainer 2015; UNESCO 2017) no sentido em que existe um compromisso de permear as várias dimensões da escola com os princípios da sustentabilidade. Propomos anteriormente que o compromisso da sociedade para com os *finis* do Desenvolvimento Sustentável deve ser feito de forma clara, coerente, consequente, participativa e transversal. Propomos agora que o compromisso da sociedade para com a escola, decorrente desta ideia, deve ser o de fazer das escolas espaços onde as crianças e jovens possam ter acesso aos *meios* da sustentabilidade, fazendo das escolas “laboratórios de sustentabilidade” para utilizar a expressão de Schmidt, Nave e Guerra. Devido às características únicas da Escola Pública e do alcance do seu impacto na sociedade, propomos que pode ser um arena relevante para a aprendizagem e promoção dos conhecimentos, das capacidades, das atitudes e dos valores inerentes ao projeto da sustentabilidade, nomeadamente na área da alimentação.

A escola pública é uma instituição com características que fazem dela unicamente adequada para a promoção de certas dimensões do projeto da sustentabilidade. A escola é o lugar que as sociedades criam para que as crianças e jovens possam aprender a se relacionar com o mundo à sua volta, servindo de âncora pedagógica e comunitária ao seu processo de formação de relações. Uma das formações para às quais contribui é a formação da relação com a alimentação. Deve-se integrar esse elemento estruturante do bem-estar individual e social que é a alimentação no projeto educativo, alicerçando a sua prática numa compreensão mais cuidada da multi-dimensionalidade do literacia e do consumo alimentar.

### **2.1.2.) Sustentabilidade Educação e Alimentação nas Escolas: Educação e Alimentação**

Devido à importância que a alimentação tem na vida das sociedades e das pessoas, é fundamental que a escola pública seja capaz de desenvolver as capacidades necessárias para a formação de uma relação saudável e consciente com a alimentação. Que a formação de uma relação equilibrada com a alimentação é uma das responsabilidades das escolas parece ser consensual na literatura, embora com um foco na importância biomédica da alimentação ( Sousa 2019, Truninger et al 2013). No paradigma da sustentabilidade, como vimos no capítulo anterior, a relação humana com a alimentação deve-se pautar por uma visão mais multi-dimensional da alimentação, coerente com o impacto que o sistema alimentar tem no desenvolvimento e coerente com a complexidade crescente que se exige de uma literacia alimentar responsável. Isto implica que as pessoas, enquanto cidadãos, tenham noção do âmbito da sua cidadania alimentar (Benito e Lozano-Cabedo, 2014), a literacia alimentar para a exercer e a noção dos limites desse exercício (Slater et al 2018). Para a escola, isto implica uma consolidação do lugar que a alimentação já ocupa nas escolas.

Partindo do lugar que a a educação alimentar já tem nas escolas do mundo ocidental, particularmente a partir dos anos 70 do século passado (Oostindjer et al, 2017, Truninger et al 2013), ela é uma parte importante de uma estratégia que tenha como objetivo a construção de hábitos alimentares saudáveis, “concertadas entre os níveis individual, social e ambiental” que influenciam a relação da criança e/ou jovem com a alimentação (Loureiro, 2004: 44). Para as crianças, a aprendizagem consolida-se sobretudo pela exposição recorrente às comidas que compõem o tipo de alimentação que se entende promover. Esta deve ser promovida em ambientes positivos e com a utilização de incentivos claros, com a criança a seguir o exemplo dos seus professores/ase colegas (ibid). Para os e as jovens, deve-se associar a exposição positiva e a promoção de conhecimentos a um desenvolvimento da capacidade crítica do ou da jovem, por via da criação de oportunidades para “aprender, observar, julgar e escolher por si própria (...)” permitindo um “lugar para a experimentação, podendo manipular os próprios alimentos” (Loureiro 2004: 44). Estes lugares e momentos de experimentação, articulados com os momentos de exposição e os de aprendizagem teórica, são componentes de uma estratégia escolar que potencia o desenvolvimento de uma literacia alimentar robusta (Slater et al 2018; Vidgen 2016a; Vidgen, 2016b).

No que concerne às questões da sustentabilidade na educação alimentar, pode ser particularmente importante a coerência e clareza da mensagem do tipo de sustentabilidade que se quer transmitir e o tipo de sustentabilidade que se pode pôr em prática no ambiente escolar (Gisslevik, 2018), assim como abranger os vários espaços que são relevantes para a educação alimentar (espaços de aula interiores, exteriores, espaços de consumo) de uma forma transversal e coerente ( Jones et al 2012). Esta conclusão é aliás transversal à literatura sobre intervenções de

educação alimentar que ressalvam a importância não só da transversalidade da intervenção, mas também da sua duração, já que intervenções multi-dimensionais e sustentadas no tempo parecem indicar os melhores resultados (Faria e Sousa, 2020; Loureiro 2004; Oostindjer et al,2017; Rito et al 2019; Santos, Silva e Pinto, 2018).

A utilização das escolas públicas como focos de promoção de consumos alimentares saudáveis e sustentáveis permite maximizar a utilidade pública das escolas por uma série de razões. Antes de mais, o consumo alimentar de algumas crianças é, em alguns casos, insuficiente para as necessidades calóricas e nutricionais de uma criança ou jovem em fase de crescimento e de aprendizagem. Estudos demonstram que crianças com alimentações insuficientes estarão mais propensas a ter problemas no seu desenvolvimento físico e cognitivo, problemas comportamentais e piores aproveitamentos escolares (Oostindjer et al, 2017; Santos, Silva e Pinto, 2018). Garantir que a alimentação do sítio onde as crianças passam cerca de dois terços do seu dia e o mesmo valor em termos de refeições significa que existirá um controlo maior sobre a qualidade e consistência da sua alimentação (Bento et al 2018), o que é particularmente importante para as crianças em situação de insegurança alimentar.

A alimentação escolar representa cerca de 12 anos na vida de uma pessoa, numa idade particularmente importante para a sua formação de relações com as coisas que a rodeia. Entre outras coisas, a relação que forma com a alimentação. Hábitos alimentares formam-se na infância e quanto mais cedo e de forma mais sustentada se estruturarem esses hábitos, maior é a probabilidade de persistência desses mesmos hábitos em idade adulta (Chandler et al 2015; Oostindjer et al 2017; Rojas et al 2017; Santos, Silva e Pinto, 2018). Tal é particularmente importante no consumo de frutas e legumes, ainda para mais em contextos de famílias carenciadas que não tem as possibilidades de expor os seus filhos e filhas a um leque diversificado de alimentos (Oostindjer et al 2017). O programa Food for Life Partnership, desenhado para promover o consumo de frutas e legumes de crianças e jovens, analisado por Jones e colegas (2012) foi desenvolvido em 27 escolas inglesas, com cerca de 1400 alunos e alunas entre as idades de 9 e 11 anos. O estudo registou um aumento de consumo de frutas e vegetais ao longo de 24 meses do desenrolar do programa. O estudo sugere ainda que uma correlação entre as atitudes positivas dos estudantes perante uma alimentação saudável e sustentável com o seu contacto com a agricultura, um aumento na qualidade da refeição e uma perceção mais positiva do refeitório. Este foi um programa multi-setorial que incluiu atividades extra-curriculares e curriculares, qualificação do pessoal docente e não docente, mobilizando a comunidade escolar enquanto um todo.

Esta exposição regular e sustentada ao longo de vários anos, enquadrada no contexto pedagógico e social da escola, se for feita com o tipo de refeições que compõem uma dieta

sustentável, saudável e sócio-culturalmente integrada enriquece não apenas a alimentação dos alunos e alunas mas também a sua própria aprendizagem.

O refeitório escolar pode ser um contexto ideal para os jovens aprenderem, provando noções importantes como a sazonalidade dos produtos, métodos de produção agrícola alternativos à agricultura industrial, refeições com menor nível de proteína animal e a importância do combate ao desperdício alimentar. Atualmente, no entanto, a percepção que as crianças e jovens têm da alimentação escolar (e que a sociedade, de forma geral, parece tolerar) é de que as refeições escolares têm padrões de qualidade menores às das suas outras refeições (Sousa, 2019; Truninger et al 2014). Esta percepção estende-se também ao próprio espaço do refeitório, que requer um certo cuidado normativo do espaço (níveis de barulho, normas de convívio, regras de higiene) assim como um cuidado com a decoração estética do espaço para que seja um espaço convidativo para alunos/as e professores/as (Sousa, 2019, Oostindjer et al, 2017; Jones et al 2012).

Para além do refeitório também se tem que garantir que as outras estruturas de consumo alimentar nas escolas, os bufetes e as máquinas de venda de produtos alimentares, tenham uma oferta coerente com uma alimentação saudável e sustentável para não criar sinais dissonantes (Bento et al, 2017; Loureiro, 2004). Como muitas escolas fazem (Sousa 2019), é relevante que, pelo menos os bufetes/snack-bars, estejam encerrados durante a hora de almoço para incentivar crianças e jovens a almoçar no refeitório. A alimentação do refeitório prevê uma alimentação mais adequada por oferecer uma refeição completa, com os benefícios nutricionais que isso implica mas também nos benefícios da comensalidade da refeição. Países como Itália, França, Japão ou Finlândia (Oostindjer et al 2017) colocam um ênfase em promover o contexto cultural e social da refeição, segundo as normas dessa cultura, como a comensalidade, a etiqueta social, a cultura gastronómica mas também questões como a importância de evitar o desperdício alimentar.

### **2.1.3.) Sustentabilidade, Educação e Alimentação nas Escolas: contributos práticos da practice-theory**

Existem evidências de uma vontade política em Portugal de imbuir as escolas com os princípios da sustentabilidade e existem vários projetos locais que têm desenvolvido esforços para articular sustentabilidade, alimentação e educação nos seus projetos educativos. Para além destes projetos recentes, vários outros existem noutros países que poderão indicar possíveis caminhos para a incorporação de elementos nas escolas públicas portuguesas que permitam que estejam mais capacitadas para contribuir para a formação de consumos alimentares mais saudáveis e sustentáveis. Antes de avançar com uma exposição de alguns casos empíricos que consideramos serem relevantes, iremos destacar contributos práticos dos campos teóricos da practice-theory e da



literacia alimentar que poderão ser relevantes para projetos na área da alimentação saudável e sustentável nas escolas.

Para isto, consideramos ser proveitoso aprender com: a) estudos e intervenções feitos no objetivo de entender as condições através das quais é possível reconfigurar padrões de consumo alimentar a nível social; e b) estudos e intervenções feitas em ambientes escolares que tenham como objetivo incorporar uma dimensão de educação alimentar no projeto educativo escolar.

Em relação ao ponto a, e lembrando o subcapítulo 2.2.2 desta tese, consideramos relevante para esta discussão ter em mente algumas contribuições da “practice-theory” para o entendimento das dimensões sociais em jogo na operacionalização das práticas de consumo. Em primeiro lugar, a conceção do sujeito ou sujeita que consome enquanto um “socially conditioned actor, a social self, embedded in normative and institutional contexts and considered a bearer of practices” (Warde, 2015a). Se uma escola pretende ensinar formas saudáveis e sustentáveis de consumo alimentar deve valorizar as experiências, os significados e os conhecimentos alimentares do aluno ou aluna. As influências culturais, sociais e familiares têm relevância na construção da percepção que se tem da alimentação (ibid). No entanto, cada criança e jovem tem uma agência em formação, que poderá dificultar ou facilitar determinadas atividades que pretendam melhorar a sua alimentação, conforme os estímulos a que são expostos/as. A inclusão das crianças e jovens na construção da sua relação com a alimentação na escola, tanto na sala de aula como no refeitório, contribui para uma maior adesão à alimentação escolar (Truninger et al, 2013). O enquadramento da educação alimentar na realidade social da criança ou do/a jovem é importante para se sentirem incluídos/as nas mudanças em vigor. A construção desta relação com base nas experiências diretas com o seu meio imediato (colegas, família, comunidade) e uma abordagem ancorada numa análise crítica da alimentação no seu meio é particularmente importante para estimular a sua adesão a mudanças na sua relação com a alimentação (Loureiro 2004, Slater et al, 2018). Feito este enquadramento na percepção da prática, a escola deve possibilitar espaços para o seu exercício segundo os moldes que entende promover. Isto significa re-enquadrar os espaços de consumo da escola para possibilitar e incentivar o tipo de consumo alimentar que se pretende.

Assumir o sujeito ou sujeita que consome como “portador ou portadora de práticas” que estão enraizadas sócio-culturalmente através da sua repetida performance (Warde 2015b) implica que as práticas para serem mudadas necessitam de vários elementos para a sua reconfiguração ao nível individual, social e estrutural. Campanhas e intervenções pontuais que apelem apenas à divulgação de conhecimentos, noções teóricas e à racionalidade da escolha individual serão sempre de ganho limitado por carecerem de uma componente prática, contextualmente adequada, e estruturas de consumo e de pedagogia alimentar que suportem a mudança que se pretenda instituir.

#### **2.1.4.) Sustentabilidade, Educação e Alimentação nas Escolas: contributos práticos para uma literacia alimentar**

Relembrando o subcapítulo 1.4., acreditamos que este quadro concetual, em particular como ele foi apresentado no ponto 1.4.1., pode ser particularmente importante para considerar as várias dimensões pertinentes para promover consumos alimentares saudáveis e sustentáveis na educação escolar. Estamos cientes, que no sistema educativo público português não estão previstos espaços curriculares que possam servir de suporte teórico-prático curricular para este conceito, como é comum encontrar nos países europeus e anglo-saxónicos que o desenvolvem. No entanto, as reformulações nos anos recentes que dizem respeito à carga letiva sobre a qual as escolas têm autonomia poderá permitir o enquadramento de momentos curriculares que podem servir de suporte à construção de uma literacia alimentar na escola. O que não quer dizer que não seja possível, ainda assim, desenvolver intervenções para promover a educação alimentar e/ou a qualidade da alimentação escolar no sentido de promover a melhoria nutricional e/ou uma maior sustentabilidade alimentar, sem a invocação deste conceito (Rito et al 2019; Santos, Silva e Pinto, 2018). Nem existem evidências que permitam defender que a utilização da literacia alimentar enquanto quadro concetual para uma intervenção desta natureza seja melhor ou pior que intervenções que escolham incidir mais ou menos sobre a alimentação escolar, a dieta mediterrânica, o consumo de fruta e legumes, a ingestão de produtos biológicos ou as capacidades culinárias individuais, etc. O que acreditamos é que ter em mente a multi-dimensionalidade e inter-disciplinariedade inerentes à alimentação, à educação e ao próprio Desenvolvimento Sustentável no desenho de políticas públicas permite impactos sociais, ambientais e económicos mais alargados do que políticas públicas uni-dimensionais e sectoriais que não articulam a totalidade das dimensões que a alimentação abarca enquanto atividade humana. Isto parece-nos ser igualmente válido para políticas públicas educativas. Invocam-se então estes suportes teóricos porque acredita-se serem pertinentes para ancorar o tipo de articulação entre a Escola Pública, o consumo alimentar e a sustentabilidade alimentar que se propõe.

Na secção seguinte, vamos expor as duas principais formas ao alcance das escolas públicas portuguesas para reconfigurarem a escola no sentido que aqui esboçámos ser pertinente. Iremos apresentar exemplos empíricos de como a incorporação de uma dimensão de *educação alimentar* e da utilização de critérios de *compras públicas sustentáveis* para o aprovisionamento da alimentação escolar permitem que a escola possa promover a aprendizagem de consumos alimentares saudáveis e sustentáveis. Com esta exposição apontar para caminhos que cumprem vários objetivos do Desenvolvimento Sustentável através da articulação da educação escolar e a sustentabilidade

alimentar. Estes poderão não só potenciar consumos alimentares mais saudáveis e sustentáveis na sociedade portuguesa como poderá contribuir para um reforço da qualidade dos projetos educativos das escolas públicas. Demonstraremos, através de exemplos concretos que podem ser usados como modelos para a rede escolar pública portuguesa, que estes caminhos são possíveis e apresentam vantagens claras em relação ao atual status quo.

## **2.2.) Sustentabilidade e Alimentação nas Escolas Públicas Portuguesas**

### **2.2.1.) A alimentação nas escolas portuguesas**

A alimentação escolar é um elemento generalizado das escolas do mundo ocidental a partir do pós-Segunda Guerra Mundial, cumprindo inicialmente um propósito de assegurar que os alunos tivessem comida suficiente para conseguirem prestar atenção às aulas e para que, se não tivessem outra, tivessem pelo menos uma refeição quente por dia que lhes garantiria alguma consistência física, sobretudo aos jovens mais desfavorecidos/as, prevenindo doenças e fraqueza de constituição (Oostindjer et al., 2017; Chandler et al., 2015). Oostindjer e colegas (2017) afirmam que existem três etapas históricas na perceção dos países ocidentais sobre a alimentação escolar: se a primeira fase foi a acima referida, a segunda fase começou por incorporar preocupações com a qualidade nutricional e com o sabor da comida que ofereciam aos alunos; e a terceira, bem mais recente, é a fase em que os estados começam a olhar para a alimentação escolar como uma ferramenta para a promoção dos objetivos do Desenvolvimento Sustentável devido aos impactos ecológicos dos atuais padrões de alimentação. Em Portugal, a realidade da alimentação escolar situa-se num limbo destas etapas históricas devido a uma contradição entre uma recente vontade política para mudar a alimentação escolar e a realidade das refeições que ainda são servidas na generalidade dos refeitórios escolares, como veremos.

Nas cerca de 5 mil escolas públicas de todo o país, servem-se cerca de 500,000 refeições por dia a um custo por refeição entre 1,18 e 1,47 euros mais IVA (para o 2º ciclo, 3º ciclo e ensino secundário), sendo que as refeições do 1º ciclo e pré-escolar podem ter um custo até 2,50 euros (Sousa 2019; Gorjão Henriques, 2017). Destas, o Estado (na figura do Ministério da Educação) tem competência legal direta sobre o 2º e 3º ciclo assim como o ensino secundário, sendo a competência sobre o pré-escolar e o 1º ciclo responsabilidade das autarquias que podem cobrir a diferença no custo das refeições através de fundos seus (ibid). De forma geral, a rede alimentar escolar implica os seguintes atores: o ministério da Educação, autarquias, direções gerais do Estado, empresas de catering, fornecedores de matéria-prima alimentar, instituições particulares de solidariedade social, agrupamentos escolares, as escolas, os pais e os alunos. É uma operação garantida por uma larga e elaborada rede de atores a operar numa escala muito considerável. Esta rede, embora com

diferenças conforme os ciclos, as escolas, as regiões e o concessionamento dos refeitórios, opera segundo regulamentações nacionais (e recomendações e leis europeias) que estipulam os termos dos concursos públicos para o fornecimento dos serviços da alimentação (ou fornecimento da alimentação no caso de não haver uma sub-contratação externa da gestão do refeitório) . Em relação à escala da operação da alimentação escolar, para “os contratos celebrados pelo Ministério da Educação para 1127 dias, ou seja, três anos, o preço foi de 39,5 milhões de euros no caso da ICA e de 108,4 milhões de euros no caso da Uniself”, sendo este o valor referente às duas maiores empresas de catering do setor, entre o triénio de 2017-2020, segundo a reportagem de Gorjão Henriques de 2017, o que nos dá uma ideia da elevada escala da matéria-prima e das refeições implicadas na alimentação escolar.

Atualmente, existem sinais contraditórios entre os programas e referenciais das autoridades públicas que ambicionam a promoção de uma alimentação escolar saudável e sustentável e a realidade dos refeitórios das escolas públicas. Por um lado, existe uma parte significativa dos refeitórios escolares que serve refeições com desequilíbrios nutricionais vários, com níveis de qualidade por vezes confrangedores e que desperdiçam percentagens consideráveis da alimentação confeccionada ( Bento et al, 2017; Carriço e Pereirinha, 2017; Fontes et al, 2015; Nogueira, 2017). Por outro lado, a recente inclusão de uma opção vegetariana e as novas “Orientações Sobre Ementas e Refeitórios Escolares” (Circular n.º 3097/DFE/2018 ) que recomendam refeições mais equilibradas e mais preocupadas com a pegada ecológica da alimentação (valorizando a Dieta Mediterrânica, a sustentabilidade do pescado, a sazonalidade dos hortícolas e legumes, e ) são sinais que apontam para uma vontade de fazer dos refeitórios escolares locais de promoção de alimentação saudável e sustentável. No entanto, para que esta vontade se concretize em refeições equilibradas, sustentáveis e apelativas para os alunos e as alunas será necessário visar algumas questões importantes.

É inegável que nos últimos anos, particularmente nos anos pós-crise, Portugal acompanha uma tendência europeia de desinvestimento na sua rede de alimentação escolar, agudizada pela progressiva comercialização e sub-contratação dos serviços de refeitório a empresas de catering que têm que, para além de cumprir as suas funções, lucrar com margens baixíssimas, condicionando ainda mais o tipo de refeições que podem oferecer (Chandler et. al, 2015; Sousa, 2019). Este é um problema que deve mais responsabilidade ao modelo de fornecimento alimentar dos refeitórios do que propriamente às empresas de catering como aponta Sousa (ibid:291), criticando “o atual modelo onde são reunidas milhares de refeições num único procedimento de contratação cujo critério de avaliação é o menor preço” criando-se “situações de insustentabilidade não só ambiental como também social” já que “para além de promover a concentração de capital económico em poucas empresas, o baixo preço pago pelas refeições desencadeia um conjunto de estratégias para que o

serviço possa moldar-se a esse custo.” Para além dos problemas no modelo de contratação de serviços, também os modelos de procuração não estão adequadamente talhados para incentivar o fornecimento do tipo de matéria-prima que seria a composição ideal de uma alimentação sustentável (ibid). Juntamente com a adequação dos modelos, seria necessário maiores investimentos em termos de financiamento, infra-estruturas, qualificação de mão de obra e uma sensibilização junto da comunidade escolar para a importância da questão (ibid) para garantir que a visão das refeições previstas na nova circular se concretize na realidade da generalidade dos refeitórios.

### **2.2.2.) Sustentabilidade, Educação e Alimentação nas Escolas Públicas Portuguesas: As compras públicas sustentáveis na alimentação escolar**

Falar de compras públicas sustentáveis é falar de “a process by which public authorities seek to achieve the appropriate balance between the three pillars of sustainable development - economic, social and environmental - when procuring goods, services or works at all stages of the project” (Comissão Europeia online [https://ec.europa.eu/environment/gpp/versus\\_en.htm](https://ec.europa.eu/environment/gpp/versus_en.htm): consultado a 19 de Setembro de 2020). Em termos do que representa para o Desenvolvimento Sustentável, é uma forma de incorporar os princípios da sustentabilidade na aquisição e gestão de bens e serviços dos organismos públicos. Isto, aplicado à alimentação escolar, é assegurar a inclusão de critérios de sustentabilidade para o aprovisionamento dos bens e serviços pertinentes à alimentação escolar (matéria-prima, catering e infra-estruturas).

Em termos da matéria-prima, são exemplos as questões como a inclusão de determinadas partes (ou mesmo na totalidade) de matéria-prima proveniente de agricultura biológica ou produção integrada, de produtos com denominação controlada ou protegida, de matéria-prima fresca em detrimento de congelada ou processada, de menor quantidade de carne vermelha, de maior quantidade de produtos hortícolas, de maior respeito pela sazonalidade ou de maior proximidade geográfica (na relação entre produtor e prato final). Em termos dos serviços, isto poderá significar um compromisso com medidas que visem diminuir a pegada ecológica do transporte, armazenamento e transformação da matéria-prima, medidas no sentido de assegurar pessoal de serviço mais qualificado e/ou mais horas de serviço, medidas que visem diminuir o desperdício alimentar, entre outras.

Em Malmo (Suécia), Roma e Turim (Itália), East Ayrshire (Escócia), Copenhagen (Dinamarca), Viena (Austria) , em Podravje (Eslovénia), Lens (França), Kieuveresi (Finlândia), Zagreb (Croácia), Munique (Alemanha) e Tukums (Letónia), programas municipais, regionais e nacionais de alimentação escolar incorporam alguns ou mesmo grande parte destes critérios nos

seus programas de compras públicas e alimentação escolar (Barling et al 2013; Chandler 2013; Soldi, 2018). Os destaques da bibliografia que consultámos sobre estas iniciativas europeias (Barling et al, 2013; Chandler et al, 2015; Soldi, 2018) assim como as portuguesas (QUERCUS 2020; Sousa, 2019) de adequação de programas de compras públicas para o aprovisionamento de alimentação escolar é geralmente consensual na caracterização dos benefícios, desafios e barreiras à implementação de programas semelhantes.

As compras públicas geram efeitos económicos característicos devido ao facto de o Estado (ora a nível central, regional e/ou local) ser um comprador em larga escala, que compra de forma sustentada. Esta capacidade económica, se for articulada a uma determinada vontade política, permite, em teoria, trazer benefícios às economias locais e/ou regionais na medida em que têm o potencial de criar e sustentar mercados de práticas agro-alimentares inovadoras e sustentáveis, através de investimentos que não seriam feitos pela parte do setor privado.

Para além das vantagens económicas, isto cria também benefícios ambientais na pegada ecológica das localidades e regiões, melhorando os indicadores ambientais das práticas agro-alimentares que existem nos seus territórios. Em termos sociais, a melhoria da qualidade da matéria-prima, acompanhada de uma rigorosa capacidade de transformá-la em ementas que sejam apelativas, nutritivas, diversificadas, sazonais e culturalmente contextualizadas, trazem benefícios no nível de alimentação escolar que podem também se alargar à comunidade na qual a escola está integrada. Em termos práticos, as mudanças são em termos de: melhorar a qualidade das refeições servidas, melhorar o conteúdo nutricional da alimentação e melhorar os indicadores de sustentabilidade (em termos ambientais, económicos e sociais) dos produtos e serviços que abastecem a alimentação escolar.

Isto implica investimentos: investimentos numa qualificação dos serviços de catering, investimentos na dotação do financiamento ao dispor destes para comprar matérias-primas de qualidade superior e na diversificação da oferta alimentar nas escolas. Isto pode ser feito por várias vias, dependendo das prioridades definidas ou das contingências locais. Nomeadamente, o aumento de produtos agro-alimentares de proveniência orgânica ou de produção integrada, de produtos cuja proveniência seja geograficamente mais próxima das escolas, de produtos de denominação (DOC ou DOP), Fair Trade, produtos piscícolas oriundos de métodos de pesca e/ou de produção sustentável, de redução de proteína animal, de medidas que promovam ou incluam uma maior proporção de refeições vegetarianas e/ou veganas, refeições saudáveis (em termos de conteúdo calórico e nutricional), refeições que incluam produtos de época, x % de produtos frescos em vez de congelados ou processados, de medidas que visem reduzir o desperdício alimentar.

Soldi (2018), no seu relatório para o Comité das Regiões da União Europeia, sobre 10 iniciativas locais e regionais em países do espaço europeu, aponta para a existência de diferenças nacionais e locais na implementação deste tipo de modelos de compras públicas, nomeadamente o enquadramento jurídico do sistema de compras públicas, a organização do sistema escolar (nomeadamente no que diz respeito às infra-estruturas da escola em termos de capacidade de encomendar, guardar, gerir, confeccionar e servir os produtos e refeições em causa) e no sistema de compras público (se é centralizado ou descentralizado).

No entanto, é possível destacar algumas das condições comuns que garantiram o sucesso das iniciativas bem-sucedidas. Em primeiro lugar, devido à complexidade, morosidade e à natureza multi-dimensional de um processo de reconfiguração da alimentação escolar desta natureza, é necessário que haja, da parte das autoridades políticas coordenadoras, uma visão a longo prazo e uma vontade política contínua e alargada que permita sustentar o projeto até à sua consolidação. Em segundo lugar, é importante haver uma articulação cuidadosa entre a procura pretendida e a capacidade do mercado providenciar essa oferta, mantendo um diálogo constante entre autoridades públicas e fornecedores. Soldi fala na importância de um planeamento das infra-estruturas alimentares escolares (nomeadamente ementas desenhadas a pensar nas matérias-primas dos fornecedores, condições de transporte e armazenamento adequadas, pessoal capaz de verificar, trabalhar e confeccionar o produto) que seja capaz de organizar refeições que integrem adequadamente a oferta dos produtores locais. Em termos da sua capacidade de produção, esta terá, em muitos casos, que ser fomentada ao longo do tempo até que a produção local obtenha as características desejadas à escala pretendida.. A incorporação de vários tipos de produtos, respeitando a sua sazonalidade, e a flexibilidade de utilizar aquilo que for mais conveniente para os produtores (dentro das especificações dos contratos de procuração) permite maximizar as sinergias entre oferta e procura. Destaque ainda para a importância do conhecimento técnico e da criatividade dos chefs e nutricionistas para desenharem ementas que sejam nutricionalmente adequadas assim como saborosas e apelativas para as crianças, ao mesmo tempo que respeitam os constrangimentos financeiros dos contratos. Por último, é preciso investir na qualificação das infra-estruturas físicas e do pessoal dos refeitórios, sendo que, em muitos casos, o investimento em pessoal mais qualificado permite depois ganhos através das planificações de ementas e de um funcionamento diário mais eficiente. Tudo isto implica que estes programas não são facilmente implementáveis, nem do ponto de vista logístico nem do ponto de vista financeiro. É necessário um compromisso muito grande para que programas destes se implementem, o que é obviamente desafiante para as autoridades públicas uma vez que a área da alimentação escolar, em muitos países (como em Portugal) não é uma área onde se tradicionalmente decida investir mais do que seja estritamente necessário. Para além desta questão, temos ainda que destacar que existe um

problema na literatura sobre este tema que é na carência da avaliação destes programas em termos da quantificação dos seus benefícios (Oostindjer et al, 2017) para que se possam fazer análises custo-eficiência destes programas necessários para o aval positivo de investimento público.

Um dos exemplos referidos transversalmente na bibliografia como um exemplo de sucesso do processo de adequação das compras públicas e da alimentação escolar a normas de sustentabilidade é o que ocorreu em Roma (Barling et al 2013; Oostindjer et al, 2017; Soldi, 2018). A partir de Sonnino (2009) podemos obter um relato detalhado do processo de requalificação da alimentação escolar romana. O projeto começou em 2001 com a inclusão de alguns produtos hortícolas biológicos nas ementas dos refeitórios através da estipulação de percentagens dos alimentos que eram pedidos nos concursos que tivesse que cumprir o critério de serem de proveniência biológica. O processo foi evolutivo e lento na sua implementação, começando com a inclusão de fruta e legumes nos almoços e foi se alargando para carne, padaria, pastelaria, pasta, arroz, ovos e tomate enlatado à medida que da parte dos fornecedores e dos produtores havia a disponibilidade para concretizar os pedidos a preços comportáveis para ambos os lados. Numa segunda fase, passou-se a incluir também um lanche a meio da manhã, reduziu-se a quantidade de proteína animal nas ementas (diminuindo custos e pegada ecológica) e criou-se uma nova abordagem para o desenho das ementas, orientado por quatro princípios: sazonalidade, variedade, localidade e qualidade nutricional.

Para fornecer este tipo de ementas foi necessário dialogar com representantes do setor agrícola e representantes do setor de catering e, da parte das autoridades pública, talhar as regras do concurso para orientar a oferta para a procura que o setor público desejava.. Inicialmente, e no que diz respeito à produção, autoridades públicas e representantes do setor da agricultura biológica discutiram quais os produtos que poderiam ser utilizados pelas escolas sem haver, de um dia para o outro, um aumento brutal da procura por hortícolas biológicas que tivesse consequências negativas para o mercado italiano. Da parte do processo de concurso público, criou-se um sistema de avaliação das ofertas recebidas onde apenas 51 pontos de 100 tinham a ver com o preço por refeição, sendo a restante pontuação ditada por critérios de qualidade dos ingredientes usados (produtos orgânicos, frescos, produtos com denominação), com a organização da própria empresa (quantos funcionários garantiriam a trabalhar nos refeitórios, quantidade de horas de trabalho, que tipo de logística de transportes tinham, nomeadamente em termos de certificações ambientais, quer do funcionamento em termos de catering, quer em termos de transporte), que tipo de iniciativas pedagógicas é que a empresa incluía, em termos de projetos, intervenções e serviços que visassem aumentar a educação alimentar das crianças. Em termos operacionais, foi criada uma “mesa redonda” onde representantes das autoridades públicas, dos caterers e dos fornecedores estariam



sempre em articulação, e, da parte das autoridades públicas, foi exigido aos caterers que houvesse um exigente modelo de higiene e segurança assim como uma fiscalização constante dos parâmetros de qualidade das refeições, que, escola a escola, são feitos com a ajuda de comissões de professores e pais.

As dificuldades de implementação deste programa existiram, quer da parte dos fornecedores como da parte dos caterers, nomeadamente em termos de uniformização do controlo de qualidade e segurança alimentar, na organização das redes logísticas de transporte e manutenção das matérias-primas. Estas dificuldades eram particularmente visíveis quando havia um “scale-up” de operações (quer da parte dos fornecedores, quer da parte dos caterers) mas, de forma geral, têm sido geridas de forma bem-sucedida ao longo do tempo. Através de uma colaboração contínua entre autoridades públicas, caterers e fornecedores, é possível sincronizar intenções em relação a mudanças pretendidas ou necessárias na capacidade ou na qualidade, conforme os critérios estipulados pelas autoridades públicas. Com uma constante articulação, é possível gerir eventuais problemas ou novos desafios sem que se ponha em causa a capacidade operativa, logística ou financeira da parte dos caterers e dos fornecedores, e, mais importante, garantindo a qualidade e integridade do projeto.

Sonnino defende que o sucesso do projeto deve-se à sua inclusividade (articulação de todos os stakeholders no processo, desde o cultivo ao consumo, tendo o cuidado de garantir o bem-estar de todos assim como uma preocupação coletiva com o objetivo final do projeto que era o bem-estar das crianças); à sua natureza dinâmica que “constantly renegotiates, and progressively revises, the notion of quality” (ibid:435), sem abdicar do compromisso de melhorar a alimentação e a experiência escolar das crianças mas reconhecendo que era necessário seguir um caminho incremental que fosse capaz de responder às dificuldades do processo, sem cedências excessivas nem desistências; e, por último, a abordagem integrada, que articula o desenvolvimento económico, a transformação social e a consciência ambiental. Soldi (2018) destaca ainda o facto dos contratos de catering serem contratos de 3 a 5 anos, o que permite uma “stability and confidence to invest” da parte das empresas. Os contratos do período atual, de 2017-2020 são na ordem dos 374 milhões de euros. Uma das razões pelas quais este programa tem sido bem sucedido deve-se também ao facto de todas as escolas terem um refeitório e 92% das escolas terem uma cozinha capaz de confeccionar refeições à escala necessária.

Citando uma das responsáveis pelo sucesso do programa, Sonnino explica que “the meals children consume at school are conceived of as an integral part of the wider role of the school as ‘a place that promotes cultural, healthy and solidarity values that are important for the well being of the entire community’”(ibid:437). Enquanto rede de refeitórios, é extremamente eficaz a garantir uma oferta alimentar equilibrada, saborosa e sustentável. No entanto, é também mais do que isso. É todo um sub-sistema alimentar de uma escala bastante considerável criado pela concertação entre

autoridades públicas, parceiros privados e comunidades escolares que dispõe de uma resiliência logística e económica notável assim como uma implantação social sólida devido às fortes relações humanas que foram criadas entre o objetivo do programa e as suas ações (Sonnino, 2009; Soldi 2018). Embora ainda existam problemas, em termos da redução de “quilómetros alimentares”, nas margens pequenas de alguns parceiros privados e na prevalência de produtos de agricultura industrial, o projeto é considerado, em termos mundiais, um dos exemplos principais a seguir na articulação dos objetivos de sustentabilidade escolar e adequação alimentar com objetivos maiores de sustentabilidade.

### **2.2.3.) Sustentabilidade e Alimentação Escolar nas Escolas Públicas Portuguesas: As compras públicas sustentáveis na alimentação escolar em Portugal**

Em Portugal, existem já alguns bons exemplos de articulação entre compras públicas sustentáveis e alimentação escolar. Em termos de bibliografia, dispomos de um mapeamento de uma série de iniciativas que dizem respeito ao consumo alimentar sustentável feito pela Quercus, intitulado “Alimentar Boas Práticas: Da produção ao Consumo Sustentável”(2020), onde, entre vários programas que dizem respeito à sustentabilidade alimentar, estão referenciadas dois projetos muito interessantes na área a que este subcapítulo diz respeito: o Programa de Sustentabilidade na Alimentação Escolar (PSAE) de Torres Vedras e o “Produtos Biológicos nos Refeitórios Escolares” da Junta de Freguesia de Olivais em Lisboa. Para além deste recente trabalho da Quercus que permite divulgar estes trabalhos, existe também uma tese de doutoramento intitulada “Alimentação, Compras Públicas e Desenvolvimento Sustentável: o caso das escolas” de Rosa Sousa (2019), que para além de ser uma contribuição muito importante para a divulgação e compreensão desta temática, expõe em grande detalhe a iniciativa de Torres Vedras que será, provavelmente, a iniciativa nacional de maior relevância nesta área juntamente com a de Olivais. Nesta secção, caracterizaremos brevemente os programas desenvolvidos em Olivais e em Torres Vedras, destacando as suas boas práticas, que acreditamos poderem ser exemplares para outras escolas.

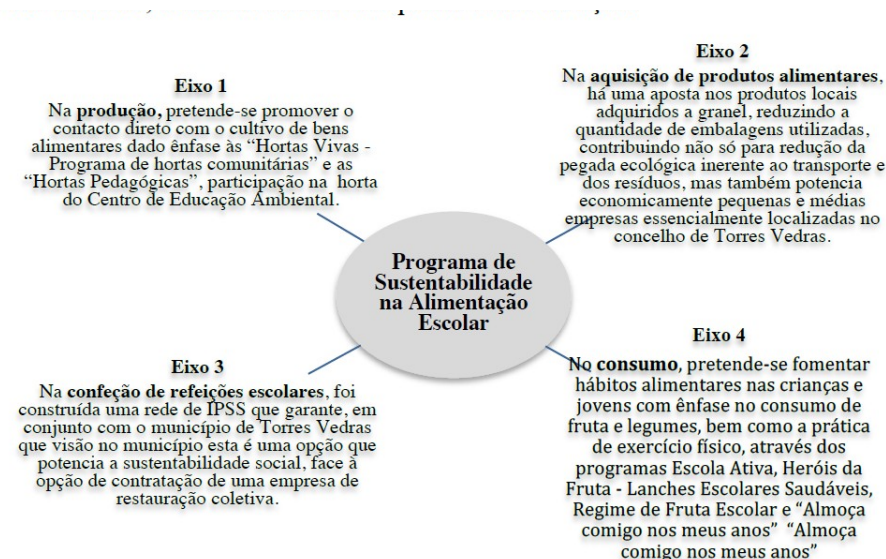
Em relação à iniciativa da Junta de Freguesia de Olivais, destacam-se as condições que serviram de base para a implementação do programa: o “desafio” lançado pela Câmara à Junta para que fosse a Junta a assumir os refeitórios das escolas da sua freguesia, a “sensibilidade da Junta em relação ao tema”, a “capacidade logística” das escolas, todas elas à exceção de duas, dotadas de cozinhas capazes, e a parceria entre a Junta de Freguesia e a Agrobio no sentido de negociarem em conjunto o “fornecimento de produtos, custos e acompanhamento técnico” para garantir o sucesso da iniciativa (Quercus, 2020) . Após um projeto-piloto inicial em 2016 que abrangeu apenas 4 das escolas da freguesia, a iniciativa foi alargada a todas as escolas da freguesia e aos seus 1600 alunos de 1º ciclo e jardim-de-infância. A introdução dos alimentos biológicos na alimentação escolar e as

mudanças necessárias às estruturas escolares para acolher este novo modelo de refeições foi progressivo. Numa “1.º fase foram introduzidos produtos biológicos (ex. batata doce, cebola, abóbora, cenoura, curgete, alho francês, leguminosas e azeite) nas sopas e saladas”, numa segunda fase “foram introduzidos a fruta e a carne biológica” e, na “3.º fase foram introduzidos produtos biscoitos biológicos nos lanches escolares.” ( ibid :201).

Em relação ao investimento feito nas infra-estruturas escolares, a Quercus destaca os postos de trabalho criados nos refeitórios, a qualificação do pessoal do refeitório para estarem devidamente entrosados na execução do projeto, a alteração das ementas ( para que fossem mais sustentáveis, nutricionalmente adequadas mas também apelativas para as crianças) a inclusão de uma quarta-feira vegetariana, um protocolo celebrado com a Agrobio para o fornecimento de produtos, uma remodelação dos refeitórios para torná-los mais apelativos e a inclusão de dias temáticos com pratos representativos de cozinhas regionais e/ou internacionais. Esta remodelação da alimentação escolar levou a que houvesse um aumento considerável de alunos a frequentar o refeitório. A ação no refeitório está articulada com outros projetos escolares da mesma temática que visam uma ação transversal para fazer da Junta de Freguesia um exemplo de boas práticas sustentáveis, nomeadamente a horta escolar, a compostagem, a redução do desperdício e o esforço no sentido de reduzir o plástico nas embalagens alimentares. Como “lições aprendidas”, a Quercus destaca a “vontade e sensibilidade política”, “a existência de um mediador” entre “produtores locais e a capacitação das equipas técnicas” para agilizar o processo, “o fornecimento dos produtos biológicos de forma atempada e nas quantidades necessárias (...) através da uma cooperativa - a Agricoop – Bio, criada especificamente para responder às necessidades da JFO”, e a “mais-valia” para os produtores “terem como cliente uma entidade de grande dimensão, que lhes assegura o escoamento permanente da produção”(ibid:203).

Em relação ao PSAE de Torres Vedras, e a partir de Sousa (2019), desde o ano letivo de 2014/2015 que o concelho tem vindo a desenvolver o projeto nas escolas do seu município que estão sobre a sua tutela, nomeadamente nos 38 jardins de infância( com 1230 alunos/as) e 42 escolas do 1º ciclo ( com 2867 alunos/as). A figura abaixo ilustra os quatro eixos do programa.

Quadro 2.1- Caracterização do PSAE (Sousa, 2019)



Através de uma gestão partilhada entre município e parcerias com IPSS’s, produzem-se cerca de 630,000 refeições por ano em três refeitórios municipais a partir das quais a comida é então distribuída para as restantes escolas do município, uma vez que nem todas têm estruturas de refeitório completas. Com um trabalho prévio de “sessões de esclarecimento pela Câmara Municipal” onde “eram dadas informações sobre o procedimento de contratação, critérios a cumprir, e como desenhar a proposta” foi preparado o terreno para que se pudesse fazer do tecido produtivo local o fornecedor principal da matéria-prima para as refeições escolares (ibid: 266). Houve uma aposta na diversificação das ementas, no cuidado com as doses servidas, na utilização de mais legumes e de técnicas de confeção mais saudáveis (ex: utilização de azeite em detrimento de óleo vegetal, de caldeiradas, estufados ou grelhados em detrimento de fritos)

Em termos daquilo que é impacto em termos de sustentabilidade desta iniciativa destaque para a vertente social e económica do programa: a “aposta nas IPSS” nas parcerias de confeção e transporte da alimentação para as escolas, o que é “uma forma de contribuir para a sustentabilidade social, ao promover o emprego nas localidades rurais, permitindo estabilizar o tecido social” (ibid: 258). Esta aposta permitiu criar 55 empregos e “é uma forma de manutenção da estrutura associativa que existe localmente, favorecendo valores de proximidade entre a comunidade”. Para além deste investimento, a investigação de Sousa destaca também outros efeitos desta iniciativa para um aumento do sentimento de coesão social da parte da comunidade já que “a utilização de alimentos locais está associada não apenas à revitalização rural como também à consolidação das estruturas empresariais locais” (ibid: 267), o que é destacado por vários elementos do programa entrevistados por Sousa. A dimensão ambiental deste programa tem tido como foco a redução de quilómetros alimentares dos alimentos utilizados e uma maior inclusão de legumes e fruta fresca e sazonal. Quando Sousa pergunta sobre a inclusão de alimentos biológicos na alimentação escolar, as

autoridades do programa respondem-lhe que o “preço e disponibilidade dos produtos são posicionados como impeditivos” embora não descartem uma progressiva introdução destes produtos no futuro (ibid: 268). Portanto, fazendo um balanço do impacto ambiental do programa a partir do relato de Sousa, fica-se com a impressão que este não está tão trabalhado quanto poderia, sendo que o foco na questão dos “quilómetros alimentares” não representa ganhos de uma forma necessariamente linear (como a própria Sousa constata).

Em termos da articulação do eixo da produção e confeção alimentar com uma vertente de educação alimentar sustentável e saudável, Sousa refere que “durante o ano letivo realizaram espetadas de fruta, cultivo da horta, ida aos mercados, e atividades no Centro de Educação Ambiental de Torres Vedras” embora a autora refira que seriam necessários mais recursos para a manutenção e o aprofundamento das estruturas como a horta escolar e uma “falta de articulação entre os quatro eixos de atuação do Programa”, particularmente em termos de um maior número de atividades pedagógicas para as crianças terem uma “abordagem mais ampla e integradora da educação alimentar”(ibid: 270).

## **2.3.) Sustentabilidade e Educação Alimentar nas Escolas Públicas Portuguesas**

### **2.3.1.) Educação alimentar nas Escolas públicas portuguesas**

Em termos da sua abordagem curricular, o tema da Educação Alimentar está previsto ser desenvolvido desde o pré-escolar até ao ensino secundário, através de dois sub-temas, “Alimentação e Saúde” e “Alimentação e Sustentabilidade” nas disciplinas de Estudo do Meio e Ciências Naturais (Sousa 2019). No 2º e 3º ciclo, as escolas têm autonomia para abordar esta temática nas componentes curriculares complementares, enquadradas na Estratégia Nacional de Educação para a Cidadania (ibid). Segundo Sousa, o que fica patente da avaliação deste modelo de educação alimentar é que “é caracterizada por uma maior atenção às questões nutricionais, como as quantidades que devem ser ingeridas para se obter os macro e micronutrientes necessários a uma “boa saúde”, e como a adoção de bons hábitos alimentares e de higiene, como é exemplo “lavar a fruta antes de comer”(ibid: 215). Existem referências à Dieta Mediterrânica, que, como vimos, é um instrumento relevante para articular dietas saudáveis e sustentabilidade no contexto português e algumas referências a elementos relacionados com formas sustentáveis e insustentáveis de produção agrícola. Um estudo de 2011, apontava para uma correlação positiva entre o gosto e a capacidade de cozinhar que jovens exibiam e níveis de adesão positivas à dieta mediterrânea (Leal, Oliveira e Rodrigues, 2011). Quanto mais capazes e confiantes eram os e as jovens com o seu conhecimento sobre a alimentação e com as suas capacidades de confeção, maior era a probabilidade de terem uma adesão a uma dieta mais saudável e sustentável. O estudo defendia ainda que estes resultados eram encorajadores para a inclusão de uma dimensão prática de educação alimentar que incluísse

elementos de aprendizagem de técnicas de confeção alimentar. No entanto, podemos ver através da revisão curricular feita por Sousa (2019) que a educação alimentar incide sobretudo na dimensão nutricional da alimentação e é lecionada com uma metodologia essencialmente técnica.

Esta tendência já foi referida no subcapítulo 2.4.1 a propósito da utilização estreita que se tende a fazer do conceito de literacia alimentar. Ela espelha uma visão que tende a descontextualizar, despolitizar e desintegrar dimensões importantes para uma concetualização pertinente do consumo alimentar. Pouco sensível às questões da sustentabilidade, essa visão tende a carecer de uma sensibilidade com a dimensão social de como consumos alimentares são postos em prática (Truninger et al, 2013). Como referem Truninger e colegas (2013:130) a propósito deste foco num “biomedical model of health, where eating is reduced to nutrition and food refuelling”, que caracteriza a história da educação alimentar nas escolas portuguesas, “the neglect of the social dimension (the different meanings of food for different people and in different settings) actually undermines the effectiveness of policy interventions regarding healthy school meals”.

Fora desta dimensão curricular, existem, no entanto, intervenções e programas que têm como objetivo articular a nutrição, a saúde e a sustentabilidade de formas mais abrangentes para uma educação alimentar mais integrada. Em Portugal e de modo geral, “as intervenções portuguesas em educação alimentar, além de serem pouco abrangentes na sua abordagem, ou seja, de se concentrarem apenas num ou em dois componentes, são demasiado curtas ou não têm a frequência necessária a uma avaliação mais consistente do impacto das mesmas” (Faria e Sousa, 2020:22). Existe uma considerável quantidade e complexidade de fatores que interagem para determinar a relação de crianças e jovens com o seu consumo alimentar, dentro e fora da escola. As influências do seu agregado familiar, do seu círculo social, da qualidade e do ambiente do refeitório (e demais estruturas alimentares), do marketing alimentar, os seus gostos, capacidades e conhecimentos pessoais, entre outros (Cardoso et al, 2015; Faria e Sousa, 2020; Santos, Silva e Pinto, 2018; Sousa, 2019; Truninger et al 2013) assim como a própria natureza dinâmica e contingente da formação de relações (neste caso com a alimentação). A não inclusão destas variáveis no desenho das intervenções fazem com que muitas delas tenham um impacto limitado, devido à sua curta duração, a uma ausência de um acompanhamento mais prolongado e a uma maior amplitude temática (Faria e Sousa, 2020; Santos, Silva e Pinto, 2018).

O que não quer dizer que esta caracterização encaixe na generalidade das intervenções de promoção de educação alimentar. Uma parceria entre autoridades de saúde da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, o Instituto Ricardo Jorge e o Centro de Estudos e Investigação em Dinâmicas Sociais e Saúde levou a uma intervenção em três agrupamentos escolares nos municípios de Santarém e Alpiarça com a intenção de promover uma maior adesão das crianças e jovens à Dieta Mediterrânica e uma redução do seu índice de massa corporal. A

análise desta intervenção originou um estudo científico, feito por Rito e colegas (2018) que resume a intervenção. Foram desenhadas sessões de educação nutricional divididas em 4 temas que consistiam em sessões, preparadas entre um grupo de nutricionistas e os professores das escolas onde se realizaram as sessões, de 45-50 minutos com os temas Pequeno-Almoço, Lanches, Sopa e Dia Mediterrâneo. Cada sessão foi desenhada com o objetivo explícito de se basear na “active involvement and empowerment of every student by encouraging their participation and allowing them to be the main actors of the intervention” e funcionava com várias partes: “theoretical/educational part; application of education materials (cooking workshops, taste tests, games, activity sheets, and other ludic materials) encouraging the development of students’ skills and behaviours, and quizzes or simple questionnaires to assess the impact of the session (acquiring knowledge, attitude regarding each theme)”(Rito et al, 2019: 4). Esta intervenção, que decorreu ao longo de um ano letivo e que teve uma avaliação inicial (em termos de adesão à dieta mediterrânica e de índice de massa corporal) e uma avaliação após a conclusão do programa, demonstrou que, após a conclusão da intervenção, os índices médios de adesão à dieta mediterrânica aumentaram e os de massa corporal diminuíram. Embora não tenha existido uma dimensão assumida de sustentabilidade, podemos considerar, pela promoção da dieta mediterrânica, que é uma dieta inerentemente sustentável e saudável como já vimos, que foi um programa que, ainda que indiretamente, promoveu uma forma de sustentabilidade alimentar. Para o sucesso deste programa, contribuiu o trabalho em parceria (entre professores/as, nutricionistas e alunos/as), a natureza interdisciplinar da intervenção, a complementaridade de uma dimensão prática com a dimensão teórica e uma avaliação e monitorização longitudinal clara e bem-definida dos objetivos do programa nas suas várias etapas.

Em relação aos programas, queremos aqui destacar o programa Eco-Escolas que, presente em Portugal desde 1996, “tem como objetivo encorajar ações, reconhecer e premiar o trabalho desenvolvido pela escola na melhoria do seu desempenho ambiental, gestão do espaço escolar e sensibilização da comunidade”, nomeadamente através da orientação da escola, seus espaços, comunidade e currículo para uma escola que promova uma “cidadania responsável” (<https://ecoescolas.abae.pt/wp-content/uploads/sites/3/2018/09/Programa-Eco-Escolas-SINTESE.pdf>: acessado a 23/09/2020). Este programa, que atualmente conta com 1915 escolas, funciona com o “apoio de uma Comissão Nacional (constituída por elementos da APA, DGE, DGEstE, Secretarias Regionais de Ambiente da Madeira e Açores, ADENE, ICNF, DGADR) e de diversos parceiros em projetos” (ibid) mas parte das escolas, a título individual a iniciativa de se juntar e desenvolver um projeto de Eco-Escola, “sendo construído e operacionalizado pelos alunos e professores, envolvendo os restantes elementos da comunidade educativa” (Sousa, 2019: 222). Parte das iniciativas que este programa desenvolve diz respeito à sustentabilidade alimentar, sendo um

dos temas do programa a “Alimentação Saudável e Sustentável” onde até está prevista uma atividade intitulada “Brigada da Cozinha e Eco-Cozinheiros” que consiste na elaboração e confeção de uma ementa saudável e sustentável (ibid). Para além desta, há ainda a promoção de hortas escolares, cuja produção é incentivada a ser utilizada de forma a “para além da aquisição de conhecimentos e competências (e.g. trabalho colaborativo), permite estabelecer elos com outras etapas do sistema alimentar, ampliando as possibilidades na abordagem da educação alimentar” (ibid: 226).

Existem também outros programas, como por exemplo o Heróis da Fruta, que, embora esteja mais focado na sua temática principal, faz também o esforço para abranger noções que estejam relacionadas entre o consumo de fruta e o consumo alimentar sustentável, nomeadamente o consumo de fruta sazonal, o evitar do desperdício e a o consumo de fruta local e/ou biológica sempre que possível (Sousa, 2019). Estes dois programas são de louvar e estão seguramente a levar as escolas na direção certa. No entanto, estes programas estão sempre contingentes da existência de boa vontade da parte da comunidade escolar (muitas vezes da iniciativa de determinados professores ou professoras) que, remando contra a dificuldade de encaixar esta iniciativa nas poucas horas, recursos e capacidade logística, insistem em implementar estes programas, o que levanta problemas para a sustentabilidade no tempo deste tipo de programas nas escolas (Schmidt, Nave e Guerra, 2010; Sousa, 2019). Por muito louvável que seja o apoio destas entidades externas e o trabalho desenvolvido autonomamente pelas escolas, não é de crer que, por si só, sejam capazes de orientar a generalidade das escolas para que promovam consumos alimentares sustentáveis e saudáveis.

Para concluir esta secção, queremos abordar um caso particular de uma Eco-Escola, uma escola pública com práticas inovadoras de qualidade reconhecida que incorporou no seu projeto uma dimensão de educação alimentar de significativo destaque, o Agrupamento de Escolas de Cristelo.

### **2.3.2.) Sustentabilidade e Educação Alimentar nas Escolas Públicas Portuguesas: O exemplo da Eco-Cozinha Pedagógica**

Em 2016, o Ministério da Educação, assumindo a preocupação com os elevados níveis de retenção e insucesso escolar em Portugal, criou um projeto chamado Projeto Piloto de Inovação Pedagógica, convidando 6 escolas de características heterogéneas que refletissem a variedade de contextos que caracteriza os vários contextos escolares nacionais para que promovessem uma inovação nos seus projetos escolares a nível “organizacional, curricular e pedagógica – incentivada a partir de uma maior autonomia atribuída à escola e aos seus professores para gerirem o currículo, como forma de combate à desistência e ao insucesso escolares” (Costa e Almeida, 2019: 15). Esta autonomia,



acredita o Ministério, seria uma forma de fomentar projetos educativos inovadores e contextualmente adequados às suas comunidades que, para além do seu valor local, poderiam contribuir para a criação de alternativas ao atual modelo escolar português, caracterizado por “a dificuldade em dar resposta à complexidade dos desafios contemporâneos colocados por alunos com perfis distintos daqueles dos séculos precedentes, a que se soma o volume da informação em circulação e a natureza dos processos comunicacionais” (ibid: 22). Em particular, apelou-se ao “aos atores escolares no sentido de introduzirem mudanças em diferentes planos: na constituição das turmas e na sua carga horária, no calendário escolar, na distribuição de serviço docente e na gestão do crédito horário, assim como, na reconfiguração da matriz curricular, dos conteúdos/aprendizagens curriculares, na oferta complementar e apoio ao estudo no 1ºCEB, e ainda nas respostas diferenciadas para alunos em função das suas necessidade” (ibid:23).

O Agrupamento de Escolas de Cristelo foi então uma das 5 escolhas do ministério, escolhidas pelas características das suas comunidades escolares serem representativas de muitas outras escolas no país mas também pelo facto de, como as outras 5, “terem algum histórico de trabalho de modo diferente do usual, com mais arrojo do que a generalidade das escolas”(ibid: 25). E embora o PPIP tenha tido a duração de 2 anos, a consulta dos documentos enquadradores do seu projeto educativo (Agrupamento de Escolas do Cristelo s.d.a, Agrupamento de Escolas do Cristelo s.d.b, Agrupamento de Escolas do Cristelo s.d.c) permite constatar que consolidaram o excelente trabalho realizado entre 2016 e 2018, como foi reconhecido pelo relatório de avaliação encomendado pelo ministério de Educação, coordenado por Estela Costa (Costa e Almeida, 2019).

Uma avaliação geral ao projeto desenvolvido pelo Agrupamento de Escolas de Cristelo escapa ao âmbito desta tese, sendo que o nosso interesse prende-se pela particularidade do projeto ter reconfigurado a sua matriz curricular em quatro Referenciais Integradores do Currículo (RIC) e de uma dessas RIC ter o nome de “Eco-Cozinha Pedagógica” ( Agrupamento Escolas de Cristelo s.d.a, Agrupamento Escolas de Cristelo s.d.b, Agrupamento Escolas de Cristelo s.d.c). Apesar do nosso interesse estar centrado na RIC de Eco-Cozinha Pedagógica, não podemos deixar de ressaltar que a análise da RIC apenas está devidamente contextualizada quando se considera a natureza do projeto educativo enquanto um todo. O foco na inter e transdisciplinariedade assim como na componente cívica da aprendizagem e formação pessoal, na participação ativa dos alunos e alunas na construção da sua aprendizagem, na dimensão prática e comunitariamente contextualizada das aprendizagens como suporte às aprendizagens teóricas, o apoio dos encarregados de educação ao projeto, a solidariedade, união e empenho da comunidade docente na construção do projeto e a existência de infra-estruturas que possibilitaram a execução do mesmo foram todas condições indispensáveis para o sucesso do projeto (Costa e Almeida, 2019), do qual o RIC de Eco-Cozinha Pedagógica é apenas uma das suas partes. De seguida enunciaremos as características desta RIC

com base numa resposta que o Agrupamento de Cristelo teve a gentileza de nos facultar em resposta a perguntas que lhe colocámos a propósito desta RIC.

Tal como as outras RIC, o objetivo da escolha da Eco-Cozinha Pedagógica tem como objetivo “articular os conteúdos das disciplinas previamente definidas, para que o processo ensino/aprendizagem promova aprendizagens mais significativas e mais motivadoras” utilizando espaços como a ecovia, a cozinha pedagógica e a horta escolar como “ambientes/espaços de aprendizagem, que visam tornar as atividades letivas mais práticas e por isso mais apetecíveis para os alunos” (Conselho Pedagógico Cristelo, 2020). Sobre o tipo de atividades que se realizam são exemplares “a confeção dos alimentos, até à elaboração de receitas, passando por exercícios de resolução de problemas matemáticos relacionados com proporções, entre outros. Em História e Geografia de Portugal no conteúdo “A rota dos produtos do séc. XVI” para além das atividades de pesquisa, trabalham com as especiarias e provam algumas delas. Em Ciências os alunos fazem pão de milho onde observaram a ação do fermento/levedura”(ibid). Por um lado estabelece-se a ligação entre as aulas mais tradicionalmente teóricas e a alimentação como forma de estimular aprendizagens e situá-las num terreno mais concreto para a criação de aprendizagens dos e das estudantes. Aqui podemos falar da inclusão da alimentação na educação ou a alimentação como auxiliar da educação. Por outro lado, existe uma dimensão de educação alimentar de forma mais estruturada e prática: “Os alunos aqui cozinham frequentemente, tratam da horta (na ECOVIA) e plantam diversas espécies hortícolas (couves, batatas, favas, ervilhas, ervas aromáticas, alfaces, tomates, etc...)” aprendendo “sobre a sazonalidade dos produtos a semear, a plantar, as condições essenciais à sua germinação e as técnicas de introdução de plantas e sementes no solo” (ibid) e completando o ciclo da “Horta para a mesa” com a confeção dos alimentos por eles cultivados, cuidados e colhidos na cozinha pedagógica, projeto este que ganhou um prémio, promovido pela Fundação Ilídio Pinho.

No que concerne à interdisciplinariedade da abordagem desta RIC “os diferentes elementos da alimentação (cultural, nutricional e ecológico) e a sua articulação são sempre tidos em conta na medida em que os RIC têm conteúdos das disciplinas e nesse sentido é imperioso articular essas 3 vertentes da alimentação. Lembro-me, por exemplo, da dieta mediterrânica (cultural) o valor nutricional dos alimentos (nutricional) e a parte ecológica e do desenvolvimento sustentável que se dá em Ciências Naturais” (ibid). A abordagem interdisciplinar faz parte do ADN deste projeto, sendo transversal ao momento de sala de aula, fora dela (nos espaços não tradicionais de aula como a Cozinha, a Horta e a Ecovia) mas também nos clubes escolares já que para o Agrupamento de Cristelo “tudo que o aluno faz na escola é currículo, valorizamos todas as atividades para que o aluno se sinta parte do processo e sinta que é valorizado fora da sala de aula (clubes). Neste aspeto, realço a estreita parceria que existe entre o Clube “Jovens Promotores de Saúde” e as disciplinas de Ciências Naturais e a de Cidadania de Intervenção Social, onde se pretende que os alunos sejam

cidadãos interventivos na comunidade que os rodeia. O PESES (Projeto de Educação para a Saúde e Educação Sexual) também tem uma grande importância na medida em que promove temáticas direcionadas para vários conteúdos das disciplinas em cima referidas.”(ibid).

Quisemos expor este projeto por várias razões. Em primeiro lugar, e reconhecendo as limitações do contacto que foi possível estabelecer com ele (leitura de documentos enquadradores do projeto educativo, do relatório de avaliação externa encomendado pelo ME, breve comunicação por e-mail) a exposição aqui feita das características do projeto educativo de Cristelo permite apresentar um modelo de educação alimentar com características únicas em Portugal numa escola pública. Muitas das possibilidades previamente elencadas de um modelo mais abrangente de educação alimentar encontram a sua concretização no Agrupamento de Cristelo. Para mais, a reconfiguração curricular da qual a RIC Eco-Cozinha Pedagógica faz parte permitiu melhorar os resultados escolares, diminuir substancialmente a retenção escolar, acabar com o abandono escolar, diminuir substancialmente as incidências disciplinares e abrir a escola à comunidade (Agrupamento Cristelo s.d.a; Costa e Almeida, 2018). Isto significa que é possível aliar uma dimensão mais abrangente de educação alimentar ao mesmo tempo que se melhora outros indicadores de qualidade escolar, mesmo num contexto onde um projeto de reconfiguração talvez tivesse menos hipótese de apoio comunitário e menos recursos endógenos à partida.

Para o Agrupamento de Cristelo a educação alimentar não é apenas uma dimensão sub-explorada da escola ou da alimentação, é parte integrante do seu projeto com valor tanto quanto meio de aprendizagens, já que permite situar aprendizagens teóricas e práticas de uma forma inovadora e estimulante para os alunos e alunas, mas também quanto fim em si mesmo, já que se reconhece a importância da alimentação em termos sociais e pessoais, nutritivos e ambientais, teóricos e práticos. Falar de educação alimentar em relação ao projeto de Cristelo talvez não seja a forma mais rigorosa de concetualizar a forma como a alimentação se integra no projeto educativo geral, da mesma forma que talvez não fizesse muito sentido falar do lugar da educação para a cidadania, da educação para a saúde ou de qualquer outra temática mais ou menos interdisciplinar integrada no Agrupamento. A abordagem interdisciplinar, a integração dos elementos teóricos e práticos e o trabalho em comunidade são transversais ao projeto e, como tal, acabam por permear as suas várias dimensões. Como um “laboratório de sustentabilidade” (Schmidt, Nave e Guerra, 2010) a comunidade escolar põe em marcha experiências interdisciplinares, integradas e comunitárias, todas igualmente importantes para a coesão de um projeto educativo coerente, de qualidade, inclusivo e transformador que permite perspetivar a “construção de uma sociedade mais justa, fraterna e feliz” (Agrupamento de Cristelo, s.d.b: 7).



## Conclusões

A sociedade portuguesa deve reavaliar a sua relação com o consumo alimentar à luz da sua insustentabilidade e dos problemas de saúde que gera. Historicamente, os padrões alimentares dos povos são um cruzamento das características ecológicas de um lugar, as necessidades humanas e os saberes e sabores que se formam, em parceria, na *relação* entre o engenho humano, a consistência dos sistemas terrestres e o tempero do acaso. Com o advento do modelo de desenvolvimento do pós-Segunda Guerra, o seu economicismo, a sua expansão industrialista e a crença fulgurante no seu progresso, os pressupostos nos quais a alimentação humana assentava foram sendo esbatidos até serem quase esquecidos. Nas sociedades ocidentais do pós-guerra (com poucas exceções), pensou-se que os constrangimentos tradicionais da alimentação humana- as estações do ano, as necessidades humanas, a fertilidade do solo- já não se aplicavam porque o consumo humano se teria desamarrado delas pelo seu modelo agro-alimentar industrial. Neste processo, as sociedades ocidentais foram transformando a sua relação com a alimentação, com o consumo e com o meio ambiente, pressupondo que o engenho tinha finalmente suplantado a necessidade de relação.

A alimentação cumpre necessidades fisiológicas iminentes, que têm limites, e que estão contingentes de sistemas terrestres que também eles têm limites. Esses limites são claros, como demonstra a ciência que expusemos nesta dissertação. A relação das sociedades contemporâneas com a alimentação transcende as suas necessidades de formas que não são necessariamente negativas. A alimentação é um fenómeno humano de uma extraordinária riqueza e complexidade: é expressão, meio, ato, significado, experiência multi-sensorial... Em muitos casos a alimentação é transcendente, e não apenas quando ela assume a forma de sacramento.

Mas por muito que as sociedades ocidentais tenham mudado e por muito que essas mudanças tenham permeado a alimentação humana, não transcenderam uma questão inescapável: a nossa alimentação é dependente de uma relação sustentável com o nosso meio ambiente. Poderemos transcender as estruturas sócio-económicas que geram sociedades onde a sobre-alimentação e a sub-nutrição coabitam e a cultura onde coexiste a falsa abundância com abundante desperdício. Aquilo que é socialmente construído pode ser socialmente reconstruído. Mas temos que respeitar um conjunto de condições naturais dos sistemas terrestres dentro de limites que permitem a sua sustentabilidade. Essas condições são a nossa única fonte de sustento alimentar e fazem parte do conjunto de sistemas naturais cujo equilíbrio garante as condições que permitem a estabilidade do planeta como nós o tomamos por garantido.

Em Portugal, a mudança de consumos alimentares é uma parte muito importante da transição necessária para o paradigma da sustentabilidade. A responsabilidade dos cidadãos e

cidadãos e a responsabilidade do Estado deve ser encarada como sendo uma e a mesma. É do interesse público responsabilizar a ação individual dos cidadãos na co-construção do Desenvolvimento Sustentável. Mas essa co-responsabilização não tem sentido se o Estado, nas esferas que tem ao seu dispor, não garantir nem os meios nem as condições necessárias para esse esforço, nem alinhe a sua própria ação para ser coerente com a missão que pretende coordenar. Neste sentido, a Escola Pública é um local privilegiado para o Estado português articular a sua vertente pedagógica tradicional com o seu papel de coordenador do processo de Desenvolvimento Sustentável. É importante que a formação que a Escola Pública oferece abranja as várias dimensões da sustentabilidade na preparação prática e cívica das crianças e jovens. A alimentação, sendo uma parte tão relevante tanto da vida humana como da vida escolar, é uma área que faz sentido ser visada na construção de políticas públicas que tenham como objetivo uma sociedade mais sustentável e mais bem preparada .

A educação para uma alimentação saudável e sustentável requer um enquadramento pedagógico que aborde para a dimensão nutricional da alimentação, como é óbvio, mas também a dimensão ecológica, social e económica. Que aborda a alimentação enquanto recurso alimentar que necessita de ser socialmente gerido, respeitando os limites dos sistemas naturais e humanos que a levam do prado até ao nosso prato. Requer capacidades teóricas e práticas que confirmem um grau de consciência, discernimento e capacidade de ação que lhes permitam uma literacia alimentar robusta. Partindo de um consenso pré-existente sobre a importância da Escola na formação de uma literacia alimentar, nas salas de aula e no refeitório, e da importância da alimentação na vida humana, partimos da pergunta: *Como é que a escola pública portuguesa pode promover a aprendizagem de consumos alimentares saudáveis e sustentáveis?* Enquadrámos a nossa resposta no quadro geral do Desenvolvimento Sustentável, das exigências que coloca à reconfiguração social para consumos alimentares mais sustentáveis e das abordagens mais adequadas para compreender, de forma socialmente contextualizada, a alimentação e pensar o seu lugar mais adequado nas escolas públicas portuguesas. Partindo de um consenso pré-existente e deste enquadramento, propomos uma estratégia em que as escolas públicas portuguesas promovem a aprendizagem de consumos alimentares saudáveis e sustentáveis através de uma estratégia que alinhe a educação alimentar e a alimentação escolar no mesmo sentido, de forma coerente e transversal.

Em relação à educação alimentar nos currículos das escolas portuguesas, vimos como eles espelham uma tendência dos debates em Portugal para estreitar a multi-dimensionalidade da alimentação para uma análise tendencialmente biomédica que descure elementos importantes para uma educação alimentar mais robusta. Se realmente houver vontade política para repensar a estratégia de educação alimentar escolar, concluímos que existe trabalho a ser feito pelas escolas e

pelas autoridades educativas centrais no sentido de ir ao encontro de uma educação alimentar mais multi-dimensional. A nossa investigação indica-nos que uma presença mais aprofundada e mais continuada da educação alimentar é mais eficaz do que o lugar que a alimentação tradicionalmente ocupa na maior parte das escolas públicas portuguesas. Parece-nos pertinente que haja uma maior presença de momentos e espaços variados de contacto teórico e prático com a alimentação e que esse contacto esteja contextualizado nas características da comunidade escolar. Vimos como existem programas de atores da sociedade civil e intervenções de investigadores e investigadoras. Algumas são contributos no sentido certo mas não substituem a necessidade de uma estratégia escolar abrangente e sustentada .

O projeto do Agrupamento Escolar de Cristelo permite ilustrar uma abordagem inovadora para a integração da educação alimentar no seu projeto educativo. Existem documentos que permitem concluir que o projeto do Agrupamento levou a melhorias numa série de indicadores de sucesso escolar e que a RIC de Eco-Cozinha Pedagógica contribuiu para esse sucesso. Contudo, necessitaríamos de uma investigação mais aprofundada para avaliar que impacto é que existiu em termos da relação dos e das estudantes com a sua alimentação e qual a sua evolução. Iniciativas como esta, a de Torres Vedras, e as de Olivais (e outras eventualmente por divulgar) podem ser relevantes para estudos mais aprofundados e longitudinais que permitam aferir a sua relevância para o debate da inclusão da sustentabilidade alimentar nas escolas públicas.

Uma das conclusões que retiramos da avaliação disponível ao projeto de Cristelo (assim como das outras 5 escolas que fizeram parte do Projeto Piloto de Inovação Pedagógica) é a importância da autonomia ao dispor da escola na construção do seu projeto educativo. A autonomia para construir um projeto com características diferentes das do modelo padronizado (cuja relevância e rigidez fica assim cada vez mais posta em causa) foi essencial para a construção de projetos educativos mais adequados aos contextos, às necessidades e às capacidades endógenas das comunidades escolares. Com maior autonomia para construir um programa escolar foi possível a criação de espaços e momentos escolares inovadores que permitem uma articulação entre teoria e prática, uma multi-dimensionalidade temática e uma interdisciplinariedade que poderiam enriquecer muitas escolas. A nosso ver, seria interessante investigar como é que projetos como o de Cristelo incluem as vertentes temáticas que compõem a Estratégia Nacional de Educação Para a Cidadania comparativamente com projetos educativos mais rígidos. Investigações neste sentido seriam pertinentes para perceber quais as características escolares mais relevantes para a configuração de “laboratórios de sustentabilidade”.

Sobre a relação entre educação alimentar e a alimentação escolar, a nossa investigação indica-nos que são dimensões igualmente importantes do projeto educativo enquanto um todo, mas

que, entre si, devem necessariamente convergir no tipo de alimentação que promovem. Esta convergência é relevante por uma questão de coerência, do ponto de vista pedagógico, e por uma questão de maximização dos ganhos de sustentabilidade possíveis, do ponto de vista da sua utilidade enquanto políticas públicas. Vimos como é possível, em Olivais, Torres Vedras e Roma, abranger vários eixos de sustentabilidade alimentar na mesma estratégia e como essa multidimensionalidade potencia ganhos pedagógicos, nutricionais, ecológicos, sociais e económicos relevantes para o Desenvolvimento Sustentável.

Vimos também como vários tipos de programas de compras públicas sustentáveis para os bens e serviços que garantem a alimentação escolar em Roma, Olivais e Torres Vedras podem trazer benefícios de várias ordens para a sustentabilidade dos sistemas alimentares, principalmente ao nível local. Embora sejam processos morosos e exigentes, do ponto de vista logístico, político e financeiro, cada caso apresenta um sistema de alimentação escolar que tem vantagens inegáveis em relação ao que está atualmente em vigor na esmagadora maioria dos refeitórios escolares das escolas públicas portuguesas. Existem diferenças claras entre os três, com o programa romano já muito avançado, o de Olivais a consolidar-se de forma promissora e o de Torres Vedras com algum caminho a fazer até alcançar o seu potencial. No entanto, os três indicam caminhos promissores que são alternativos ao sistema vigente, merecendo, no nosso entender, a atenção de outras escolas e das autoridades públicas.

Em relação às características da generalidade dos refeitórios, a alimentação servida, os concursos públicos responsáveis pelo sua sub-contratação (quando tal é o caso) e os modelos de gestão dos refeitórios levam a situações completamente contraditórias com os princípios da sustentabilidade e de uma alimentação saudável. A alimentação tem falhas nutricionais, não cumpre critérios de sustentabilidade e gera níveis de desperdício alimentar preocupante. Do ponto de vista da gestão dos refeitórios, baixos níveis de investimento público, concursos públicos economicistas (onde o preço é o único fator) e a sub-contratação da gestão dos refeitórios a empresas de catering cuja qualidade e modelos de gestão são coerentes com o racional inerente aos concursos que os sub-contratam, são as condições que limitam o tipo de alimentação que os refeitórios públicos conseguem servir. Tanto do ponto de vista nutricional como do ponto de vista pedagógico parece existir uma desconsideração pela alimentação escolar e pelo espaço do refeitório que é incoerente com um projeto escolar que queira cumprir objetivos de sustentabilidade, nutricionais e pedagógicos com a sua alimentação escolar.

Vimos nos casos de Roma, Olivais e Torres Vedras o tipo de investimentos que programas deste género implicam. Do macro para o micro, é necessário um enquadramento jurídico para os concursos de compras públicas que seja claro e realista em relação às capacidades do mercado mas



também claro e convicto no enquadramento da sustentabilidade que pretende promover. Autoridades públicas (escolas, juntas, municípios, autoridades centrais) necessitam depois de articular esforços com os outros atores necessariamente implicados nesta operação, promovendo, quando necessário, a sua qualificação e contratando, quando necessário, pessoal qualificado: agricultores/as para poderem fornecer a matéria-prima nas condições pretendidas; técnicos de compras qualificados nas questões da sustentabilidade; nutricionistas para ajudar a planear as ementas; serviços de catering capazes de transformar matéria-prima fresca em ementas saborosas, saudáveis, apelativas e financeiramente sustentáveis; uma rede logística para garantir o transporte (da matéria-prima e/ou da alimentação confeccionada) e armazenamento segundo as normas de qualidade e higiene necessárias. Para mobilizar o investimento que permite esta qualificação, é necessário, sobretudo, a vontade de investir na qualidade das escolas, da sua alimentação e educação.

As questões que se tratam aqui nesta tese mantêm a sua relevância no mundo pós-covid embora, no futuro imediato, dificilmente se possam implementar devido às exigências que já se colocam às escolas e ao Estado para garantirem que as escolas estejam abertas e sejam espaços razoavelmente seguros para que a educação das crianças não seja mais interrompida. Isto levou a que o ano letivo em curso tivesse que ser preparado com o principal objetivo de preparar as escolas para os desafios da pandemia. Esperemos que no futuro próximo, as investigações desta tese possam auxiliar futuros esforços de reformular a forma como as escolas integram a alimentação saudável e sustentável nos seus currículos e refeitórios.

## Infografia

- Agrupamento de Escolas de Cristelo (s.d.)a Projeto Educativo TEIP 2018/2022 [online]. Cristelo. Disponível em: <https://agcristelo.edu.pt/documento/projeto-educativo-teip/>. [Acedido a 23 de Abril 2020].
- Agrupamento de Escolas de Cristelo (s.d.)b Plano de Estudos e Desenvolvimento Curricular- Anexo A do RI [online] Cristelo. Disponível em : [http://moodle.agrupamentoverticalcristelo.edu.pt/file.php/1/2018\\_2019/Plano\\_Estudos\\_Desenvolvimento\\_Curricular\\_2018\\_2019\\_DOC\\_FINAL.pdf](http://moodle.agrupamentoverticalcristelo.edu.pt/file.php/1/2018_2019/Plano_Estudos_Desenvolvimento_Curricular_2018_2019_DOC_FINAL.pdf). [Acedido a 23 de Abril 2020].
- Agrupamento de Escolas de Cristelo (s.d.)c Plano Anual de Atividades Ano Letivo 2019/2020 [online}. Cristelo. Disponível em: <https://agcristelo.edu.pt/documento/plano-anual-deatividades-2019-20/>. [Acedido a 23 de Abril 2020].
- Agrupamento Escolas Cristelo (2019) *Plano de Inovação*. Disponível em: [http://moodle.agrupamentoverticalcristelo.edu.pt/file.php/1/2019\\_2020/PI\\_Plano%20de%20Inova%C3%A7%C3%A3o\\_com%20anexos.pdf](http://moodle.agrupamentoverticalcristelo.edu.pt/file.php/1/2019_2020/PI_Plano%20de%20Inova%C3%A7%C3%A3o_com%20anexos.pdf). [Acedido a 10 de Abril 2020].
- Bento, A. (2020) ‘Comer bem. Como quem quer e nao sabe.’, *Público*, (26 de Fevereiro), disponível em: <https://www.publico.pt/2020/02/26/opiniao/opiniao/comer-bem-quer-nao-sabe-1905450> [Acedido a 5 de Marco 2020]
- Gorjão Henriques, J. (2017). *Cantinas Escolares: Quem controla o quê*. Obtido em 01 de 12 de 2020, Público :<https://www.publico.pt/2017/11/26/sociedade/perguntaserespostas/cantinas-escolares-quemcontrola-o-que-perguntas-e-respostas-1793661>. [Acedido em 23 de Maio 2020].
- Sustainable Consumption and Production (s.d.) em *SustainableDevelopment.un*. Disponível em:<https://sustainabledevelopment.un.org/topics/sustainableconsumptionandproduction>. [online]. [Acedido a 10 de Marco 2020]
- Viver Saudável* “‘Ordem dos Nutricionistas quer que o Estado aumente a literacia alimentar da populacao’. (2020)”. (26 de Fevereiro). [online]. Disponível em:<https://www.viversaudavel.pt/ordem-dos-nutricionistas-quer-que-o-estado-aumente-a-literacia-alimentar-da-populacao/> [Acedido a 4 de Junho 2020].
- UNEP10YFP - 10 Year Framework of Programmes on Sustainable Consumption and Production Patterns (s.d.) em *Unenvironment.org*. Disponível em:<https://www.unenvironment.org/explore-topics/resource-efficiency/what-we-dooneplanet-network/10yfp-10-year-framework-programmes>. [Acedido a 10 de Janeiro 2020].



## Referências bibliográficas

- Amaro, R., (2003) “Desenvolvimento- um conceito ultrapassado ou em renovacao? Da teoria a pratica e da pratica a teoria” *Caderno de Estudos Africanos*, 4 (2003), 35-70. Disponível em: <https://journals.openedition.org/cea/1573?lang=es>. [Acedido a 12 de Maio 2020].
- Amaro, R., (2016) “ A Sustentabilidade das organizacoes de Economia Solidaria — proposta de conceptualizacao e de avaliacao”, *Revista de Economia Solidária*, 1(2016), 11-29. Disponível em: [https://www.academia.edu/34586927/A\\_Sutentabilidade\\_das\\_organizational%C3%A7oes\\_de\\_Economia\\_Solid%C3%A1ria\\_proposta\\_de\\_conceptualiza%C3%A7%C3%A3o\\_e\\_de\\_avalia%C3%A7%C3%A3o](https://www.academia.edu/34586927/A_Sutentabilidade_das_organizational%C3%A7oes_de_Economia_Solid%C3%A1ria_proposta_de_conceptualiza%C3%A7%C3%A3o_e_de_avalia%C3%A7%C3%A3o). [Acedido a 13 de Maio 2020].
- Amaro, R., (2017) “ Desenvolvimento ou Pos-Desenvolvimento? DesEnvolvimento e... Noflay!”, *Caderno de Estudos Africanos*, 34 (2017), 75-111. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1645-37942017000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1645-37942017000200005&lng=en&nrm=iso&tlng=pt). [Acedido a: 10 de Abril 2020].
- Barber, Dan. 2014. *The Third Plate: field notes on the future of food*. Penguin Books: New York City.
- Barling, D., Andersson, G., Bock, B., Canjels, A., Galli, F., Gourlay, R., Hoekstra, F., De Iacovo, F., Karner, S., Mikkelsen, B. E., Selunda, A., Smith, J. e Sonnino, R. (2013). *Revaluating Public Sector Food Procurement in Europe: An Action Plan for Sustainability* [online]. Disponível em: [http://www.socioeco.org/bdf\\_fiche-document-5813\\_pt.html](http://www.socioeco.org/bdf_fiche-document-5813_pt.html). [Acedido a 3 de Maio 2020].
- Barrado, C. M. D. (2016). ‘Sustainable Development Goals: A Principle and Several Dimensions’, In Reuters, T., ed. *International Society and Sustainable Development Goals*, Pamplona: Editorial Aranzadi, 49-72.
- Begley, A., Vigen, H., (2016), “An overview of the use of the term food literacy” em Vidgen, H., *Food Literacy- Key Concepts for Health and Education*, Abingdon: Routledge, 17-28.
- Benito, C. e Lozano-Cabedo, C. (2014). Constructing Food Citizenship: Theoretical Premises and Social Practices. *Italian Sociological Review*, 4, pp.135-156. [online]. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/287323540\\_Constructing\\_Food\\_Citizenship\\_Theoretical\\_Premises\\_and\\_Social\\_Practices](https://www.researchgate.net/publication/287323540_Constructing_Food_Citizenship_Theoretical_Premises_and_Social_Practices). [Acedido a 4 de Junho 2020].
- Bento, A., Cordeiro, T., Frias, A., Salvador, C., Dias, D., Amaro, L. F., Silva, R. e Goncalves, C. (2018). ‘Estrategia para a Alimentacao Escolar em Portugal – Uma Proposta’, *Acta Portuguesa de Nutrição* [online], 13, 30 de Maio, 8-13. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/330572006\\_Estrategia\\_para\\_a\\_Alimentacao\\_Escolar\\_em\\_Portugal\\_-\\_uma\\_proposta](https://www.researchgate.net/publication/330572006_Estrategia_para_a_Alimentacao_Escolar_em_Portugal_-_uma_proposta). [Acedido a 13 de Junho 2020].
- Berry, E. M. (2019). ‘Sustainable Food Systems and the Mediterranean Diet’, *Nutrients* [online], 11, 16 de Setembro, 2229. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2072-6643/11/9/2229>. [Acedido a 1 de Setembro 2020].
- Caraher, M. (2016), “Food literacy beyond the individual: the nexus between personal skills and victim blaming”, em em Vidgen, H., *Food Literacy- Key Concepts for Health and Education*, Abingdon: Routledge, 118-133.
- Cardoso, C., Pereira, D., Carneiro, F., Almeida, M., Fernandes, A. e Ferro Lebres, V. (2013). *Adesão à Dieta Mediterrânica em Adolescentes do Norte de Portugal*. [online]. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/153414967.pdf>. [Acedido a 15 de Maio 2020].
- Cardoso, S., Santos, O., Nunces, C. e Loureiro, I. (2015). ‘Escolhas e habitos alimentares em adolescentes: associacao com padroes alimentares do agregado familiar’, *Elsevier*, 22(2),

- 128-136. [online].Disponivelem:<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0870902515000085>. [Acedido a 22 de Abril de 2020].
- Chandler, C., Franklin, A., Ochoa, A. e Clement, S. (2015) *A Good Practice Report August 2015: Sustainable Public Procurement of School Catering Services* [online]. Disponível em: [http://www.ajsosteniblebcn.cat/sustainable-public-procurement-of-school-cateringservices\\_61153.pdf](http://www.ajsosteniblebcn.cat/sustainable-public-procurement-of-school-cateringservices_61153.pdf). [Acedido a 5 de Junho de 2020].
- Costa, E, Almeida, M., (2019) Estudo de avaliacao do Projeto-Piloto de Inovacao Pedagogica [online] Disponível em: <https://www.dge.mec.pt/noticias/estudo-de-avaliacao-do-projetopiloto-de-inovacao-pedagogica>. [Acedido a 23 de Abril 2020].
- Delgado, C., ed. (2020) *Alimentar Boas Praticas: Da Producao ao Consumo Sustentavel*. [online]. Disponível em: [https://www.apn.org.pt/documentos/Alimentar\\_Boas\\_Praticas\\_-\\_da\\_Producao\\_ao\\_Consumo\\_Sustentavel\\_2020.pdf](https://www.apn.org.pt/documentos/Alimentar_Boas_Praticas_-_da_Producao_ao_Consumo_Sustentavel_2020.pdf). [Acedido a: 10 de Maio 2020].
- Dubuisson-Quellier, S., Gojard, S., (2016) “Why are Food Practices not (More) Environmentally Friendly in France? The role of collective standards and symbolic boundaries in food practices”, *Environmental Policy and Governance*, Env.Pol.Gov (26), 89-100. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/eet.1703>. [Acedido a 26 de Maio 2020].
- Egelston, A., (2006), *Sustainable Development: A History*, Dordrecht: Springer.
- Ekins, P. (2014), “Strong Sustainability and Critical Natural Capital”, em Atkinson, G., Dietz, S., Neumayer, E., Agarwala, M., *Handbook of Sustainable Development*, Edward Elgar: Cheltenham, 55-71.
- Evans, D., McMeeking, A., Southerton, D., (2015) “ Sustainable Consumption, Behaviour Change Policies and Theories of Practice” em Warde, A., Southerton, D., “The Habits of Consumption”, 113-129. Helsinki Collegium for Advanced Studies. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/14924809.pdf>. [Acedido a 30 de Maio 2020].
- FAO (2019) *Sustainable Healthy Diets: Guiding Principles* [online]. Rome: FAO e WHO. Disponível em: <http://www.fao.org/documents/card/en/c/ca6640en/>. [Acedido a: 3 de Julho 2020].
- FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. 2018. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2018. Building climate resilience for food security and nutrition*. Rome, FAO. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i9553en/i9553en.pdf>. [Acedido a: 7 de Julho].
- Faria, R. e Sousa, B. (2020). ‘A Educacao Alimentar em Meio Escolar e a Figura do Nutricionista Escolar’, *Acta Portuguesa de Nutrição*, 20(2020), 20-25.[online]. Disponível em:<http://www.scielo.mec.pt/pdf/apn/n20/n20a04.pdf>. [Acedido a 25 de Abril 2020].
- Fontes, T., Bento, B., Matias, F., Mota, C., Nascimento, A.C, Santiago, S., Santos, M. (2015) “O valor nutricional das refeicoes escolares” *Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge Observações\_ Boletim Epidemiológico*, 2015(especial no5), 25-27. (online) Disponível em: [http://repositorio.insa.pt/bitstream/10400.18/3013/3/observacoesNEspecia5-2015\\_artigo7.pdf](http://repositorio.insa.pt/bitstream/10400.18/3013/3/observacoesNEspecia5-2015_artigo7.pdf). [Acedido a 4 de Setembro 2020].
- Geels, F., W., McMeekin, A., Mylan, J., Southerton, D., (2015) “A critical appraisal of Sustainable Consumption and Production research: The reformist, revolutionary and reconfiguration positions”, *Global Environmental Change*, 34 (2015), 1-12. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0959378015000813>. [Acedido a 16 de Maio 2020].
- Gisslevik, E. (2018). *Education for Sustainable Food Consumption in Home and*. Gotemburgo: Universidade de Gotemburgo.
- Gomes Carvalho, A. M. (2012) *Educação para o Desenvolvimento Sustentável no Contexto da Década: Discurso e Práticas no Ensino Básico*, Tese Doutorado Universidade de Lisboa. [online]. Disponível em:<https://repositorio.ul.pt/handle/10451/7555>. [Acedido a 6 de Julho 2020].
- Graca, P. (2014). ‘Breve Historia do Conceito de Dieta Mediterrânica numa Perspetiva de Saude’, *Revista Factores de Risco* [online], Janeiro-Março, 20-22. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/62700047.pdf>. [Acedido a 11 de Junho de 2020].

- Graca, P., Gregorio, M. J., Mendes de Sousa, S. e Camolas, J. (2018). *Alimentação Saudável: Desafios e Estratégias*. [online] Lisboa: DGS. Disponível em: [https://alimentacaosaudavel.dgs.pt/activeapp2020/wpcontent/uploads/2019/12/PNPAS\\_DesafiosEstrategias2018.pdf](https://alimentacaosaudavel.dgs.pt/activeapp2020/wpcontent/uploads/2019/12/PNPAS_DesafiosEstrategias2018.pdf). [Acedido em: 3 de Maio 2020].
- Graca, P., Gregorio, M.J., Mendes da Sousa, S., Bras, S., Penedo, T., Carvalho, T., Bandarra, N., Lima, R., Simao, A.P., Goiana-da-Silva, F., Freitas, M., G., Ferreira Araujo, F., (2018), “A new interministerial strategy for the promotion of healthy eating in Portugal: implementation and initial results”, *Health Research Policy and Systems*, 16(102), 1-16. Disponível em: <https://health-policy-systems.biomedcentral.com/articles/10.1186/s12961-018-0380-3>. [Acedido a 29 de Maio 2020].
- Gregorio, M.J., Rodrigues, A.M., Graca, P., Dinis de Sousa, R., Dias, S.S., Branco, J.C., Canhao, H., (2018), “Food Insecurity Is Associated with Low Adherence to the Mediterranean Diet and Adverse Health Conditions in Portuguese Adults”, *Frontiers in Public Health*, 6(2018). Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpubh.2018.00038/full>. [Acedido a 17 de Abril 2020].
- Jackson, T. 2005. *Motivating Sustainable Consumption: a review of evidence on consumer behaviour and behavioural change*. Sustainable Development Research Network: January 2005. Disponível em <https://timjackson.org.uk/wpcontent/uploads/2018/04/Jackson.-2005.-Motivating-Sustainable-Consumption.pdf>. [Acedido a 10 de Março 2020].
- Jackson, T. 2008. *Prosperity Without Growth? The transition to a sustainable economy*. Sustainable Development Commission. Disponível em: [http://www.sdcommission.org.uk/data/files/publications/prosperity\\_without\\_growth\\_report.pdf](http://www.sdcommission.org.uk/data/files/publications/prosperity_without_growth_report.pdf). [Acedido a 7 de Junho 2020].
- Jackson, T. 2014 “Sustainable Consumption” em *Handbook of Sustainable Consumption*, editado por Atkinson, G., Dietz, S., Neumayer, E., e Agarwada, M. Edward Elgar Publishing Limited: Northampton.
- Jones, M., Dailami, N., Weitkamp, E., Kimberlee, R., Salmon, D. e Orme, J. (2012) Engaging secondary school students in food-related citizenship: Achievements and challenges of a multi-component programme, *Education Sciences*, 2 (2), 77-90. [online]. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2227-7102/2/2/77>. [Acedido a 24 de Abril 2020].
- Keller, M., Halkier, B., Wilska, T. (2016) “Policy and Governance for Sustainable Consumption at the Crossroads of Theories and Concepts”, *Environmental Policy and Governance*, 2016 (26), 75-88. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/eet.1702>. [Acedido a 7 de Maio 2020].
- Leal, F., Oliveira, B., Rodrigues, S., (2011) “Relationship between cooking habits and skills and Mediterranean diet in a sample of Portuguese adolescents” *Perspectives in Public Health*, 131 (6), 283-287. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/1757913911419909>. [Acedido a 28 de Outubro 2020].
- Loureiro, I. (Julho/Dezembro de 2004). A importância da Educação Alimentar na Escola promotora de saúde. *Revista Portuguesa de Saúde Pública*, 22(2). Disponível em: <https://run.unl.pt/bitstream/10362/100171/1/RUN%20-%20RPSP%20-%202004%20-%20v22n2a04%20-%20p43-55.pdf>. [Acedido a 27 de Abril 2020].
- Marques Mota, M., J., (2019) *Literacia Alimentar: Definição, Determinantes e o Papel das Instituições- Estudo Misto com Profissionais Portugueses*, tese de mestrado do ISPA.
- Mason, P., & Lang, T. (2017). *Sustainable diets: how ecological nutrition can transform consumption and the food system*. Routledge: London.
- Morgan, K., & Sonnino, R. (2008). *The School Food Revolution. Public Food and the*. Earthscan, London.
- Nogueira, L., Gomes, C., & Fernando, A. (2017). *Avaliação nutricional de refeições em escolas*

- deum concelho da península de Setúbal*. Instituto Nacional de Saude Doutor Ricardo Jorge. Lisboa: SPASS 2017. Disponível em: [https://run.unl.pt/bitstream/10362/28540/1/Nogueira\\_2017.pdf](https://run.unl.pt/bitstream/10362/28540/1/Nogueira_2017.pdf). [Acedido a 27 de Abril 2020].
- Nutritional Status of Portuguese Children: *The Eat Mediterranean Program*”, *Portuguese Journal of Public Health*, 36(3), 141-149. Disponível em: <https://www.karger.com/Article/Fulltext/495803#>. [Acedido a 23 de Junho 2020].
- Oliveira, A., (2017) “A literacia alimentar como instrumento para a prevenção cardiovascular: reflexão crítica”, *Fatores de Risco*, no43 (Jan-Mar 2017), 18-20 (online) Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/111529/1/Oliveira43.pdf>. [Acedido a 6 de Maio 2020].
- Oostindjer, M., Aschemann-Witzel, J., Wang, Q., Skuland S.E., Egelanddal, B., Amdam, G.V., Schjoll, A., Pachucki, M.C., Rozin, P., Stein, J., Almlí, V.L., Van Kleef, E., (2017) “Are school meals a viable and sustainable tool to improve the healthiness and sustainability of children’s diet and food consumption? A crossnational comparative perspective”, *Critical Reviews in Food Science and Nutrition*, 57 (18), 3942-3958. (online) Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10408398.2016.1197180>. [Acedido a 6 de Maio 2020].
- Pelenc, J., Ballet, J. e Dedeurwaerdere, T. (2015). *Weak Sustainability versus Strong Sustainability*. [online]. Disponível em: <https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/6569122-Pelenc-Weak%20Sustainability%20versus%20Strong%20Sustainability.pdf>. [Acedido a 20 de Maio de 2020]
- Pinho, I., Rodrigues, S., Franchini, B., Graca, P. (2016) “*Padrão Alimentar Mediterrânico: Promotor de Saúde*” [online]. Lisboa. Disponível em: <https://alimentacaosaudavel.dgs.pt/activeapp2020/wp-content/uploads/2020/01/Padr%C3%A3o-Alimentar-Mediterr%C3%A2nico-Promotor-de-Sa%C3%Bade-1.pdf>. [Acedido a 7 de Junho 2020].
- Programa Nacional Para a Promoção da Alimentação Saudável (2017) *Alimentação Saudável: Desafios e Estratégias 2017* [online] Lisboa. Disponível em: <https://nutrimento.pt/noticias/alimentacao-saudavel-desafios-estrategias-2017-2018/>. [Acedido a 4 de Junho 2020].
- Programa Nacional Para a Promoção da Alimentação Saudável (2018) *Alimentação Saudável: Desafios e Estratégias 2018* [online] Lisboa. Disponível em: <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/alimentacao-saudavel-desafios-e-estrategias-2018.aspx>. [Acedido a 4 de Junho 2020].
- Programa Nacional Para a Promoção da Alimentação Saudável (2019) *Alimentação Saudável: Desafios e Estratégias 2019* [online] Lisboa. Disponível em: <https://www.dgs.pt/documentos-e-publicacoes/programa-nacional-para-a-promocao-da-alimentacao-saudavel-relatorio-2019.aspx>. [Acedido a 4 de Junho 2020].
- Ranganathan, N., Vennard, D., Waite, R., Lipinski, B., Searchinger, T., Dumas, P., Mungkung. (Abril de 2016). “Shifting Diets for a Sustainable Food Future”. *World Resources Institute*.
- Reinar, M., (2015) “A Whole School Approach to Sustainable Development: Elements of Education for Sustainable Development and Students’ Competencies for Sustainable Development” em
- Jucker, R., Reinar, M. “Schooling for Sustainable Development in Europe Concepts, Policies and Educational Experiences at the End of the UN Decade of Education for Sustainable Development” Springer: New York, 15-31.
- Rist, G. (2008) *The History of Development: From Western Origins to Global Faith*, London: Zed Books Ltd.
- Rito, A., Dinis, A., Rascoa, C., Maia, A., Mendes, S., Stein-Novais, C., Lima, J., (2019) “Mediterranean Diet Index (KIDMED) Adherence, Socioeconomic Determinants, and Nutritional Status of Portuguese Children: *The Eat Mediterranean Program*”, *Portuguese*

- Journal of Public Health*, 36(3), 141-149. Disponível em: <https://www.karger.com/Article/Fulltext/495803#>. [Acedido a 23 de Junho 2020].
- Rojas, A., Black, J., Orrego, E., Chapman, G., Valley, W., (2017) “ Insights from the Think&EatGreen@School Project: How a community-based action research project contributed to healthy and sustainable school food systems in Vancouver” 4 (2), 25-46. Disponível em: <https://canadianfoodstudies.uwaterloo.ca/index.php/cfs/article/view/225>. [Acedido a 9 de Setembro 2020].
- Rosas, R., Pimenta, F., Leal, Schwarzer, R., (2019). “FOODLIT-PRO: Food Literacy Domains, Influential Factors and Determinants—A Qualitative Study”, 12(88), 1-31. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/31892245/>. [Acedido a 12 de Junho 2020].
- Sachs, J. (2015), *The Age of Sustainable Development*, New York: Columbia University Press. 70
- Santos, B., Silva, C., Pinto, E., (2018), “Importancia da Escola na Educacao Alimentar em Crianças do Primeiro Ciclo do Ensino Basico- Como ser mais eficaz” *Acta Portuguesa da Nutrição*, 14 (2018), 18-23. Disponível em: [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S2183-59852018000300004&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2183-59852018000300004&lng=pt&nrm=iso). [Acedido a 16 de Setembro 2020].
- Sargant, S. 2014. *Sustainable Food Consumption: a practice based approach*. Environmental Policy Series – Volume 11. Wageningen Academic Publishing: Wageningen.
- Schmidt, L., Nave, J.G., Guerra, J., (2010), *Educação Ambiental: balanço e perspetivas para uma agenda mais sustentável*, Lisboa: ICS.
- Searchinger, T., Waite, R., Hanson, C., Ranganathan, J., (2019) *Creating a Sustainable Food Future: A Menu of Solutions to Feed Nearly 10 Billion People by 2050* [online]. Disponível em: <https://www.wri.org/publication/creating-sustainable-food-future>.
- Slater, J., Falkenberg, T., Rutherford, J., Colatruglio, S., (2018) “Food literacy competencies: A conceptual framework for youth transitioning to adulthood”. *International Journal of Consumer Studies* 42(2018), 547-556. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/ijcs.12471>. [Acedido a 18 de Abril 2020].
- Soares Luis, L.F.,(2010) *Literacia em Saúde e Alimentação Saudável: Os novos produtos e a escolha dos alimentos*, tese de mestrado da Universidade Nova de Lisboa- Escola Nacional de Saude Publica.
- Soldi, R., (2018) Sustainable Public Procurement of Food [online] European Union. Disponível em: <https://cor.europa.eu/en/engage/studies/Documents/sustainable-public-procurement-food.pdf> . [Acedido a 30 de Maio 2020].
- Sonnino, R., (2009) “Quality food, public procurement, and sustainable development: the school meal revolution in Rome”, *Environment and Planning*, 49 (2009), 425-440. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1068/a40112>. [Acedido a 30 de Maio 2020].
- Sousa, R. M. (2019). *Alimentação, Compras Públicas e Desenvolvimento Sustentável – O Caso das Escolas*. Tese de doutoramento Universidade de Lisboa.
- Stiglitz, J. 2017. *Globalization and its Discontents Revisited: Anti-Globalization in the Era of Trump*. Great Britain: Penguin Random House UK.
- Truman E., Lane D. & Elliott C. (2017), “Defining food literacy: A scoping review”, *Appetite*, Setembro 2017, 365-371. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/28487244/>. [Acedido a 30 de Abril 2020].
- Truninger, M., Horta, A. e Teixeira, J. (2014). ‘Editorial Introduction: Children’s Food Practices and School Meals’, *International Journal of Sociology of Agriculture and Food*, 21(3), 247-252. [online]. Disponível em: [https://www.academia.edu/29855578/Editorial\\_Introduction\\_Childrens\\_Food\\_Practices\\_and\\_School\\_Meals](https://www.academia.edu/29855578/Editorial_Introduction_Childrens_Food_Practices_and_School_Meals). [Acedido a 2 de Junho 2020].
- Truninger, M., Teixeira, J., Horta, A., Silva, V., Alexandre, S., (2013) “ School’s Health Education in Portugal: A case study on children’s relations with school meals” *Educação, Sociedade & Culturas*, 38( 2013), 117-133. Disponível em: <https://www.semanticscholar.org/paper/Schools%27-health-education-in-Portugal%3A-Acase-study-Truninger-Teixeira/fd18c35a5134e7188c7310e36815115eda3778db?p2df>.



[Acedido a 13 Setembro 2020].

- UNESCO (2015) *Rethinking Education: towards a global common good?*, France [online].  
Disponível em: <https://unevoc.unesco.org/e-forum/RethinkingEducation.pdf>. [Acedido a 28 de Julho 2020].
- UNESCO (2017) *Education for Sustainable Development Goals: Learning Objectives*. [online].  
France: UNESCO, disponível em: <https://bangkok.unesco.org/content/educationsustainable-development-goals-learning-objectives>. [Acedido a 6 de Junho de 2020].  
71
- Vidgen, H. (2016), “A definition of food literacy and its components”, em Vidgen, H., *Food Literacy- Key Concepts for Health and Education*, Abingdon: Routledge: 35-64.
- Vidgen, H. A. e Gallegos, D. (2012). ‘Defining food literacy and its components’, *Elsevier* [online], 76(2014), 50-59. Disponível em: [https://blogs.deakin.edu.au/apfnc/wpcontent/uploads/sites/119/2015/06/Vidgen\\_2014\\_food-literacy-Appetite.pdf](https://blogs.deakin.edu.au/apfnc/wpcontent/uploads/sites/119/2015/06/Vidgen_2014_food-literacy-Appetite.pdf). [Acedido a 4 de Abril 2020].
- Warde, A. (2019), *The Practice of Eating*, Cambridge: Polity Press.
- Welch, D. and Warde, A. (2015) “Theories of Practice and Sustainable Consumption”, in Reisch, L. and Thøgersen, J. (eds.) “Handbook of Research on Sustainable Consumption”, Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing, 84-100.
- Willett, W., Rockstrom, J., Loken, B., Springmann, M., Lang, T., Vermeulen, S., Garnett, T., Tilman, D., DeClerck, F., Wood, A., Jonell, M., Clark, M., Gordon, L., Fanzo, C., Hawkes, C., Zurayk, R., Rivera J., De Vries, W., Majele Sibanda, L., Afshin, A., Chaudhary, A., Herrero, M., Agustina, R., Branca, F., Lartey, A., Fan, S., Crona, B., Fox, E., Bignet, V., Troell, M., Lindahl, T., Singh, S., Cornell, S.E., Srinath, R., Narain, S., Nishtar, S., Murray, C.J.L., (2019), “Food in the Anthropocene: the EAT–Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems”, *Lancet*, 2019( 393), 447-92.